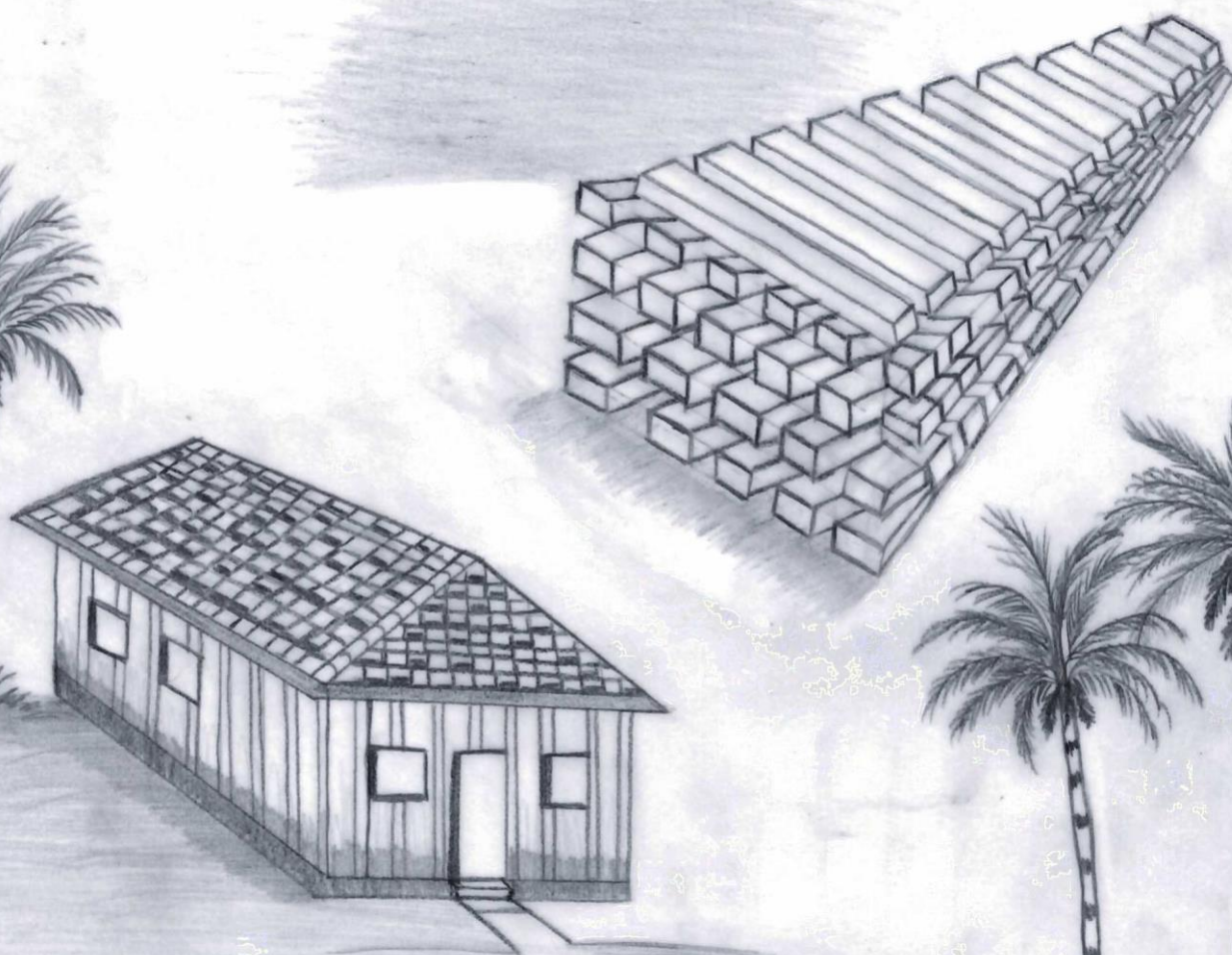


UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS- FCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SÔNIA BARBOSA LOPES

**A CONTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES EM MADEIRA
NA PRODUÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA
NACIONAL DE DOURADOS - CAND**



DOURADOS-MS

2023

**SÔNIA
LOPES**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L864c Lopes, Sônia Barbosa
A Contribuição das edificações em madeira na produção da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND [recurso eletrônico] / Sônia Barbosa Lopes. -- 2023.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Edvaldo César Moretti .
Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Arquitetura em madeira. 2. Profissionais carpinteiros. 3. Patrimônio Cultural da CAND.. I. Moretti, Edvaldo César. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Sônia Barbosa Lopes

A Contribuição das edificações em madeira na produção da Colônia Agrícola Nacional de
Dourados - CAND

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas (FCH), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo César Moretti

Dourados - MS
2023

**“A Contribuição das edificações em madeira na produção da Colônia Agrícola
Nacional de Dourados - CAND”**

BANCA EXAMINADORA

Presidente / Orientador

Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti

1º Examinador

Prof. Dr. Jocimar Lomba Albanez

2º Examinador

Prof. Dr. Adáuto de Oliveira Souza

Membro Suplente

Prof. Dr. Ricardo Dias Silva

Dourados, 03 de março de 2023

Dedico este trabalho aos meus familiares e amigos que, com muito carinho e apoio, me auxiliaram nessa etapa tão importante de minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A construção desta dissertação só foi possível graças ao auxílio e a presteza de pessoas especiais que, de alguma forma, contribuíram em etapas importantes, para o desenvolvimento dessa pesquisa.

À minha família, pois sempre tivemos orgulho de ser uma grande família, composta inicialmente por 13 pessoas: pai, mãe e 11 filhos. Hoje, um pouco maior, nos deparamos com a ausência de quem fez a maior diferença em nossas vidas, nossa mãe, que com amor incondicional nos incentivou a estudar, trabalhar e viver de forma digna. O nosso pai, na debilidade que vive hoje, aos 88 anos, segue nos ensinando. Quem sempre nos cuidou, hoje é cuidado, e por ele é que existe esse trabalho, através das edificações construídas com a sua habilidade de carpinteiro.

Aos meus irmãos, que aprenderam com nosso pai o ofício da carpintaria, e me ajudaram neste trabalho, às minhas irmãs pelo apoio e às minhas cunhadas, cunhados e todos os sobrinhos que me acompanham nessa jornada.

Ao Prof. Dr. Edvaldo César Moretti, que me ajudou a descobrir o tema do trabalho. Só pelo fato de eu morar numa casa de madeira é que surgiu a ideia de buscar a história, e me fez voltar à primeira casa de moradia e toda a memória familiar.

À Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) por abrir as portas de uma nova área, a Geografia e pelo suporte durante todo o programa do curso, ao corpo docente, trabalhadores terceirizados e aos técnicos administrativos.

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), onde eu trabalhava na Diretoria de Infraestrutura, cujo diretor Alencar Ferri me dispensou para assistir às aulas do curso, assim como a colega Valdirene Teixeira, que me acompanhava nas idas e vindas do trabalho e sempre me incentivou com carinho e sabedoria.

À Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB), na pessoa da Diretora Presidente Maria do Carmo Avesani Lopez, que compreendeu a necessidade na cedência à UEMS, tornando possível assistir mais a família e a retomar os estudos através do mestrado.

Ao Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA), que durante o curso, sem aulas presenciais devido à pandemia, contribuiu através de encontros virtuais, com dicas e orientações.

À Karoline Batista Gonçalves, por me auxiliar na correção textual e montagem do trabalho. Me orientando e direcionando caminhos para concluir o mesmo.

Ao Henrique O.D. Carvalhal, por entender a dinâmica do trabalho na execução dos mapas.

À Lucinda Garcia Martins que me acompanha no dia a dia, me incentivando e dizendo: “você é inteligente, você vai terminar!”.

Aos amigos e colegas de trabalho, pelo companheirismo e solidariedade, em especial à Brenda Travasso Araújo Andrade e Karine Machado Davalo.

Pela disponibilidade dos meus irmãos Célio, Ivo e Élio que me acompanharam nos trabalhos de campo, ao José Roberto, auxiliando nas fotos, ao colega Ângelo Ribeiro, pela orientação na captação do georreferenciamento. Ao Tio Josuel, pelos relatos da família.

À Prof. Me. Ana Cristina Yamashita, por me acompanhar desde a graduação, à pós-graduação e foi a primeira pessoa que consultei para esse trabalho, sempre me incentivando.

Ao Prof. Dr. Ricardo Dias Silva, por apontar e propor o registro arquitetônico das obras, bem como o levantamento em campo do sistema construtivo e influências técnicas.

Ao Prof. Dr. Adáuto de Oliveira Souza, pela dedicação na análise crítica da escrita e indicação dos recortes temporal e geográfico.

Ao Prof. Dr. Jocimar Lomba Albanez, pela indicação das fontes a serem referências na compreensão do aproveitamento da madeira no Estado de Mato Grosso do Sul.

Ao Prof. Dr. Jones Dari Goettert, que pela sensibilidade durante às aulas, mesmo que virtuais, conseguia encorajar na produção da escrita, cuja frase que me sustentou foi dita em suas aulas: “Não tenha medo, escreva!”.

Para finalizar preciso fazer um agradecimento póstumo: Tia Nadir, relatora desse trabalho, falei com ela tantas vezes para narrar a história da família Lopes da Silva, que sempre me atendeu com muito carinho e atenção. Veio a óbito no decorrer deste trabalho (23/12/2022), deixo aqui a minha homenagem escrita por seus relatos.

Visto que tinha madeira, tinha serraria, faltava casa, faltava barracão. Do que precisa? Mão de obra! Entram em cena os carpinteiros (A autora, 2022).

RESUMO

Considerando o emprego da madeira na história da colonização na região sul do Mato Grosso uno, esta dissertação tem como objetivo principal fazer o levantamento e registro das edificações existentes e destacar a contribuição dos profissionais carpinteiros. Para idealizar este trabalho buscamos identificar as obras ainda existentes em madeira dentro da 1ª Zona da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND. Além disso, recorremos ao entendimento histórico no aspecto da implantação da Colônia nesse local, através das fontes escritas, fotografias e mapas, bem como ao estudo de técnicas arquitetônicas e aos sistemas construtivos adotados nas construções. Em relação aos procedimentos metodológicos, na identificação das obras, foram consultadas as famílias, cujas edificações foram erguidas entre as décadas de 1950 e 1970, no intuito de registrar aquelas existentes como memória arquitetônica da época. Nesse contexto, entra a contribuição dos carpinteiros, que conseguiam trabalhar e transformar a madeira, um recurso natural em abundância dessa época, tendo como trabalhador “João Carpinteiro”, na execução das obras dentro da Colônia, assim como destacamos a sua vinda como migrante. Desse modo, observamos a importância desse levantamento arquitetônico das edificações em madeira, uma vez que a grande quantidade disponível facilitou a prática de soluções arquitetônicas com o seu uso, registrando através de fotos e desenhos técnicos para que sejam reconhecidas como patrimônio histórico e cultural. Concluímos que este levantamento e registro das obras tem o intuito de reconhecer a existência de uma parte do patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-Chave: Arquitetura em madeira; Profissionais carpinteiros; Patrimônio Cultural da CAND.

ABSTRACT

Considering the use of wood in the history of colonization in the southern region of Mato Grosso, this dissertation's main objective is to survey and record existing buildings and highlight the contribution of professional carpenters. To idealize this work, we sought to identify the existing wooden works within the 1st Zone of the National Agricultural Colony of Dourados – CAND. Furthermore, we resorted to historical understanding regarding the implementation of the Colony in this location, through written sources, photographs and maps, as well as the study of architectural techniques and the construction systems adopted in the buildings. Regarding the methodological procedures, in the identification of the works, families were consulted, whose buildings were built between the 1950s and 1970s, with the aim of recording those existing as architectural memory of the time. In this context, the contribution of carpenters comes into play, who were able to work and transform wood, a natural resource in abundance at that time, with “João Carpinteiro” as a worker, in the execution of works within the Colony, just as we highlight his arrival as a migrant. Thus, we observe the importance of this architectural survey of wooden buildings, since the large quantity available facilitated the practice of architectural solutions with their use, recording through photos and technical drawings so that they are recognized as historical and cultural heritage. We conclude that this survey and registration of works aims to recognize the existence of a part of Brazilian cultural heritage.

Keywords: Architecture in wood; Professional carpenters; Cultural Heritage of CAND.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização das Aldeias Panambi e Panambizinho.....	29
Figura 2 - Localização da CAND sobreposta à atual divisão política da região.....	33
Figura 3 - Moradia em madeira padrão entregue aos colonos.....	36
Figura 4 - Localização da 1º Zona da CAND.....	47
Figura 5 - Localização da 2ª Zona da CAND.....	49
Figura 6 - Trajetória da Família Barbosa de França.....	53
Figura 7 - Trajetória do Aprendizado do ofício de Carpinteiro de JBS.....	55
Figura 8 - Trajetória da Família Lopes da Silva.....	58
Figura 9 - Casa dos meus avós maternos.....	60
Figura 10 - Casa dos meus pais.....	60
Figura 11 - Equipe de carpinteiros, no alto João Barbosa Sobrinho.....	65
Figura 12 - Telhado em madeira produzido pela equipe, anos 1960 a 1965.....	65
Figura 13 - Aroeira como esteio.....	67
Figura 14 - Fundação de aroeira.....	67
Figura 15 - Esteio vertical, peroba rosa.....	68
Figura 16 - Fechamento tábuas, mata-junta, angico.....	68
Figura 17 - Tesoura romana, peroba rosa.....	69
Figura 18 - Tesoura atirantada.....	69
Figura 19 - Piso, vedação horizontal.....	70
Figura 20 - Forro, vedação superior.....	70
Figura 21 - Cor natural da madeira.....	71
Figura 22 - Pintura à óleo, cor forte azul.....	71
Figura 23 - Casa em madeira de 1965 com representação em projeto arquitetônico.....	81
Figura 24 - Quadros horizontais inferior e superior, esteios e vedações tábuas mata-junta.....	83
Figura 25 - Metro de dobrar e lápis de carpinteiro.....	85
Figura 26 - Esquadro 45°.....	85
Figura 27 - Fio de Prumo.....	85
Figura 28 - Arco de pua.....	86
Figura 29 - Máquina de furar manual.....	86
Figura 30 - Exó cabo curvo	86
Figura 31 - Exó cabo reto.....	86
Figura 32 - Conjunto de serrotes.....	87
Figura 33 - Conjunto de martelos.....	87
Figura 34 - Plaina de madeira.....	87
Figura 35 - Localização das Edificações.....	90
Figura 36: Casa em Madeira na sua cor original.....	91
Figura 37: Casa de Moradia mista madeira e tijolo.....	92
Figura 38: Galpão Guarda de Utensílios Agrícolas.....	93
Figura 39: Casa de Moradia na cor amarelo.....	94
Figura 40: Casa de Moradia Cobertura Quatro Águas.....	95
Figura 41: Galpão Garagem sem fechamento.....	96

Figura 42: Barracão Silo Quadrado.....	97
Figura 43: Silo Quadrado.....	98
Figura 44: Detalhe Silo Quadrado.....	99
Figura 45: Casa de Moradia Cobertura Duas Águas.....	100
Figura 46: Casa alojamento de Trabalhadores.....	101
Figura 47: Barracão Oficina.....	102
Figura 48: Detalhe Tesoura Barracão Oficina.....	103
Figura 49: Barracão Guarda de Máquinas Agrícolas e Abastecedor Externo.....	104
Figura 50: Barracão Guarda de Máquinas Agrícolas Externo.....	105
Figura 51: Barracão com Silo Redondo.....	106
Figura 52: Silo Redondo.....	107
Figura 53: Barracão Garagem e Oficina.....	108
Figura 54: Detalhe Tesoura Barracão Oficina.....	109
Figura 55: Barracão Guarda de Máquinas Agrícolas com Ampliação em Zinco.....	110
Figura 56: Barracão para Guarda de Máquinas Agrícolas com Detalhe Tesoura.....	111
Figura 57: Barracão para Guarda de Máquinas Agrícolas Interno.....	112
Figura 58: Barracão para Guarda de Máquinas Agrícolas com Detalhe Tesoura.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Madeiras beneficiadas e utilizações.....	75
Quadro 2 – Pregos e aplicação.....	76
Quadro 3 – Espécies mais utilizadas na construção.....	78
Quadro 4 – Ferramentas e utensílios manuais.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)

Cooperativas dos Produtores de Mate “Amambai” Ltda (COPEMA)

Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais (FCBA)

Fundação Brasil Central (FBC)

Serviço de Proteção ao Índio (SPI)

Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO)

APRESENTAÇÃO

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

A minha formação acadêmica foi em Arquitetura e Urbanismo, em área de atuação mais focada no urbanismo, trabalhando pouco com projetos arquitetônicos. Nunca deixei de admirar as grandes obras, aquelas de valor histórico e patrimonial. Formada desde 1997, acabei me afastado da vida acadêmica, desde então. Foi só em 2018, que ingressei no curso MBA em Gestão Ambiental da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais (FCBA) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Passados dois anos do curso, senti a necessidade de me adentrar mais ao conhecimento de formação de núcleos urbanos, das cidades, enfim, do urbanismo. Surgindo a oportunidade de cursar o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, no qual participei da seleção e fui aprovada ingressando no curso em 2020.

A partir das disciplinas fornecidas pelo curso fui construindo a minha área de atuação, mas o tema do trabalho final ainda estava inacabado. Quando tivemos uma reunião on-line com o Prof. Dr. Douglas Santos, este praticamente desaprovou o meu tema inicial. Nesse momento, o Prof. Dr. Edvaldo César Moretti marcou reunião de orientação, também on-line, devido à pandemia, para conversar sobre o tema. Na oportunidade falamos sobre a minha casa em madeira em Dourados-MS, ao que ele sugeriu a mudança do tema voltado mais à arquitetura, até chegarmos ao tema atual.

Para descrever sobre o novo tema, voltei à infância, recordando os domingos, em que meu pai passava horas amolando o serrote, o som parecia uma sinfonia aos meus ouvidos. Percebi o quanto ele era dedicado ao trabalho e o muito que contribuiu para a formação do núcleo colonial. Lembrei-me das pessoas a que ele se referia quando ia trabalhar. Tive como base, os meus irmãos, que aprenderam o ofício de carpinteiro e execução de obras. Passei a dialogar e questionar a execução das obras executadas por meu pai e obras em madeira existentes na Colônia. Assim, a pesquisa passou a ter mais sentido e significado. No momento da qualificação, com as contribuições da banca, os caminhos foram se alinhando e se direcionando cada vez mais.

Durante este processo de reflexão e volta à infância, o desenho que se fixou em minha mente, apresento na capa deste trabalho. Represento o quintal da minha casa em Douradina-

MS. Ali existia uma pilha de lascas de aroeira, onde ao final dos dias subíamos cada vez mais alto, até o sol se pôr.

A temática apresentada contribuirá para a valorização de um patrimônio histórico e cultural, que são as edificações em madeira na 1ª Zona da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, fazendo parte da cultura sul-mato-grossense.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 OCUPAÇÃO E CONQUISTA DA PORÇÃO MERIDIONAL DO MATO GROSSO	
UNO: a extração da madeira, as serrarias e as edificações coloniais	23
2.1 Ocupação das terras no sul do Mato Grosso.....	23
2.1.1 A conquista de terras no sul do Mato Grosso.....	23
2.2 Das Características à implantação da CAND	32
2.2.1 Geografias e relação socioal.....	38
2.3 A extração da madeira nas terras da Colônia.....	39
2.4 O caso das serrarias na Colônia	43
2.4.1 Serrarias da 1ª Zona da CAND.....	45
2.4.2 Serrarias da 2ª Zona da CAND.....	48
3 DAS TRANSFORMAÇÕES ARQUITETÔNICAS COM O USO DA MADEIRA	51
3.1 Vida de Migrante	51
3.2 Cultura Arquitetônica	61
3.3 Profissionais da madeira: os carpinteiros.....	64
3.3.1 Classificação da madeira	72
3.3.2 Utilização da madeira beneficiada.....	73
3.3.4 Espécies de madeiras mais utilizadas	76
3.4 Como eram produzidas as edificações (concepção estrutural)	79
3.4.1 Técnica e sistema construtivo.....	82
4 REGISTROS COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DA CAND	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS	117

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo as edificações em madeira construídas entre as décadas de 1960 a 1970 no sul do Mato Grosso, em meio ao Distrito de Panambi¹ e a cidade de Douradina². O recorte geográfico de análise corresponde parte da área destinada a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e o período referido condiz com a pós fixação dos colonos em seus lotes rurais. As obras edificadas dentro de um ambiente rural surgiram a partir da necessidade dos colonos em ter moradia adequada e armazéns para estoque de grãos, provenientes da atividade agrícola.

A arquitetura das obras em madeira segue um repertório, uma técnica e um sistema construtivo derivado dos estados fronteiriços de São Paulo e Paraná, o conhecimento técnico chegava junto com o migrante, com os carpinteiros, que trabalhavam e transformavam a madeira em um conjunto de obras arquitetônicas espalhadas dentro daquele ambiente rural.

Dentro dessa proposta, observamos que, a madeira é o produto principal, explorado na época referenciada, pois ela existia em abundância, tanto que os colonizadores puderam escolher a retirada das melhores espécies existentes predominante na área de mata atlântica (1ª zona da CAND) e no Cerrado (2ª zona da CAND) serrarias foram instaladas para um melhor aproveitamento e beneficiamento, com destaque para a economia local.

O objetivo geral é entender o emprego da madeira no processo de edificação de residências coloniais da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Para isso, buscamos desvelar a dinâmica territorial na área adotada para sua implantação, inventariando as edificações ainda existentes como uma contribuição ao patrimônio histórico e cultural.

Os objetivos específicos que colaboram com esta pesquisa são:

- Fazer o levantamento histórico dos principais aspectos para a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados;
- Apresentar a vinda para o local da família de um dos trabalhadores em manufaturar a madeira, como foi o caso do migrante nordestino que se instalou na colônia;

¹ Panambi, Distrito de Dourados-MS

² Douradina-MS, o município foi criado pela lei Nº 78 de 12 de maio de 1980.

- Identificar a contribuição dos carpinteiros, profissionais que trabalham a madeira, tentando mensurar sua participação no processo de construção de residências e galpões;
- Levantar as principais espécies arbóreas retiradas para a utilização na construção das edificações na década de 1950 a 1970, bem como da região fitogeográfica;
- Inventariar o conjunto arquitetônico existente na 1ª Zona da CAND, demonstrando a técnica e sistema construtivos adotados na volumetria das obras.

Diante da história da CAND, buscamos compreender o processo de implantação e ocupação dos assentados, e para tanto, efetuamos um recorte geográfico e temporal, que melhor representa um conjunto arquitetônico localizado na 1ª Zona da CAND (local este fixado por minha família).

Ressaltamos ainda, a trajetória das famílias Barbosa de França e Lopes da Silva, que buscavam melhores condições de vida e uma terra para plantar e sobreviver, destacando João Barbosa Sobrinho³, este que com seu conhecimento em trabalhar a madeira muito contribuiu no processo de produção habitacional da Colônia.

Com relação à produção no espaço da Colônia, para o plantio foi necessário a derrubada da mata nativa, o que tornou a madeira matéria prima em abundância. Como consequência surgiu uma nova atividade econômica, a das madeireiras ou serrarias, que beneficiavam as toras de madeira derrubadas, transformando-as em peças próprias para a construção civil.

Foi o momento da pesquisa que percebemos o quão importante foi a madeira na construção arquitetônica da CAND. Desde então, passamos a realizar visitas à campo, recolhendo fotos como registro e anotando em caderneta a origem, ano e uso das obras existentes.

Isso posto, sentimos a necessidade de registrar aqui as edificações em madeira, que muito contribuíram para a formação do núcleo rural dentro da Colônia, para que vençam o tempo e permaneçam na memória, ainda que seja através dos registros em imagens e fotos desse patrimônio histórico e cultural.

Como fundamentação para a análise documental no primeiro momento da pesquisa, fez-se necessário levantar os autores que dialogaram com a temática, que teceram considerações sobre a história da CAND. A esse respeito as contribuições de Arakaki (2012), Araújo (2012), Carli (2008), de Carvalho (2005) e de Cavalcante (2013), são fundamentais para a compreensão da implantação da Colônia.

³ João Barbosa Sobrinho, João Sobrinho.

Ademais as contribuições de Menezes (2012) e Albanez (2018) foram referenciais sobre o desmatamento das espécies arbóreas e retiradas dos lotes, com a subsequente instalação de serrarias dentro da Colônia, abastecendo tanto a localidade, como ao mercado emergente a este novo ramo de atividade. Para o entendimento das espécies madeireiras que foram utilizadas consultamos Carvalho (2003) e Gonzaga (2006), e sobre o bioma Cerrado, Ribeiro & Walter (1998).

Para dialogar sobre a arquitetura empregada nas obras, assim como as técnicas e sistemas construtivos adotados, dialogamos com as contribuições de Zani (2013) e Gonino (2018), para depois verificar que a semelhança com a arquitetura paranaense era notável, assim como era também o sistema construtivo derivado da mesma cultura.

A legitimação das fontes orais empregadas nesta narração foi aferida em eventos ocorridos em família e diálogos induzidos para se chegar à narrativa mais aproximada sobre o deslocamento das famílias citadas e, para além dessas, sobre as das famílias dos colonos com edificações nas visitas em campo, também transcritos e documentados. Narrativas, a título de exemplo, a data da chegada à Colônia e do ano da construção das obras na propriedade.

Na busca por um processo metodológico direcionado ao tema proposto, começamos pelo reconhecimento necessário para se caracterizar o bem arquitetônico cultural e para tanto, inicialmente, passamos em revista a pesquisa bibliográfica existente em livros, artigos, dissertações e teses com foco no uso da madeira e arquitetura rural. Esta ação foi necessária para a definição de conceitos e classificação das obras, bem como da apresentação da história da implantação da CAND.

Após esta etapa, passamos à identificação das obras arquitetônicas existentes, com visitas em campo e o mapeamento georrefenciado por meio de utilização do GPS *Garmim*, e de uma máquina fotográfica *Sony* para captação das vistas internas e externas. Em seguida, a partir da bibliografia editada, comparamos a tipologia arquitetônica e sistema construtivo empregado, em total semelhança com as obras estudadas do estado do Paraná, muito bem explanados por Zani (2013). Passamos à produção dos desenhos técnicos através das imagens captadas.

Por último, apresentamos, através de desenhos técnicos e imagens fotográficas a estrutura das obras, como planta baixa, fachadas e cortes, dentro de um desenho arquitetônico próximo da realidade encontrada.

As visitas e trabalhos de campo foram prazerosos, pareciam verdadeiros passeios, pois que todas foram acompanhadas por meus irmãos mais velhos. A primeira visita foi com o Célio, que além de saber a localização das obras, narrava todo o sistema construtivo da época. A

segunda e terceira visitas foram com o Ivo, que destacou a dificuldade em montar uma tesoura no chão e depois erguê-la peça por peça, até a parte superior para a formação do telhado, Ivo destacou também a furadeira existente à época, que não conseguia aprofundar o furo e muitas brocas se quebravam nas tábuas que precisavam ser parafusadas. As demais idas a campo foram para acertar detalhes das imagens não captadas com qualidade.

Fomos muito bem recebidos em todas as propriedades visitadas, e com prazer constatamos que ainda moram neste local pessoas conhecidas dos meus irmãos, e que falam com muito carinho do profissionalismo empregado por meu pai na época de execução das obras.

A necessidade da produção dos mapas se deu para melhor representar e visualizar a localização da CAND, identificando o fluxo migratório dos meus pais até a chegada ao local em estudo. Ademais, o mapa georreferenciado serve para identificar a localização precisa das edificações apresentadas. Tais mapas foram produzidos pelo sistema *ArcGIS versão 10.3*, Sistema de Projeção Plana UTM, DATUM: Sirgas 2000, Zona 21S, no interior do laboratório da UEMS *Território Organizado*.

Os desenhos técnicos e arquitetônicos foram elaborados em programa *autocad* e para melhor definir a realidade encontrada foram inseridas fotos na mesma prancha (folha), com escala apropriada ao tamanho da obra representada.

Com relação à organização desta dissertação ela está dividida em cinco seções:

- A seção 1, trata-se da Introdução;
- A seção 2, intitulada, Ocupação e conquista da porção meridional do Mato Grosso Uno: a extração da madeira, as serrarias e as edificações coloniais;
- A seção 3, intitulada, Das transformações arquitetônicas com o uso da madeira;
- A seção 4, intitulada, Registros como patrimônio histórico cultural da CAND;
- A seção 5, trata-se das Considerações Finais.

Convém mencionar que na segunda seção será abordada a história da implantação da Colônia, sobre como foram as estratégias de intervenção política de nacionalizar as fronteiras, dos incentivos à ocupação através da doação de lote, em regime de pequena propriedade. Os lotes eram destinados à fixação de agricultores visando o fortalecimento da economia interna. Vale ressaltar ainda, que eram os grupos indígenas os que primeiramente ocupavam parte deste território, as etnias que vivem ainda hoje em área reservada.

Em continuidade à esta segunda seção, destacamos as dificuldades encontradas pelos primeiros colonos na ocupação de seus lotes e no preparo da terra para plantar. Foi em decorrência do desmatamento que foi surgindo a matéria prima para erguer as primeiras

edificações dentro da Colônia, reproduzindo o ciclo econômico madeireiro. Nesta seção, procuramos apresentar o processo de formação histórico e geográfico daquela região.

Para compor a formação de uma comunidade, destacamos na terceira seção a vinda de duas famílias migrantes do Nordeste, passando pelo Sudeste até a sua fixação nesta 1ª Zona da CAND, muito contribuindo com processo de construção de residências e galpões deste espaço colonial.

Cabe revelar, ainda na terceira etapa o valor arquitetônico de uma obra. Através da bibliografia estudada, consideramos se tratar de uma arquitetura repassada através de conhecimentos trazidos do Norte do Paraná e Leste do estado de São Paulo, avaliando para tanto a composição volumétrica e as técnicas e sistemas construtivos trazidos pelos migrantes.

Na quarta seção será demonstrado o conjunto de obras que foram construídas por carpinteiros, os profissionais que trabalham com a madeira. As construções registradas são diversas, são casas de moradia familiar, alojamentos de trabalhadores, galpões, barracões para depósito de materiais e máquinas agrícolas e silos ou tulhas para armazenamento de grãos.

A concepção e formação estrutural destas obras foram captadas através de fotos e análises no local, além da narrativa dos acompanhantes de campo e entrevistas com os proprietários. Tudo anotado em caderneta de campo, atingindo o propósito de aproximar, através de desenhos técnicos a representação das edificações visitadas.

No decorrer do processo de pesquisa, na medida que avançamos com as entrevistas, conversas em família e trabalho de campo, constatamos que as experiências existentes num pequeno espaço de convívio familiar e comunitário foram de muita troca de conhecimentos e vivências. Apesar da ausência de estudo técnico, os conhecimentos adquiridos foram repassados por pessoas e gerações consolidando o núcleo rural da 1ª Zona da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

Estamos convencidos que essa dissertação oportuniza levar o conhecimento arquitetônico, cultural e histórico das edificações em madeira existentes dentro da Colônia, construídos entre as décadas de 1960 a 1970 e existindo e resistindo como um legado.

Como resultado dessa pesquisa evidenciamos o emprego da madeira e a contribuição dos profissionais carpinteiros para o avanço da implantação da Colônia. Ao mesmo tempo que a exposição das obras existentes não tem nenhuma garantia de preservação, deixamos aqui o registro como memórias arquitetônica e cultural, memórias estas que fizeram e fazem parte da história da formação do Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul.

2 OCUPAÇÃO E CONQUISTA DA PORÇÃO MERIDIONAL DO MATO GROSSO UNO: A EXTRAÇÃO DA MADEIRA, AS SERRARIAS E AS EDIFICAÇÕES COLONIAIS

2.1 Ocupação das terras no sul do Mato Grosso

Esta seção apresentará a formação histórica do Mato Grosso uno, por meio de informações contidas em fontes primárias e da bibliografia existente, sobre a história da constituição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, dos desdobramentos da política de intervenção estadonovista para nacionalizar as fronteiras que se encontravam em uma concessão para exploração da erva mate, planta nativa da região.

A Companhia Matte Laranjeira detinha contrato de arrendamento que abrangia extenso território, em que habitava os povos originais, os Guarani Kaiowá. Houve um relevante impacto para a região a criação da CAND, sobretudo pela intensa migração que trouxe para esta área. De fato, a CAND proporcionou a exploração da mata nativa, gerando com isso um novo setor econômico, voltado a atender o mercado consumidor das grandes cidades brasileiras. Também a utilização da madeira proporcionou a formação urbanística local.

2.1.1 A conquista de terras no sul do Mato Grosso Uno

O processo histórico de ocupação nas terras do sul do Mato Grosso uno passou por intervenções federais que exerceram papel decisivo na ocupação territorial, conforme a bibliografia consultada. Para melhor compreender tal processo, buscamos⁴ identificar as ações do governo voltadas para esta região. Os dois organismos de expressão que atuaram como veículos de intervenção federal no âmbito da região Centro-Oeste foram a Fundação Brasil Central (FBC) e, posteriormente, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-

⁴ Nesta Dissertação optou-se por utilizar a 1ª pessoa do plural na produção textual pelo fato de ser uma construção feita pela autora com a contribuição de diversos sujeitos. Desta forma quando utilizamos o “nós” não estamos impondo nossa interpretação, mas construindo uma reflexão. Entretanto, na terceira seção optou-se por utilizar a 1ª pessoa do singular, haja vista que a autora, é participante ativa dos relatos que produzem a história que fundamenta esta pesquisa.

Oeste (SUDECO)⁵. Ao mesmo tempo que ações de cunho estadual também tiveram o seu papel na defesa por um estado independente e econômico.

Durante o governo de Getúlio Vargas, denominado Estado Novo (1937-1945), o sul de Mato Grosso foi um dos principais locais vislumbrados para adoção da política de colonização, visto que, na condição de fronteira, despertava preocupações quanto à segurança do território nacional. Os limites geográficos servem apenas para a demarcação jurídica, mas ali se encontravam realidades heterogêneas, onde se relacionavam os diferentes idiomas, culturas e etnias. Ali, portanto, havia interesses específicos, visões distintas de mundo, de sociedade, de natureza e de economia, era assim um lugar de conflito. Outra característica desta região de fronteira era a baixa densidade populacional e a presença significativa de estrangeiros paraguaios. Uma das preocupações do nacionalismo em Vargas era justamente os desafios deste espaço fronteiriço, havendo, pois, que considerar o fortalecimento político e econômico idealizado pelo regime à integração com as demais regiões do país, havendo mudança nas relações de produção (MENEZES, 2012, p. 17).

Foi com o reconhecimento deste contexto histórico que o Sul do então Mato Grosso se tornou meta aos projetos estadonovistas expressos na campanha “Marcha para Oeste”, uma política de incentivo ao povoamento de parte da região oeste, visando a integração às demais regiões brasileiras (ARAKAKI, 2003, p. 19). Sobre tudo, as ações de intervenção à integração do mercado nacional e de ocupação das fronteiras agrícolas visavam o fortalecimento e ampliação do mercado interno, através de um planejamento e desenvolvimento regional.

A idealização da campanha “Marcha para o Oeste” se deu a partir dos fundamentos teóricos da geopolítica. Dentre os quais destacava-se Rudolf Kjéllen (1864-1922) que definiu uma distinção entre a geografia política e a geopolítica ao afirmar que a primeira seria estática, parte da ciência geográfica, enquanto que a segunda era dinâmica, parte da ciência política, concluindo que a geopolítica pode ser definida como a “ciência do Estado como organismo geográfico” (CARVALHO, 2005, p. 80). Getúlio Vargas pretendia ocupar-se da expansão demográfica e econômica dentro do território nacional, principalmente da região Centro-Oeste, tomando os espaços como forma de proteção às fronteiras e à interiorização do país.

De outra parte, existia ainda o ciclo da erva-mate. A exploração econômica da erva-mate em Mato Grosso se deu oficialmente com o decreto nº 8.799 de 9 de dezembro de 1882,

⁵ Sobre a atuação da Sudeco, espaço regional, através de diversos programas de desenvolvimento, consultar: ABREU (2001).

por meio do qual, o governo imperial⁶ legalizava a concessão de exploração da erva-mate em terras devolutas da província de Mato Grosso à Thomaz Laranjeira, (MENEZES, 2012, p.20). Laranjeira, que durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) prestara serviço às tropas brasileiras como fornecedor de produtos de subsistência e de animais de tração, terminada a Guerra continuou servindo à Comissão de Limites⁷, que nessa condição se aproximou do Presidente da Província de Mato Grosso, obtendo ajuda deste para conseguir a concessão do Império para explorar os ervaais mato-grossenses. (ARAKAKI, 2003, p. 22).

Enquanto o governo federal idealizava a expansão demográfica e econômica, visando promover a ocupação das fronteiras e a interiorização do país no sul do Mato Grosso, o território estadual encontrava-se sob o virtual monopólio econômico da exploração da erva-mate. Seus municípios encontravam-se limitados economicamente sob o domínio da concessionária, sendo esta detentora de um contrato de arrendamento de uma extensa área de ervaais nativos localizados nas matas do extremo sul do Mato Grosso.

Para melhor entender a história, Thomaz Laranjeira, nascido em Bagé/RS, inicialmente se dedicou à exploração ervateira no Paraguai, tendo já como principal mercado consumidor a Argentina. Usando vínculos de amizade conquistados junto a Comissão Demarcadora dos Limites de Fronteira, Laranjeira recorreu ao presidente da província e obteve a sua primeira concessão para a exploração dos ervaais da então província de Mato Grosso (Decreto nº 8799 de 9 de dezembro de 1882) iniciando desde então seu empreendimento. (CARLI, 2005, p. 34).

Da área inicial compreendida entre os marcos da Rincão de Julho e as cabeceiras do Iguatemi, entre os rios Amambá e Verde, foi sendo ampliada através de novos contratos pleiteados junto aos políticos. Em princípio da República, se relacionava com os Murtinho⁸, que na década de 1890, formaram junto a Laranjeira a empresa de nome Companhia Mate Laranjeira, detendo controle de 5.400.000 hectares de terras devolutas. Pelo contrato de concessão, a terra não era vendida, era arrendada e a Empresa detinha o direito a explorar a erva-mate, sendo proibida a exploração da madeira. Os moradores já existentes na área concedida tinham também a permissão para fazerem suas colheitas da erva-mate, porém a empresa concessionária dificultava e mesmo impedia a exploração por parte dos pequenos produtores, usando sua influência política e solicitando proteção do Estado. Quando em 1902 a empresa foi assumida pela Sociedade Comercial Francisco Mendes Gonçalves & Companhia,

⁶ Dom Pedro II, imperador do Brasil de 1840 a 1889.

⁷ As autoras divergem no uso da denominação: Comissão Mista de Limites Brasil-Paraguai, CARLI, 2008 e Comissão Demarcadora de Limites entre Paraguai e o Brasil, ARAKAKI, 2003.

⁸ Joaquim Murtinho (1848-1911) fora Ministro da Fazenda e seu irmão Manoel José Murtinho (1847-1917) fora o primeiro presidente do Estado de Mato Grosso do período republicano.

com sede em Buenos Aires, era mais evidente ser a Argentina como o mais forte mercado consumidor (CARLI, 2005, p. 35).

Desse modo, a empresa com direitos extrativos não contribuía com a inserção da região no mercado interno, obtinha lucros altíssimos, maiores que a arrecadação anual da província. Desde a primeira concessão a Companhia Mate Laranjeira explorou quase que com exclusividade a extração da erva mate, situação que gerava conflitos, como nos expõe Suzana Arakaki:

Usando principalmente a mão-de-obra estrangeira paraguaia, que através desta cooptava a mão-de-obra indígena. O tratamento da Companhia para com os trabalhadores e a proibição de ervateiros independentes, gerava conflitos na região. As condições desumanas impostas aos trabalhadores os expunham a toda sorte de violências. Submetidos a um sistema de escravização branca, perpetuada pelo sistema de barracão, os trabalhadores ainda ficavam à mercê do capataz e da polícia existente na Companhia, que davam combate ao contrabando da erva (ARAKAKI, 2003, p. 23).

Embora a atividade econômica exercida pela Companhia expressasse relevância econômica ao estado, tudo girava em torno de seus interesses, tendo como centro de suas operações a Fazenda Campanário. Também por intermédio da Mate Laranjeira houve a estruturação de portos⁹, construção de estradas e um pequeno trecho ferroviário. Toda essa estrutura era proveniente dos resultados satisfatórios na atividade extrativa e no escoamento da produção, assim se tornando uma empresa de grande poder político, economicamente a mais forte que o Estado (CARLI, 2005 p. 35).

Havia uma preocupação da Companhia em exercer domínio territorial, uma vez que a empresa usava de sua influência política para manter o monopólio dificultando ou impedindo a exploração por parte dos pequenos produtores, alegando em seu favor estes representarem ameaça a justificar solicitar a proteção do Estado. Isso impedia o pleno povoamento da região e a Mate se tornava assim um entrave para o crescimento do Estado. Nessa ocasião, Pedro Celestino Corrêa da Costa, que se tornaria o novo presidente do Estado, liderou reação contrária às propostas da empresa. Fora então aprovada uma nova medida, a Lei nº 725 de 24 de setembro de 1915, na qual a área arrendada não poderia ultrapassar 1.440.000 ha e era reconhecido o direito aos posseiros já estabelecidos nas suas áreas (CARLI, 2005, p.38).

⁹ Sendo um deles o que deu origem a Porto Murinho, cidade que emergiu e tem sua história vinculada ao porto construído pela Companhia.

A exploração dos ervais nativos era até então atividade exclusiva da empresa concessionária, porém a partir de 1919 começaram a ser expedidos títulos aos novos proprietários, logo, minimizando de certa forma o controle da Companhia sobre as matas nativas ricas em erva-mate. A partir de então, o vasto território dominado pela empresa ficou sob fiscalização federal, já que pela nova Constituição (1937), o controle sobre terras devolutas voltou para União (CARLI, 2005 p. 38-40).

Consta ainda que, em 1965 a Argentina cortou de vez suas importações da erva-mate mato-grossense, havendo em 1966 o último embarque do produto. A partir daí, se deu por encerrado a exportação de erva-mate que naqueles anos estava sobre o domínio de produtores independentes cooperativados pela *Federação das Cooperativas dos Produtores de Mate “Amambai” Ltda.* (COPEMA), com sede em Ponta Porã. Em Amambai, havia uma das cooperativas federadas, estando as outras três instaladas em Ponta Porã, Iguatemi e Dourados, segundo Albanez (2013, p. 69).

Aqui, podemos unir os interesses das duas esferas: Estadual em limitar os espaços da Companhia Mate Laranjeira para a colonização e Federal, que também tinha como objetivo ocupar os espaços considerados “vazios”, povoando as regiões fronteiriças do país e promovendo a integração junto aos demais estados brasileiros. Logo, o Estado, pelo Decreto nº 616 de 20 de janeiro de 1923, reservou 50.000 ha de terras, situadas entre os rios Brilhante e Panambi, no então município de Ponta Porã, destinado à colonização, área reduzida em 1932 para 30.000 hectares, parcela destinada ao Patrimônio de Dourados.

Já o projeto de colonização dirigida do governo federal, evocado pela “Marcha para Oeste”, foi precedido pela criação em 21 de setembro de 1943, do Território Federal de Ponta Porã, que incluía os municípios de Dourados, Rio Brilhante, Ponta Porã, Maracaju, Nioaque, Bela Vista e Porto Murtinho (ARAKAKI, 2003, p. 22). Foi o primeiro passo para a origem da colônia, pois no mesmo ano, pelo Decreto lei nº 5.941 de 28 de outubro de 1943, surgiu a CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados¹⁰, com a demarcação de 300 mil hectares no município de Dourados, decreto assinado pelo presidente da República Getúlio Dornelles Vargas e que trazia no seu artigo primeiro:

¹⁰ Observamos que a sigla adotada para determinar a colônia fora usada de formas distintas pelos autores, há citações como Colônia Federal de Dourados, Colônia Agrícola de Dourados, Colônia Agrícola Nacional, Núcleo Colonial de Dourados, sendo que para esta escrita utilizaremos a nomenclatura CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados, pois consideramos a mais próxima à sua lei de criação.

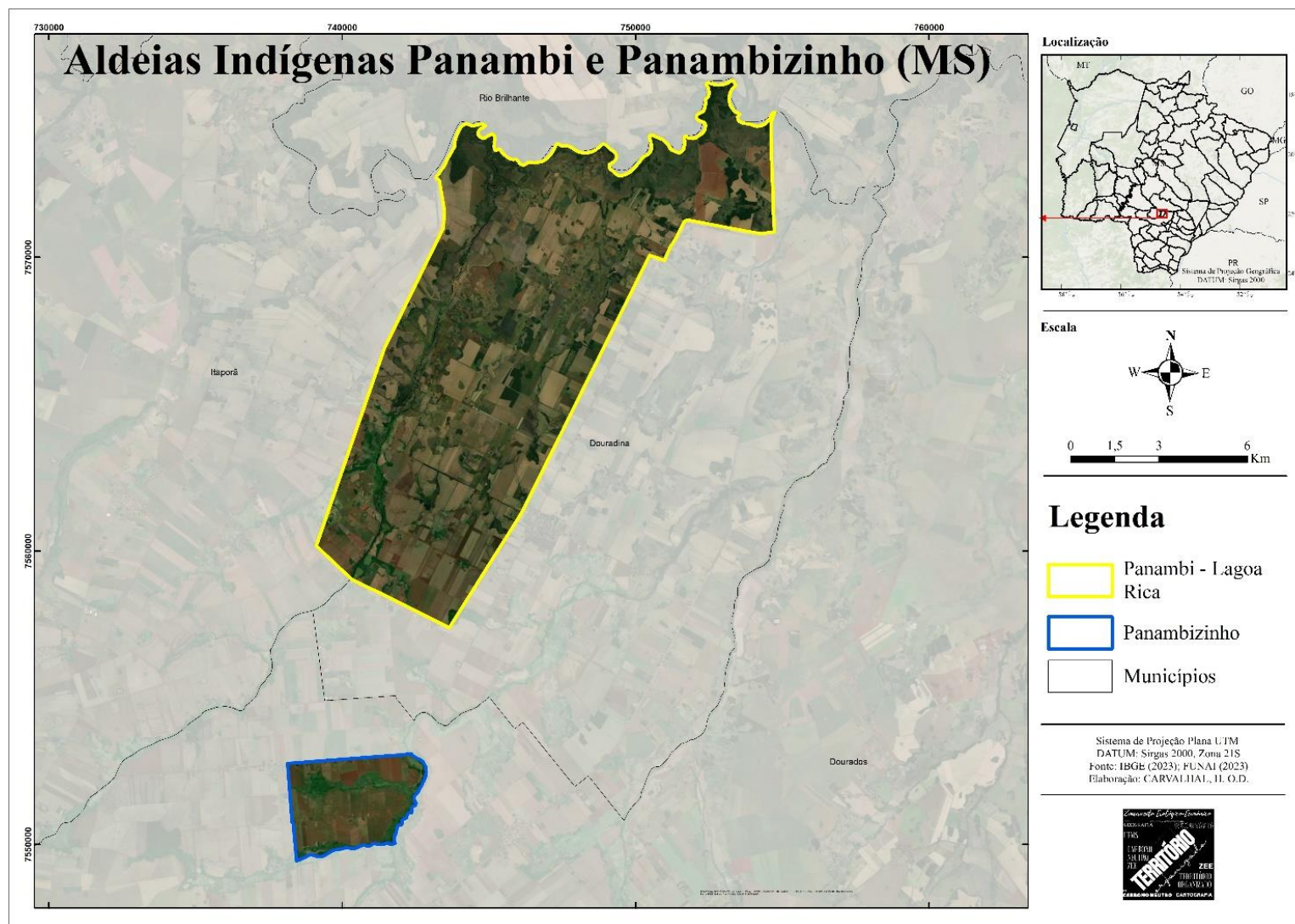
Fica criada a Colônia Agrícola Nacional “Dourados”, no Território Federal de Ponta Porã, (C.A.N.D.), na região de Dourados, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura. Parágrafo único: A área a ser demarcada não será inferior a 300.000 (trezentos mil) hectares (BRASIL, 1943, p. 01).

Vale ressaltar que, quando o governo Federal expressou ocupar os espaços “vazios”, desconsiderava a presença dos povos originários. Os povos indígenas faziam parte deste território primitivamente ocupado, estes que vivem ainda hoje em área reservada, em parte resultado do não reconhecimento da plenitude dos territórios tradicionalmente por eles ocupados.

2.1.2 Originais habitantes do sul do Mato Grosso

Em meio ao contexto de ação colonizadora do Estado brasileiro, viviam em terras sul mato-grossenses, os Kaiowá, percorrendo território compreendido entre o Rio Brilhante e os córregos Laranja Doce e Panambi. Os índios Kaiowá eram pertencentes à aldeia Panambi, ou Lagoa Rica, no atual Município de Douradina e a aldeia Panambizinho, ou Vila Cruz, localizada no Distrito do Panambi, município de Dourados. Todas as terras da aldeia Panambizinho foram ocupadas por não indígenas a partir da instalação da Colônia. As duas aldeias faziam parte de um mesmo território, o Kaiowá, e ocupavam extensas áreas com suas famílias. Com a implantação do assentamento colonial essas aldeias foram divididas (MACIEL, 2005, p. 35).

Figura 1- Localização das Aldeias Panambi e Panambizinho



Fonte: Elaborado por CARVALHAL, Henrique de Oliveira Diniz (2023).

Os indígenas da região do Panambi foram vítimas do projeto de colonização federal implantado pelo governo Getúlio Vargas, pois a aldeia estava dentro da área escolhida para a CAND, e não houve nenhuma política pública a favor dos povos indígenas por parte do Estado. Ao contrário, tornaram-se um empecilho para o loteamento, pois os Kaiowá resistiram às tentativas de retirá-los da área porque possuíam fortes vínculos socioculturais com àquele território, que incluía a existência de um cemitério (NAGLIS, 2014, p. 58 e MACIEL, 2005, p. 28).

Para os povos indígenas, habitar o território significa muito mais do que apenas uma ocupação, pois seu modo de vida depende diretamente do tamanho da área, pois quanto maior, mais vegetação há, mais plantas, mais animais e alimentos. Da matéria-prima depende o seu sustento, a produção de objetos dentro da sua cultura, uma sustentabilidade que garante a proteção do meio ambiente e da biodiversidade:

Território é condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que desenvolvem todas as formas de vida. Território, portanto, é um conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem o sentido da vida individual e coletiva (LUCIANO, 2006, p. 101).

Para os Kaiowá, proteger a terra em que habitam foi de fundamental importância, haja vista que a terra é um fator de resistência, que mobiliza a aldeia, os povos e toda a comunidade indígena, em defesa de seus territórios. Com a demarcação da Colônia houve resistência dos povos originários que ocupavam essa área, buscando com isso a garantia de viver na diversidade cultural e modos de vida tradicional.

A presença dos povos indígenas se tornou um problema para a instalação dos colonos e a distribuição de lotes definidos pela Colônia, situação que gerou diversas negociações entre o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a administração da Colônia para tentar solucionar o embate produzido entre indígenas e os colonos. Se por um lado, os povos indígenas tiveram suas terras invadidas, o que é inquestionável, por outro, este processo teve consequências históricas também para os colonos que ganharam lotes no Panambi (MENEZES, 2012, p. 37).

No momento da implantação da Colônia, a partir de 1943, houve a tentativa de fazer a transferência dos indígenas do seu lugar tradicional para o posto indígena Francisco Horta, havendo grande resistência dos indígenas em deixar suas terras, alegando também ser a área oferecida um campo, pobre em caça, ocasionando uma situação complexa e delicada (MENEZES, 2012, p. 37).

O conflito entre os indígenas e os colonos instalados permaneceu por algumas décadas, devido fato de que a população Kaiowá no território foi ficando à margem do processo, pois não conseguiram o essencial, que era a garantia de permanecerem livres e seguros em suas terras.

Na instalação da CAND, a comunidade Kaiowá da aldeia Panambi permaneceu com os 360 hectares de território, mas a aldeia Panambizinho passou a ocupar apenas 60 hectares das terras, embora nunca desistiu de lutar pelos direitos constitucionais, depois de 1988 amparada pela nova Constituição:

Art. 20, as terras indígenas, por força de dispositivo constitucional, são bens de propriedade da União.

Art. 231, § 2º, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (BRASIL, 1988, p. 131).

Como os Kaiowás sempre buscaram a retomada de seus territórios tradicionais, finalmente, em abril de 2003, uma parte desses territórios reivindicados foram demarcados. Tiveram ainda que aguardar mais um ano para que as terras fossem entregues, devido ao acordo de indenização aos colonos que detinham a titulação da área na CAND. Em novembro de 2004, a extensão territorial dos Kaiowá passou a ser de 1.240 hectares (MACIEL, 2005, p.36). Os colonos foram então indenizados e transferidos para a fazenda Terra do Boi, contando o prazo de mais de um ano para entregar as terras aos indígenas e recebendo uma indenização pelas benfeitorias existentes nas terras anteriormente tituladas. A nova área entregue pertence ao município de Juti, estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse processo histórico percebemos que tanto indígenas quanto colonos foram vítimas de um processo de expropriação, em decorrência da colonização de Vargas e depois da revisão da titulação dos lotes. Isso porque os migrantes vieram atraídos pela oferta de terra gratuita e não tinham conhecimento de que se tratava da ocupação de terras indígenas. Os indígenas obviamente se ressentiram com a presença dos moradores forasteiros se apropriando do seu espaço.

A transformação da terra em mercadoria envolveu, portanto, conflitos e contradições, uma vez que para o indígena a terra não é um meio de apropriação de riquezas. A terra segundo seu modo de ver é meio para manter a sua condição específica de vida, mais do que isso, é seu direito em um País em que sempre viveu e viverá.

Retomando à implantação da CAND, a área pretendida para a Colônia foi recortada em pequenos lotes, onde as famílias foram instaladas, seguindo as estratégias de intervenção política de nacionalizar as fronteiras com vistas a um imaginado fortalecimento da economia interna. A visibilidade da implantação da CAND destacamos em seguida.

2.2 Das Características à implantação da CAND

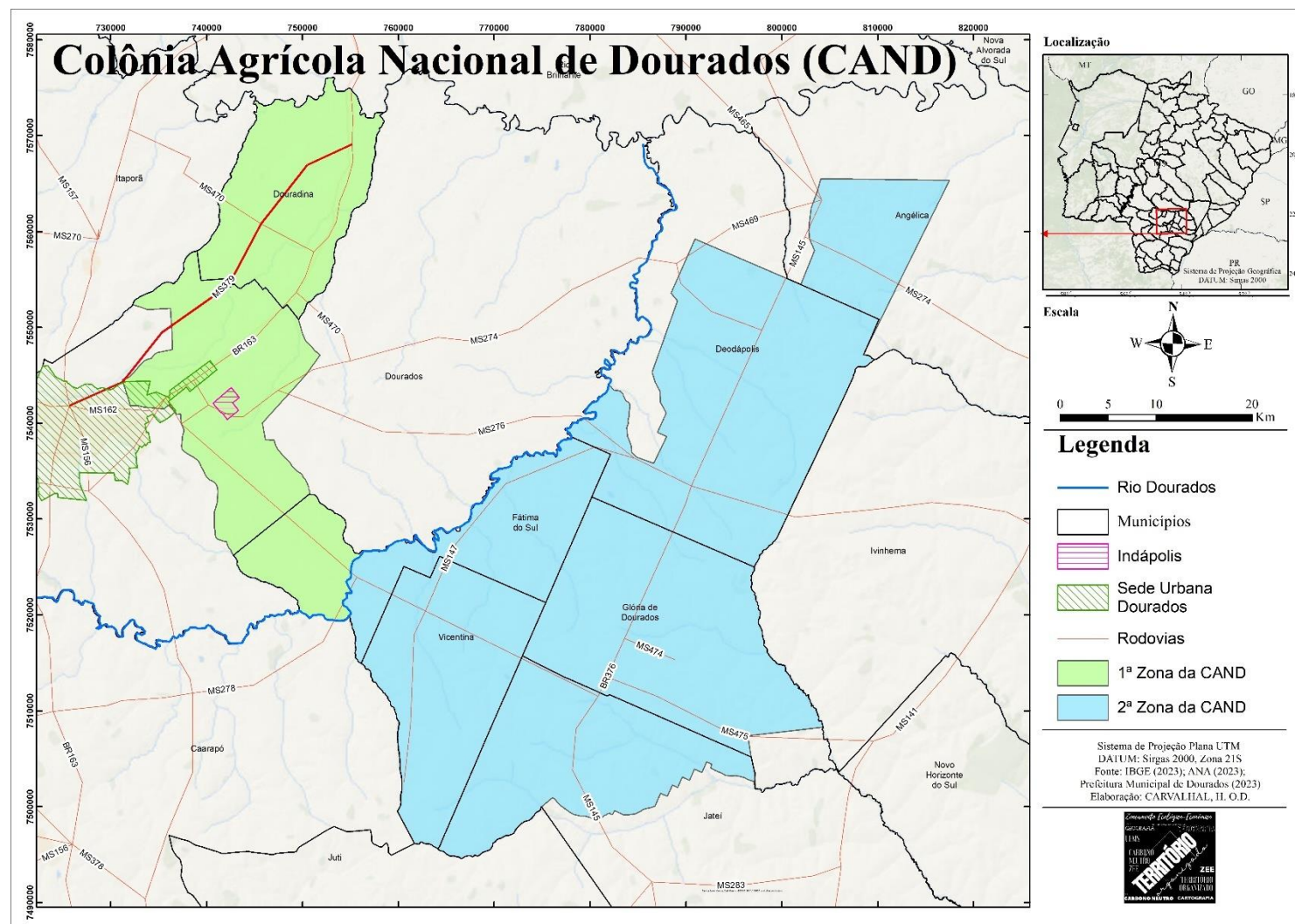
A Colônia Agrícola Nacional de Dourados, conforme divulgavam os documentos oficiais foi um programa de colonização da região, pela política de Getúlio Vargas visando melhorar as condições de vida existenciais do homem no campo, por exemplo, destinava-se à fixação de agricultores, em regime de pequena propriedade, com vistas à diversificação econômica regional e ao fortalecimento do mercado interno, no sentido de diminuir a condição de pobreza e o êxodo rural, fixando o homem à terra.

Também fazia parte dessa operação a expansão das fronteiras agrícolas que sustentariam ao surgimento de indústrias que emergiam nos grandes centros. A área escolhida para a Colônia reunia recursos naturais como hidrografia, florestas densas e minerais. No campo econômico, a expansão de áreas agrícolas por meio de projetos da colonização, tinha como objetivos expandir e ocupar áreas de fronteira (CARLI, 2008, p. 52-56).

Quando foi implantada a CAND, a região era dirigida pela legislação do Território Federal de Ponta Porã, após sua extinção voltou a pertencer ao Estado de Mato Grosso. Nesse sentido a Lei estadual nº 87, de 20 de julho de 1948, especificou a localização da Colônia no interior do município de Dourados, bem como os seus limites. Sendo assim, a área que seria de 300.000 hectares foi reduzida a 267.000 ao acatar os direitos adquiridos pelos assentados, que detinham títulos de domínio expedidos pelo governo do Estado (MENEZES, 2012 p. 23).

Os 267.000 hectares que constituíam a Colônia foram divididos em duas partes, denominadas zonas, separadas pelo rio Dourados. A 1ª Zona estava localizada à esquerda deste rio, com 68.000 ha e a 2ª Zona ficava à direita com uma área de 199.000 há (NAGLIS, 2008, p.44). A 1ª e 2ª Zona da CAND englobava os territórios dos atuais municípios de Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados, Deodápolis e Angélica, como consta na figura 2:

Figura 2 – Localização da CAND sobreposta à atual divisão política da região



Fonte: Elaborado por CARVALHAL, Henrique de Oliveira Diniz (2023).

Como estratégia de atrair os colonos, seriam distribuídos gratuitamente terras a trabalhadores rurais sem terra e reconhecidamente pobres. A proposta era atrativa para quem sonhava em adquirir um lote como meio de trabalho e sustento da família. A propaganda foi intensificada através da campanha “Marcha para Oeste”, visando garantir o sucesso na ocupação dos espaços geográficos, o que despertou interesse dos trabalhadores rurais, atraindo a população de várias regiões do país. Tudo isso para abrir caminhos, colonizar e ocupar territórios, sempre com o objetivo de adquirir terras, tornando-as meio de subsistência pela agricultura. Assim se fez a oportunidade para a vinda de levas migratórias, deslocadas de vários pontos do país para o sul do então estado Mato Grosso (CARLI, 2005, p. 58-60).

Na época, um dos meios de divulgação mais acessíveis a todas as camadas sociais era o rádio. O governo Vargas fez por intermédio de campanha radiofônica uma intensa divulgação da colonização, para além da divulgação pelos canais de comunicação oficiais. Isso se intensificou até que de boca em boca em todos os lugares do país se falassem das colônias, da CAND em específico em Mato Grosso (MENEZES, 2012, p. 24).

Os migrantes determinados a desbravar o sul do Mato Grosso seguiram motivados pelo sonho de terem um pedaço de terra, vindos de diferentes regiões do país, dentre elas a corrente migratória nordestina (baianos, pernambucanos, cearenses), os originários do Sudeste (paulistas e mineiros), assim como os do Rio Grande do Sul (gaúchos), de Goiás (goianos) e de Santa Catarina (catarinenses). Embora o foco fossem os nacionais, havia também os imigrantes estrangeiros, (paraguaios, portugueses, alemães, japoneses) que encontraram com a presença mais remotas de afro-brasileiros provenientes de um antigo quilombo localizado no estado de Minas Gerais. Assim foi impulsionando o crescimento populacional e econômico, e produziu-se uma cultura regional (CARLI, 2008, p.132).

Com a instalação das famílias na área pretendida efetivava-se o início do processo de colonização. As áreas transformaram-se em espaços particulares, que recebiam dos colonos a denominação de sítios. Tais sítios podiam ter como limite um córrego, e quando isso ocorria os colonos tratavam com dois espaços e dois tipos de solo diferentes. A área que se aproximava do córrego recebia a denominação de várzea (varjão na linguagem dos colonos), era uma terra escura, área plana e com muita água, necessitando de trabalhos adicionais, de canalização ou de abertura de valas para escoamento do excesso.

Ademais, após a retirada da vegetação original próxima ao córrego, ficava um solo de boa qualidade para se fazer plantio de arroz, porém muito trabalhoso até o tratamento de correção finalizado. O outro espaço era denominado pelos colonos de espigão, tendo o mato

como sua vegetação natural, vegetação essa que depois de derrubada tornava-se roça, produzindo culturas, como o café, o arroz, o feijão, a batata, a mandioca, a abóbora, o fumo, a banana, a melancia e o trigo (CARLI, 2008, p.133).

As implantações das obras de infraestrutura da CAND e o funcionamento da máquina administrativa perduraram entre os anos de 1943 a 1950. Durante esse período havia um administrador responsável por articular soluções e sanear as necessidades básicas dos colonos. A ação da administração foi caracterizada por ser morosa quanto ao envio de verbas e quanto à falta de cumprimento de prazos, resultando atraso na execução das benfeitorias de infraestrutura aos colonos (NAGLIS, 2014, p. 86-89).

Dentre os benefícios realizados durante este período estão as estradas que ligam Dourados a Rio Brilhante, inicialmente com objetivo de ligar à Estrada de Ferro Sorocabana, a ponte sobre o rio Brilhante e mais 200 Km de estradas vicinais. Havia também a construção da serraria, marcenaria, serralheria e olaria para atender aos colonos. Somando-se como importante estrutura, abriram-se doze escolas e dois postos de saúde.

Após a distribuição e assentamento dos lotes, a necessidade primária era a da moradia dos colonos, que pelo projeto a administradora construiria. Segundo Naglis (2014), foram construídas casas em 200 lotes, denominadas de “casas dos colonos” como podemos observar na figura 3. Construídas de tábuas em madeira distribuídas na horizontal, cobertas por telhas de barro, cuja técnica era a distribuição das tábuas na horizontal através do encaixe, sem a necessidade de pregos, visto que essas não eram muito alinhadas, pelo corte da serraria. Assim, as peças rústicas eram serradas e encaixadas formando o fechamento das paredes, das portas e das janelas, sendo também elaboradas na própria obra. Os profissionais eram migrantes da própria colônia que eram contratados para a execução das moradias.

Figura 3 – Moradia em madeira padrão entregue aos colonos

	
Fonte: Comissão de Revisão Histórico de Dourados Nota: Casa da colônia – época do assentamento (1943 a 1950)	Foto: Paulo Takarada (2012) Nota: Casa Vila São Pedro - remanescente até 21/08/2012.

Todavia, nem todos os lotes foram atendidos com a construção de casas e para resolver o problema de moradia, pois muitos colonos tiveram que erguer suas próprias casas, cuja forma de construção adotada foi de taipa, mais conhecida na região como de “pau a pique”, onde se usa o barro molhado como isolante térmico e por isso não pega fogo com facilidade. Era uma técnica difundida nos estados de São Paulo e Minas Gerais, sendo adotada pelos migrantes que aqui chegaram. Em resumo a técnica se consistia em:

Pequenas estacas de madeira com casca, de 5 a 6 centímetros de diâmetro, fincadas na terra, suportam um gradeado horizontal, formando quadrados de 20 a 25 centímetros de lado, cheios de barro grosseiramente alisado pela parte de fora. Nenhum reboco protege esse enchimento, por isso, a ação das chuvas e do calor o deteriora prontamente, praticando ali aberturas suplementares através das quais penetra no cubículo um pouco de luz e de frescura (VAUTHIER, 1975 p. 91).

Usando esta técnica, muitos assentados construíram suas casas dentro da Colônia. Existiam apenas diferenças adaptadas localmente, como na execução na base da casa, pois a região não era dotada de pedra como em regiões de Minas Gerais. O material encontrado mais facilmente era a aroeira, uma madeira rígida e de grande resistência, servindo de base para o levantamento das paredes de barro. Outra diferença fora o telhado, inicialmente, levantado com palhas, material logo substituído por “tabuinhas”, que eram retiradas de madeiras macias, como o cedro, lascados no machado e com uma foice de ferro, com um cabo de madeira grande, para facilitar o trabalho. Este trabalho demandava duas pessoas, enquanto uma segurava a outro batia forte com a marreta. E assim surgiu a telha da época.

Nos lotes da Colônia, o trabalho iniciava-se com as derrubadas e nestas a maior dificuldade era o processo de limpeza, já que a área era composta de mata fechada, não havendo nenhum tipo de máquina. O trabalho era totalmente manual, com uso apenas de ferramentas como o machado, a foice e a enxada. Nessa condição a quantidade de membros na família era um dado relevante. Nem todas as propriedades eram providas de água e a distância de cursos d'água forçava-se abertura de poços, também feita manualmente. Como já mencionado, nem todos os colonos receberam casa pronta e eram os próprios quem retiravam a madeira dos seus em estado bruto, juntava-se o barro para a construção de ranchos de pau a pique, cobertos de sapé e mais tardiamente de tabuinhas (NAGLIS, 2014, p.90-92).

Após o recebimento do lote, os colonos ávidos em preparar a terra para plantar necessitavam satisfazer suas necessidades básicas de alimento e moradia. Nesse primeiro momento havia solidariedade entre os colonos quanto a limpeza dos lotes, ao passo que os colonos que tinham mais recursos e podiam contratar mão de obra, acertavam com os paraguaios a retirada da vegetação nativa. O trabalho paraguaio era mais adaptado à região, pois trabalhou na extração da erva mate, conhecendo melhor esse meio geográfico e foi assim que participaram das fases de abertura e desmatamento da vegetação nativa (MENEZES, 2012, p.68).

Os paraguaios se destacavam nos trabalhos de derrubada da mata na fase de abertura de novas áreas para plantio. No caso específico da retirada da madeira, os paraguaios possuíam técnicas próprias de serrar a madeira, considerando a infraestrutura rústica existente (serras manuais). Com habilidade familiar, possuíam maior conhecimento geográfico, e consequentemente, conheciam melhor as espécies de madeira existentes, influenciando na escolha da extração. Já a técnica da queimada era adaptada da coivara praticada pelos indígenas. Após as derrubadas era preciso retirar os galhos que cobriam o terreno, quando se ateava fogo, consumindo os restos vegetais que se transformava em cinzas e enriqueciam o solo. Parte dessa madeira era usada também nas edificações levantadas pelos colonos, como a base para a construção de suas residências (MENEZES, 2012, p.69).

Passados os primeiros anos, já com o lote preparado, a lavoura ganhou corpo e passou a ocupar o lugar que antes era de mata virgem, plantavam feijão, milho, arroz, amendoim, mandioca. A criação de animais também se praticou, criavam muitas galinhas, porcos e algumas cabeças de gado e vacas leiteiras. Uma grande dificuldade na vida dos colonos foi a falta de mercado comprador para a lavoura. O preço dos produtos era baixo e faltavam os armazéns,

evidenciando pouca infraestrutura, ora por falta de habitação, ora por falta de estradas e até de ferramentas. Diante deste quadro, produziam apenas para a subsistência (NAGLIS, 2014, p.92).

De acordo com Naglis (2014), existia conflitos entre a administradora da CAND com os colonos, pois havia denúncia de mau uso das verbas federais. Isso porque não apresentava ser lícita, pois cercada de um autoritarismo perante os colonos, que verificavam na aplicação irregular das verbas haver indícios de corrupção da administração, uma vez que esta não atendia às necessidades da Colônia. É o que mostra a denúncia de um administrador citando como obras inconclusas: um campo de pouso, o saneamento de córregos, a abertura de estradas, as construções de casas para colonos, pagas e não concluídas. Havia também acusações de vendas irregulares de lotes e ocupação de lotes ainda não demarcados.

Passados os anos iniciais do assentamento, devido a morosidade da administradora em legalizar a entrega dos lotes, alguns colonos desistiram, enquanto outros passaram a vender as benfeitorias realizadas, uma prática comum da qual se beneficiaram colonos descontentes com a Colônia. que consistia na venda da propriedade sem nenhum tipo de documentação. Na verdade, a compra e venda de lotes da CAND era ilegal, porém os trabalhadores que se dirigiam à região nos anos 1950 e 1960 já não encontravam mais a terra gratuita, tinham que comprar os direitos de outros, mesmo sendo ilegal e sem documentação.

2.2.1 Geografias e relação social

Na medida que se deu a colonização no sul do estado e consultando os escritos da Doreen Massey, compreendemos o efeito de espacializar. Massey evidencia que a espacialização da história nos permite uma compreensão da sua posicionalidade geográfica, uma compreensão da própria espacialidade da produção do conhecimento:

Dentro da história da modernidade também se desenvolveu uma compreensão hegemônica particular da natureza do próprio espaço e da relação entre espaço e sociedade. Uma característica disso foi a suposição de isomorfismo entre espaço e lugar, por um lado, e sociedade e cultura por outro. “Lugares” vieram a ser considerados delimitados com suas próprias autenticidades internamente geradas e definidos por suas diferenças em relação a outros lugares que estavam fora, além de suas fronteiras. Tratava-se de uma forma de imaginar o espaço – uma imaginação geográfica – como integrante daquilo que se tornaria um projeto para organizar o espaço global (MASSEY, 2008, p.102).

Como bem expõe Doreen Massey, culturas, sociedades e nações estão todos imaginados como tendo uma relação integrante com espaços delimitados. Assim, é perceptível que na colônia existe grupos de pessoas, lugares e culturas diferentes, formando uma sociedade dentro de um espaço delimitado, no caso loteado, como forma de reproduzir o espaço e relação social: “lugares, em vez de serem localizações de coerência, tornam-se os focos do encontro e do não-encontro do previamente não-relacionado e, assim, essenciais para a geração do novo” (MASSEY, 2008, p.111).

Considerando os conceitos acima e relacionando com o processo articulado pelo governo federal, a colonização e o povoamento do sul do antigo Mato Grosso foi tomando forma na medida em que a migração se tornava mais intensa, e os ocupantes se acomodaram nas áreas determinadas. Era o próprio sentido de expansão da fronteira, do alargamento das fronteiras geográficas e identitárias, proporcionando um diálogo entre as diferentes culturas e com isso dando importante contribuição no processo de formação de uma sociedade.

Nesse sentido, o espaço geográfico construído pelas atividades e intervenções humanas passa a produzir outro significado de natureza, culminando com a retirada da própria natureza para a produção do seu espaço de bem viver no interior de uma sociedade em seu avançar. A extração das espécies nativas de uma vegetação florestal natural se deu em tal processo de ocupação.

2.3 A extração da madeira nas terras da Colônia

A constituição da CAND na porção meridional do então Mato Grosso estabeleceu-se numa grande área, cuja maior parte coberta pelo bioma cerrado, com estações climáticas de dois períodos: de outubro a março (quente e chuvoso) e de abril a setembro/agosto (frio e seco). O solo de predominância latossolo roxo. A vegetação baixa e arbustiva e outra parte do bioma mata atlântica, constituído principalmente por mata densa, com composições florestais bastante diferenciadas, acompanhando as condições climáticas da região (IBF, 2021). Todo esse conjunto forma uma área de terras férteis e com recursos naturais indescritíveis, hidrografia, densas florestas e recursos minerais diversos. Com esses elementos naturais, a ocupação dessa área, naquela época era vista como importante para a economia, com a expansão da fronteira agrícola.

Com a fixação dos colonos em seus lotes, verificou-se que os terrenos eram propícios à lavoura, dada a fertilidade do solo e clima de transição subtropical à tropical. Os lotes cobertos

com as matas fechadas exigiram grande esforço na derrubada para alterar o ecossistema existente. Deste modo as árvores que preenchiam os lotes foram derrubadas com a finalidade de limpar o terreno para o plantio agrícola e abrir espaços para a construção de casas. Para esta, a opção mais rápida e de menor custo para permanecer na terra adquirida fora a execução de ranchos de pau a pique – utilizando a madeira em seu estado bruto e barro, com cobertura de sapé – aproveitando a retirada da madeira natural para moradia. Do mesmo modo, os colonos precisavam retirar a vegetação existente para plantio rural, dando maior fertilidade ao solo pela matéria orgânica aplicada nos primeiros anos de cultivo. (MENEZES, 2012, p.66).

O aproveitamento da madeira pelos colonos ocorreu desde o início, fosse na construção de seus ranchos ou no desmatar para plantar. O acúmulo de grande quantidade de madeira em um mesmo espaço gerou a necessidade de dar a elas um fim específico. Nesse sentido, a madeira era um produto que possuía mercado consumidor acessível em qualquer local, o que possibilitou a retirada nos lotes, de árvores de grande porte derrubadas para fins comerciais. A exploração da madeira gerou renda aos colonos e também a outros agentes intermediadores, surgindo os madeireiros e as serrarias (MENEZES, 2012, p. 67).

Lembramos que a própria CAND tinha uma serraria oficial para atender os colonos no fornecimento da madeira. Tal serraria se localizava no atual distrito de Indápolis (figura 2), pertencente ao município de Dourados (ainda hoje é chamado pela população local de “Serraria”). A venda de madeira foi para alguns colonos uma fonte de renda importante, pois os lotes estavam sendo ocupados e eles passaram a vender as árvores derrubadas no processo de limpeza dos lotes. Relatos de colonos anotados por Suzana Naglis (2014, p.112) contam que a serraria da colônia comprava a madeira, mas demorava para pagar, demora igualmente quando o pagamento era em espécie, como móveis, cadeiras e mesas. De início não havia a presença de madeireiros estabelecidas dentro da área da Colônia e o corte da madeira ficou a cargo dos próprios colonos, que passaram a derrubar e a serrar indiscriminadamente em seus lotes, até em área de reserva florestal. Com a aproximação dos madeireiros, o método de serragem que passou a ser adotado pelos colonos é bem explicado por Naglis:

A técnica usada era serrar a tora em duas frentes; primeiramente um buraco era cavado embaixo da tora na profundidade equivalente à altura de um homem. Assim, os madeireiros entravam no buraco para poder ficar em pé e serrar, simultaneamente, outros homens serravam na parte superior da tora; assim, a etapa da serragem era iniciada tanto por cima como por baixo da tora (NAGLIS, 2014, p.112).

O trabalho começava pela derrubada com o auxílio do machado e da foice, serviços manuais, por não haver máquinas nessa época. A madeira de maior volume, considerada madeira de lei, permanecia no lote, por ser problemática a sua retirada. Como o objetivo inicial era a formação da área para plantio da lavoura, as árvores nos lotes precisavam ser retiradas.

Neste momento, a presença dos madeireiros era de suma importância, na medida em que se passavam a negociar a retirada da madeira dos lotes. Deixava-se um espaço desocupado do grande volume, restando sobre a terra os tocos e galhos, que com o auxílio da enxada e fósforo, os colonizadores limpavam e preparavam a terra para plantar. Como consequência surgiu a atividade de maior movimentação para a economia local, a atividade madeireira, com as instalações das serrarias. A venda de árvores inteiras certamente foi para os colonos uma fonte de renda importante, pois os lotes já estavam sendo preparados. Passaram então os colonos a lucrar com a venda das espécies nativas no processo de limpeza dos lotes para o plantio da agricultura.

Com a economia voltada à extração da madeira, as derrubadas passaram a ser feitas pelos colonos e por madeireiros. Este último comprava a mata fechada para o processo de desmatamento, se comprometendo em conservar uma área de preservação. Só não era vendida para a serraria a aroeira, uma árvore considerada madeira dura e que fazia parte do bioma cerrado, sendo utilizada pelos colonos para cercar pastagens para a criação de animais domésticos (suínos, caprinos, ovinos e bovinos). Grande quantidade dessa madeira era usada também nas edificações levantadas pelos colonos, servindo de base para a construção de suas residências. De fato, inicialmente grande parte dessas residências eram feitas de lascas de aroeira (rebocadas com barro escuro do brejo) e cobertas com tabuinha (CARLI, 2008, p.136-137).

No tocante à criação das colônias agrícolas nacionais, o Decreto lei nº 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, no seu quarto parágrafo, nos seguintes artigos determinava:

§ 2º Tratando-se de regiões de florestas naturais, em cada lote será mantida uma reserva florestal não inferior a 25 % da sua área total.

§ 3º Sempre que possível será mantida uma grande reserva florestal típica da região, em torno da colônia.

§ 4º Na elaboração do plano geral de colonização, serão respeitadas as belezas naturais da região, bem como cuidar-se-á da proteção à sua flora e fauna (BRASIL, 1941, DOU p. 3029).

Sendo assim, no caso da CAND, deveriam ser preservados 3,5 alqueires de cada lote para reserva de proteção ambiental, uma vez que as partes fragmentadas seriam de 30 hectares

ou 12,5 alqueires. Na prática, não fora respeitada essa exigência legal, ocorrendo uma maior retirada da vegetação nativa, tanto para a exploração madeireira quanto para a limpeza da terra para o avanço na agricultura, o que significou a dizimação dos espaços naturais, das florestas e o que nelas continha, deixando marcas irreparáveis na natureza (ALBANEZ, 2018, p. 74).

Considerando que nas décadas de 1940 e 1950, as questões ambientais ainda não possuíam a visibilidade e a preocupação vigente no Brasil, Menezes (2005, p.71) destaca a falta do conhecimento pelos colonos da exigência da lei. Apenas a administração da Colônia solicitava deixar uma reserva de mata, mas devido à grande quantidade de migrantes se fixando em suas terras ao mesmo tempo, não foi possível a fiscalização. Logo, para o colono, desmatar era uma necessidade para depois aplicar suas práticas agrícolas e outras atividades que assegurassem sua subsistência imediata, quanto mais rapidamente limpasse a área, garantiria o seu sustento.

Dessa maneira, o processo de derrubada começava na negociação da venda da mata ao madeireiro, quando o proprietário já encaminhara processo de limpeza da área, de derrubada da vegetação de porte menor, da queima. Sendo assim, mesmo quando não houvesse derrubada das espécies de maior valor econômico, aquelas seriam consumidas pelo fogo, pois o interesse era formar a área para o plantio (MENEZES, 2012). Pelo exposto, o processo de derrubada se fizera antes mesmo da exploração da madeira, seguindo a tradição secular da queima da área, isso porque da formação vegetal em cinzas surgia a matéria orgânica propícia para a agricultura. A época, o método adotado era o da retirada da madeira de lei, seguido da queima com fogo do restante. Quando as cinzas fertilizavam o solo passava-se a plantar, semeando para formar a nova produção. Surgia ali uma relação econômica entre proprietários e madeireiros.

Notamos que o processo da extração da madeira na mata, entre as décadas de 1950 e 1970 exigiu árduos trabalhos por parte dos primeiros ocupantes de terras. Como se sabe, paraguaios e indígenas presentes nestes espaços, foram envolvidos nas atividades econômicas desde o primeiro momento de derrubada das matas, uma vez que estes sujeitos conheciam e tinham maior familiaridade com estes serviços, já adaptados que estavam aos árduos trabalhos da extração do mate.

As espécies nativas mais encontradas e de maior valor econômico eram o ipê, peroba, amendoim, cedro, canafístula, guaritá, marfim, angico etc. A peroba era a de maior valor comercial, que coincidindo com a abundância de sua espécie nativa na região. Assim como o melhoramento nas tecnologias de corte nas serrarias, a peroba fora muito utilizada na construção civil, na fabricação de ripas, caibros, vigas e tacos para assoalho. O cedro também

tinha o seu valor na fabricação de portas, esquadrias, forro e lambri. O ipê era usado para fazer assoalho, compondo as espécies que detinham melhor mercado consumidor na época (ALBANEZ, 2018, p.104).

E entre as madeiras encontradas na mata existente, a aroeira, de ocorrência no Cerrado, por ser extremamente densa e resistente não era vendida para as serrarias, sendo usada pelos colonos para a construção de cercas, como delimitador de área de pastagens. Na época da instalação da CAND, a aroeira era facilmente encontrada em sua área nativa e pela grande quantidade existente era perceptível nos lotes, em lascas empilhada. Também ela era usada nas edificações, como base para a construção das casas. Ademais, por ser muito resistente às intempéries climáticas, era madeira muito usada para vigamento de pontes, em postes e em construções externas.

Verificamos que, neste processo de implantação da CAND os colonos se limitavam a utilizar a madeira, diante da abundância decorrente das derrubadas, para atender a demanda de construção local de residências. Essa madeira era serrada inicialmente à mão, por um processo muito demorado, pois de imediato os pioneiros precisavam se fixar em seus lotes e fazer benfeitorias como era a construção de casas e barracões. Uma vez desenvolvida a técnica de beneficiamento da madeira pelas serrarias instaladas, houve uma ampliação na comercialização da madeira para além da utilização nos lotes dos colonos. A partir daí, vendiam-se as toras para serem beneficiadas em forma de tábuas, muito utilizadas nas edificações (MENEZES, 2012). Nesse processo, destacaram empresas que se envolveram na exploração da madeira, desde a retirada no seu estado bruto às árvores inteiras até o processamento e comercialização, que em muito contribuiu com a produção das edificações.

2.4 O caso das serrarias na Colônia

Sabemos pela historiografia regional que a primeira atividade extrativista mercantil na porção meridional do antigo Mato Grosso uno fora a erva-mate, o palmito e na sequência a madeira. Entre as décadas de 1950 e 1970 a extração da madeira era ainda conduzida de forma rudimentar, quando da passagem das serras manuais para equipamentos industriais, em meio à transição da economia ervateira para atividade agrícola, ocasião em que a produção da madeira se voltava mais à demanda interna por habitação. O momento em que a atividade madeireira se tornou economicamente importante para o ciclo da madeira esteve ligada principalmente ao

desmatamento para cultivos agrícolas, cedendo madeiras aproveitáveis à montagem de serrarias (ALBANEZ 2018, p.132).

Consideramos que a instalação das empresas madeireiras no então Mato Grosso uno alavancou em meados da década de 1970, com a produção em larga escala e levando a um mais rápido esgotamento da mata nativa, segundo fala do ex-empresário do ramo, Sadi Giordani, descrita por Albanez (2018, p. 132) “A serraria não era uma coisa muito complicada: era uma indústria bastante simples, arrisco até dizer que rudimentar. Porque, a rigor, as principais máquinas que eram necessárias em uma serraria eram uma serra fita, uma circular e uma destopadeira”. Uma vez funcionando o setor madeireiro, sua produção era enviada para o mercado nacional, como destino a construção civil nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A CAND possuía uma serraria oficial sob controle da administração e para atender com exclusividade os colonos, visto que estes necessitavam da madeira serrada para construir suas casas e para o fornecimento dos móveis, ainda que rústicos, como mesas e cadeiras. A existência da serraria fazia parte da infraestrutura básica para o funcionamento da Colônia. Mas a serraria oficial era insuficiente no atendimento imediato ao colono, quanto ao fornecimento para a habitação básica e até mesmo da madeira beneficiada, sem dizer que a serraria oficial também era compradora da madeira retirada dos lotes, beneficiando e retornando ao colono, de forma combinada, madeira ou móveis ou mesmo numerário. E pelo fato de a serraria oficial apresentar falha no atendimento ao colono é que surgiu uma nova atividade econômica com outros madeireiros e serrarias.

Haja vista que as dificuldades dentro da Colônia eram muitas, desde a sua situação geográfica, da falta de estradas e de transporte que chegasse ao local. A falta de equipamentos adequados levava a que a serraria oficial deixasse de atender aos colonos, faltava também profissional qualificado, enquanto entre os que trabalhavam na serraria estavam alguns colonos, estes melhor conhecendo o ofício, como os carpinteiros (MENEZES, 2012, p.76).

Pela existência de densas matas a ser derrubada para ceder espaço para o aproveitamento agrícola, a partir da década de 1950 a exploração da madeira se tornou uma atividade econômica rentável para os colonos, levando ao surgimento das serrarias particulares, estas montadas pelo próprio colono. Suas características eram rudimentares, mas foram de grande importância para a economia local. A estrutura necessária para a montagem de tais serrarias exigia apenas o espaço e um buraco no chão. A técnica para a serragem das toras de madeiras se dava com o auxílio de uma grande serra, chamado “serrotão”, movida pela força humana.

A retirada da madeira em tora da mata era de responsabilidade do comprador, pois o colono não possuía recursos para fazer o transporte, visto que tal serviço exigia caminhões grandes cuja posse ao colono era inviável. Embora fossem serrarias pequenas, com um mínimo de estrutura, os colonos aperfeiçoaram o manejo na retirada de tábuas, aumentando a oferta com esse beneficiamento (além de vender as árvores inteiras). Assim, comercializava-se a madeira dentro da colônia, mas também era negociada para outros estados, como São Paulo e Minas Gerais (MENEZES, 2012, p. 78).

As serrarias dos colonos tiveram expressivo significado para economia local, pois representaram um aperfeiçoamento na exploração madeireira garantindo renda imediata a eles, ao contrário da lavoura. Ao mesmo tempo em que a madeira beneficiada se tornou acessível, foi sendo utilizada para moradias mais adequadas, em substituição aos ranchos que eram de condição residencial precária. Diante das necessidades, os colonos que montaram serrarias encontraram um mercado amplo em âmbito local no entorno da colônia e também ao encontro do mercado nacional.

2.4.1 Serrarias da 1ª Zona da CAND

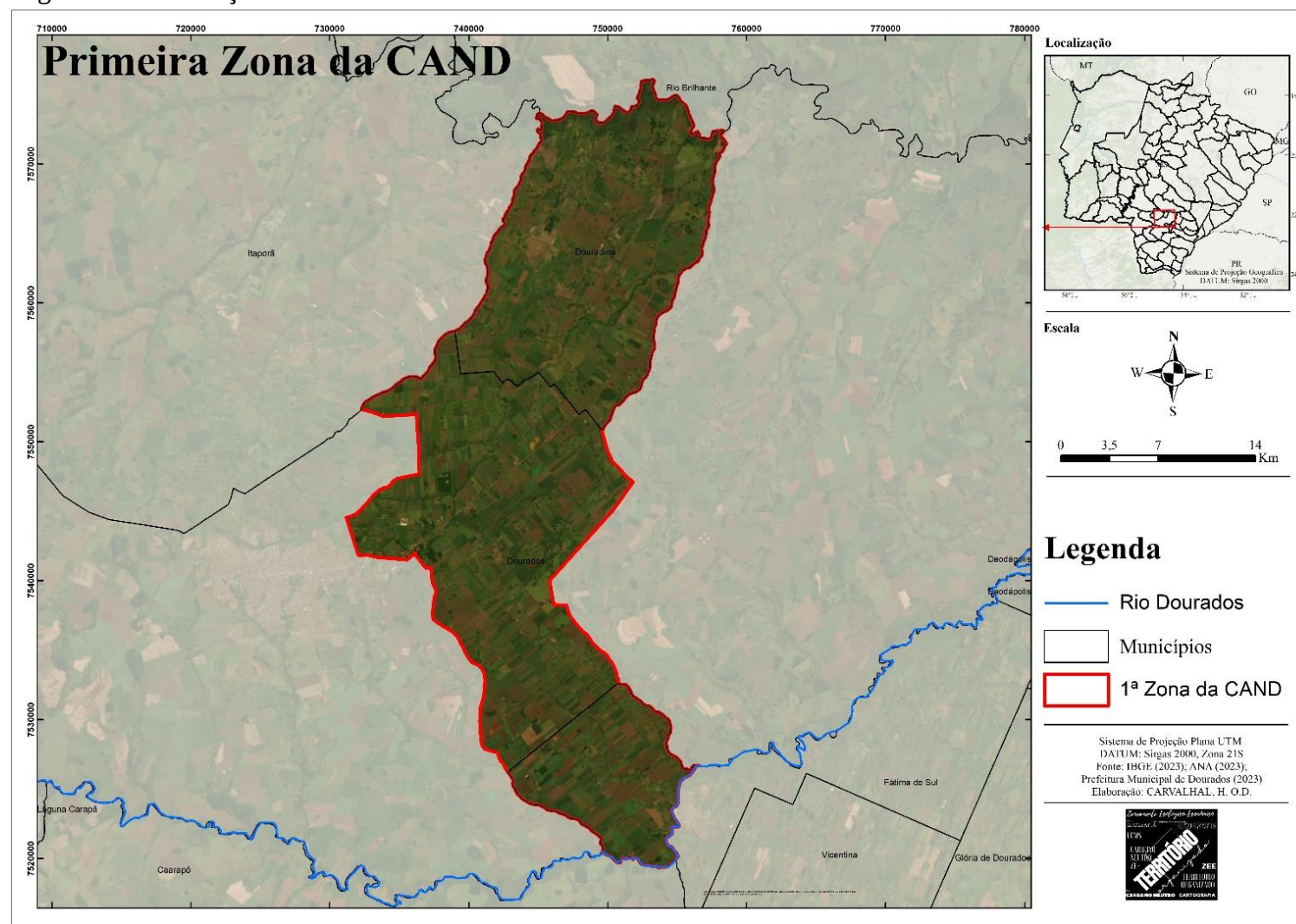
O processo de colonização e a abundância de madeira na primeira zona da CAND (figura 4) nos leva a pensar que em um primeiro momento, os colonos que eram donos de serrarias tiravam a madeira a ser beneficiada exclusivamente de seu próprio lote. No entanto, as fontes nos mostram que esta madeira, em muitos casos também poderia ser negociada entre colonos, e depois de beneficiada retornava a eles num círculo que ia alimentando o processo. Evidenciamos que, eram bastante diversificadas as formas de negociações que os colonos praticaram. As fontes, revelam ainda que o angico e a peroba estavam entre as madeiras mais serradas, mas a peroba parecia estar na preferência dos colonos, pois após o beneficiamento grande parte desta poderia ser vendida no interior da própria colônia, já que os proprietários dos lotes tinham grande necessidade de madeira beneficiada (MENEZES, 2012, p. 83).

Considerando que a primeira zona estava localizada próximo ao centro urbano de Dourados (Figura 2), consequentemente era vantajosa a comercialização da madeira em seu estado bruto junto às empresas de Dourados. Isto posto, relatos mostram que a madeira de melhor valor comercial era a peroba, embora árvores inteiras e toras de variadas espécies de madeira saíam das colônias com destino às empresas de Dourados (MENEZES, 2012, p.89).

A ação destas empresas ajudou a absorver e consolidar a exploração madeireira na Colônia, lá se alastrando rapidamente, destaque para a primeira zona da CAND, pois por vezes as derrubadas se davam já com vistas ao comércio, ficando de lado o intuito principal que era a lavoura. De imediato os colonos vendiam as madeiras decorrentes das derrubadas, mas com os incentivos financeiros por parte das empresas madeireiras, passaram a investir cada vez mais em derrubadas. O adiantamento de dinheiro aos colonos fazia parte das estratégias de garantir a madeira, uma vez que dessa forma os colonos se viam comprometidos com a entrega do produto, tornando assim uma renda significativa aos colonos a mercantilização madeireira (MENEZES, 2012, p. 87).

No momento da colonização da CAND, Dourados era uma cidade em expansão, com pouco mais de 20 anos de emancipação, sendo a madeira um produto muito demandado no comércio local, visto que o comércio se constituiu em uma das atividades que tiveram peso na fixação dos colonos e no crescimento da economia local.

Figura 4 - Localização da 1ª Zona da CAND



Fonte: Elaborado por CARVALHAL, Henrique de Oliveira Diniz (2023).

2.4.2 Serrarias da 2ª Zona da CAND

No que se refere à colonização da segunda zona da CAND, como se sabe à margem direita do rio Dourados (figura 5), seu principal centro de operações era a denominada Vila Brasil, atual município de Fátima do Sul. A ocupação nesta segunda zona teve início entre 1954 a 1956, vale ressaltar que, houve uma lentidão pela administração na demarcação e distribuição dos lotes o que levou a conflitos entre os colonos quando estes resolveram tomar a terra por conta própria, inclusive definindo as divisas dos lotes (NAGLIS, 2014, p. 83).

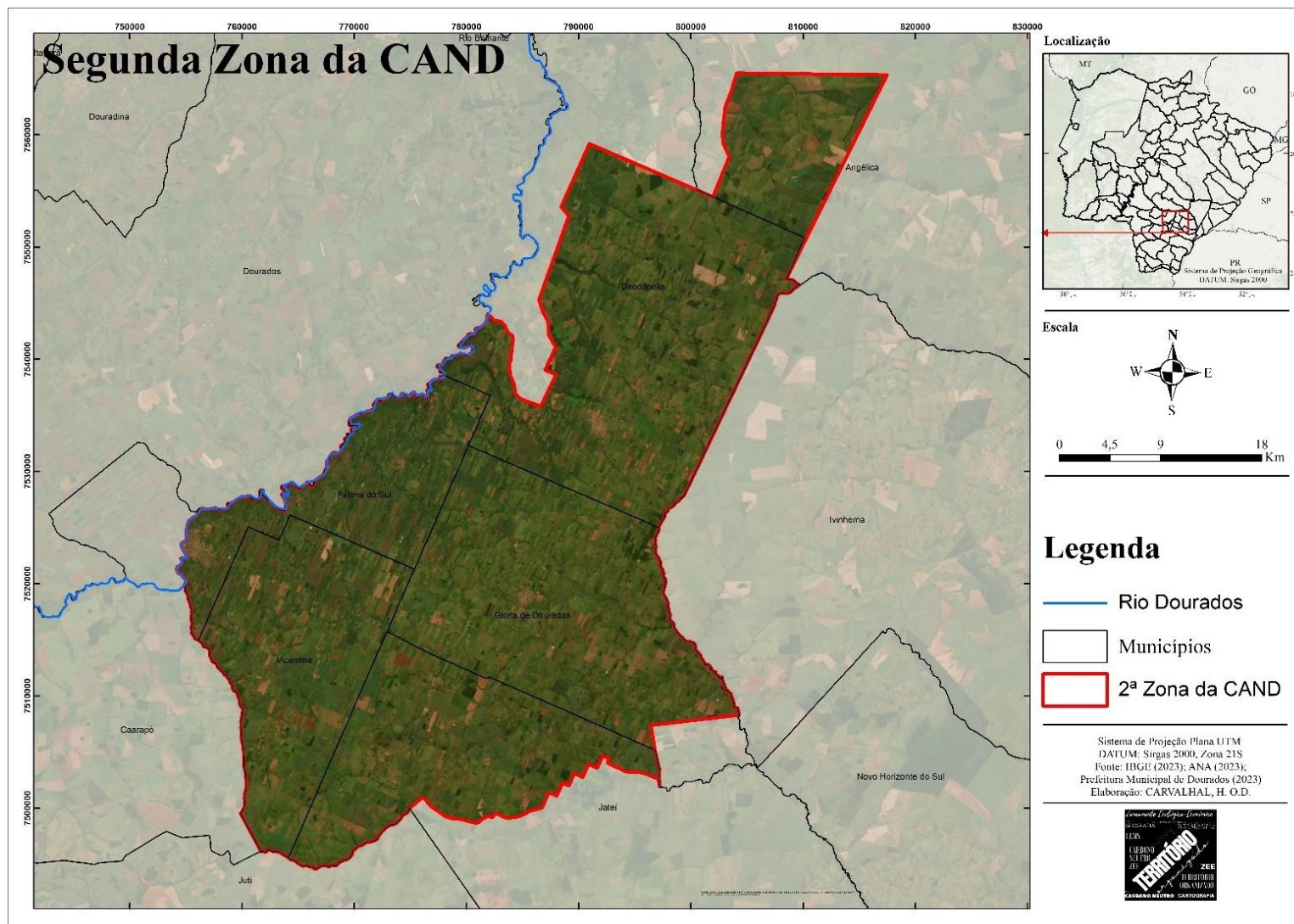
Consolidada a ocupação da segunda zona, as dificuldades pela falta de infraestrutura foram ainda maiores, dada sua situação geográfica. De fato, o fator distância gerou os maiores problemas, como a falta de estradas, de habitação e de ferramentas, concomitantemente à falta de apoio da administração. Por exemplo, nesta parte da Colônia não fora entregue nenhuma casa pronta, levando os assentados a construírem suas próprias casas ou mesmo galpões para moradia. Nesse sentido, a maior dificuldade era o processo de limpeza e de preparação da terra para o plantio, além do que, com a retirada da mata nativa as madeiras nobres se acumulavam no mesmo espaço.

Como na segunda zona a dificuldade era de acesso, dada a posição em que se encontrava, o transporte era moroso, pois, eram precárias as estradas de terra, chamadas à época de “boiadeiras”, que em tempo de chuva a passagem era impossibilitada. Desta forma, os colonos desta zona não tiveram como dar o mesmo destino comercial para a madeira retirada causando um acúmulo desta nos lotes.

De todo modo, mesmo diante das condições precárias das estradas os caminhões foram se aperfeiçoando no transporte. Carregados com toras partiam aos destinos comerciais, inicialmente até Dourados e depois na década de 1960, com a abertura de uma estrada leste, concretizou-se o transporte da madeira para o mercado paulista, especialmente para Presidente Prudente, assim transformando a exploração madeireira nesta parte da colônia numa atividade bastante promissora (MENEZES, 2012, p. 94).

Assim como na primeira zona, as serrarias manuais foram constantes e os colonos montaram na sua rusticidade uma forma de beneficiamento da madeira, sendo de grande relevância para a economia local, gerando renda e garantindo a sobrevivência familiar. Significou uma alternativa para os colonos, fixando-os em suas propriedades. Posteriormente, novas serrarias ou madeireiras se instalaram, voltadas à industrialização do setor para atender o mercado consumidor nacional.

Figura 5 - Localização da 2ª Zona da CAND



Fonte: Elaborado por CARVALHAL, Henrique de Oliveira Diniz (2023).

Conhecida a história da CAND, é importante destacar o que a madeira representou para os colonos, primeiramente para a habitação, depois para a construção de depósitos e armazéns, a madeira foi de suma importância para a urbanização de um novo espaço. Assim, também fora a contribuição dos profissionais carpinteiros, mesmo com as dificuldades encontradas como a falta de ferramentas. No processo aperfeiçoou-se a construção e estruturação de novas obras, colaborando com o crescimento dos núcleos urbanos da Colônia.

A próxima seção apresentará a vinda de duas famílias migrantes nordestinas até se fixarem na 1ª Zona da CAND, anotando a contribuição destas famílias no processo de crescimento dos núcleos urbanos, particularmente no que se refere a construção de moradias. Seguimos com a valorização das edificações como patrimônio histórico e cultural, como foi a relação de técnicas e sistemas construtivos trazidos pelos migrantes. Também discutiremos as principais espécies madeireiras extraídas do bioma Cerrado utilizadas em tais edificações.

3 DAS TRANSFORMAÇÕES ARQUITETÔNICAS COM O USO DA MADEIRA

Nesta seção, passo a escrever o texto na primeira pessoa do singular, visto que a história participada é, sobretudo, vivenciada por mim em ambientes familiares. Após a definição da temática dessa pesquisa, passei a anotar e provocar os fatos importantes vividos por meus pais, desde a vinda do Nordeste ao Centro-Oeste, incentivando debates entre os meus irmãos mais velhos e tios maternos e paternos, sempre que havia uma reunião familiar estava com o caderninho anotando.

Ademais, o estudo geográfico que apresento da migração dos meus antepassados ao local de estudo foi conversado e debatido entre os meus familiares através de chamadas de vídeos dirigidos à São Paulo e visitas presenciais nas cidades de Dourados e Douradina, ambas no Mato Grosso do Sul, juntando as informações e datas até chegar à história apresentada.

Após os levantamentos das fontes documentais, e da realização dos trabalhos de campo para obtenção de fotos e entrevistas, passei à etapa da escrita, considerando o histórico familiar relatado. Em sequência, através de registros em fotos e desenho passei a trabalhar com as fontes e a realidade das obras encontradas, formando e ordenando o texto dissertativo. Por conseguinte, a justificativa em escrever na primeira pessoa é, de certa forma, por eu fazer parte da história e ao mesmo tempo vivenciar as etapas aqui descritas.

3.1 Vida de Migrante

O fluxo migratório se fez presente na vida de meus pais e antepassados, vivendo em território brasileiro na terceira década do século XX, por necessidade se deslocaram em busca de melhores condições de vida, e uma terra para plantar ou de um trabalho que adquirisse o sustento familiar. Notadamente, fizeram parte da migração nordestina, minha família paterna deslocara-se de Pernambuco e a materna da Bahia nessa época se dirigindo ao Sudeste, onde intensificava-se a industrialização e maiores oportunidades de trabalho.

Cabe ressaltar aqui, a trajetória de duas famílias: Barbosa de França e Lopes da Silva, cuja mobilidade realizada por algumas décadas desde o Nordeste ao Sul, até o então Mato Grosso, que pôde ser evidenciada como principais relatores, de um lado, família Barbosa, Josué Barbosa de França, ao qual carinhosamente sempre foi chamado por Tio Zuel, por outro lado, família Lopes da Silva, Nadir Lopes de Andrade, que sempre atendeu por simplesmente Nadir. Assim, passo a relatar o deslocamento de ambas as famílias.

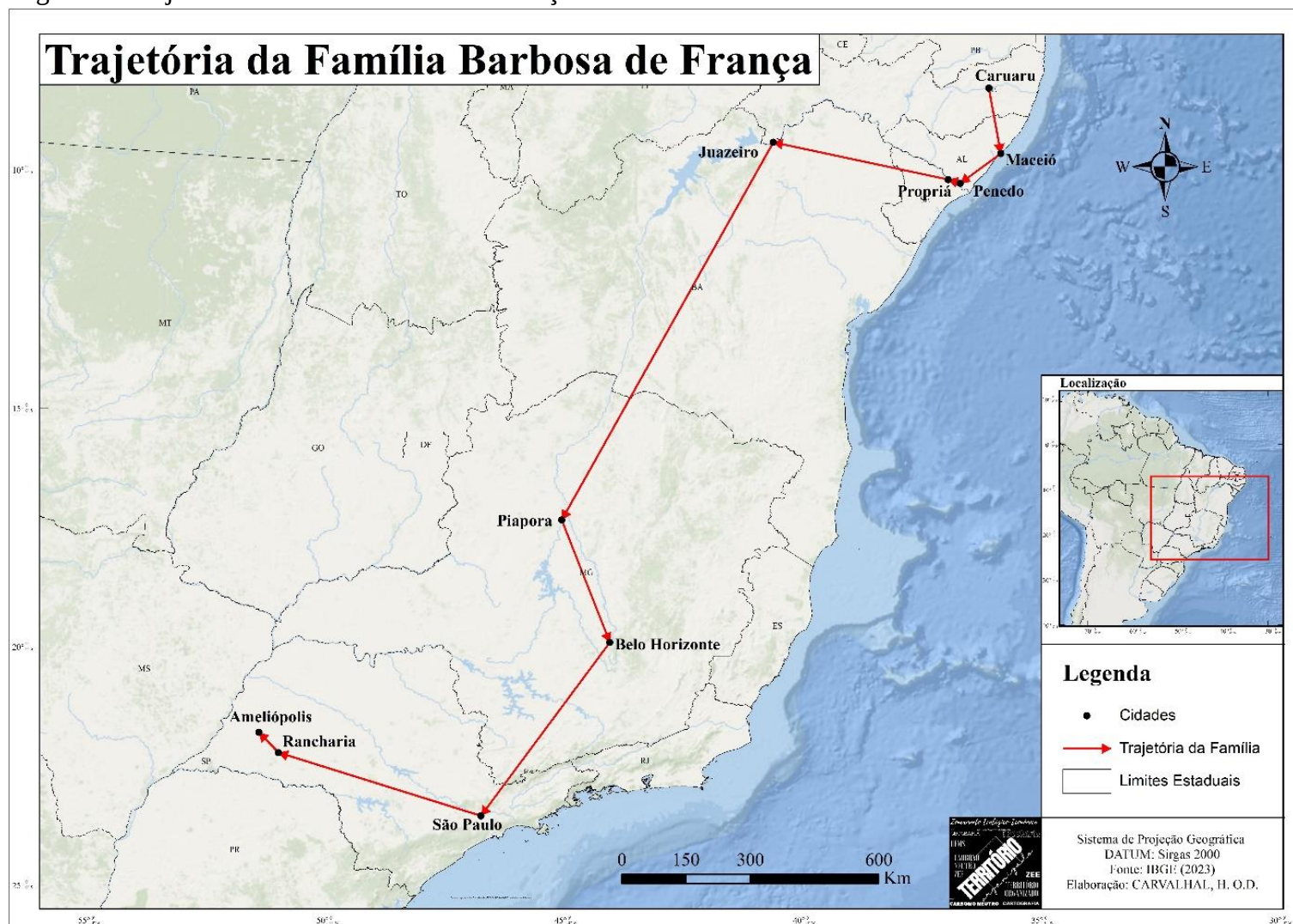
Primeiramente, da família Barbosa de França, cujo relator diz que a data exata no qual saíram de Pernambuco fora o dia 10 de março de 1943, ano do governo Getúlio Vargas, que coincide com o início da implantação da CAND. Naquele tempo pertenciam à família Barbosa os genitores Pedro Barbosa de França e Maria do Carmo Pereira Barbosa e seus filhos Alcides Barbosa de França (1932), João Barbosa Sobrinho (1934), Josué Barbosa de França (1936), Luís Barbosa de França (1937) e Maria de Lourdes Barbosa de França (1941).

Seguindo a narrativa, em Pernambuco viviam em um vilarejo chamado Itaúna, pertencente ao município de Caruaru. No momento em que decidiram se deslocar com destino a São Paulo, a intenção era fazer a viagem de navio à vapor e para tanto usaram, inicialmente, o transporte de caminhão até Recife-PE. Entretanto, como estava deflagrada a segunda guerra mundial, lá chegando para o embarque não fora permitido pegar o navio.

Contrariados, tiveram que reprogramar a viagem por terra, conseguindo pegar um outro transporte de caminhão até Maceió-AL, de lá alcançando um trem à vapor até Penedo-AL para a travessia do Rio São Francisco, onde foram conduzidos em uma embarcação até Propiá-SE, de lá pegaram um trem até Juazeiro-BA, seguindo novamente por trem até Pirapora-MG. Dali em diante, como o governo disponibilizava condução para migrantes em direção à São Paulo, partiram até Belo Horizonte-MG e em seguida até a capital paulista em ônibus de migrantes.

Em São Paulo, capital, existia a assistência aos migrantes, que dirigia os que ali chegavam a outros destinos. Foi lá que fora decidido o destino da família Barbosa de França Rancharia-SP, seguiram de ônibus e lá se instalaram. Tio Zuel não tem noção de que data começaram a vida naquele local, mas pelo que conta levaram aproximadamente três meses para chegar ao destino. Ali viveram por dois anos, enquanto “pai” (meu avô) trabalhava em lavouras, onde juntando os proventos conseguiu comprar um sítio a 83km dali, em Ameliópolis-SP, que fora onde a caçula do casal nasceu, Maria da Soledade França (1949). Coincidentemente, mesmo ano e local que nascia Nadir, também a última filha da família Lopes da Silva.

Figura 6 - Trajetória da Família Barbosa de França



Fonte: Elaborado por CARVALHAL, Henrique de Oliveira Diniz (2023).

Antes de entrar para a história da família Lopes da Silva se faz necessário relatar a trajetória de trabalho do meu pai. Conforme, ele mesmo relatava em família e Tio Zuel atesta, quando ele tinha 16 anos (1950) meu avô percebeu que meu pai não gostava de trabalhar na roça. Aí meu avô teve a informação que havia uma fábrica de carroceria de caminhão, em madeira, ali próximo de onde moravam e conduziu meu pai até lá com intuito de empregá-lo como ajudante. E foi assim, que ele teve o seu primeiro contato com a profissão que se formaria.

Uma vez iniciado como profissional da madeira, em 1954 ele foi para a cidade de Itaguajé-PR, distante 164Km de Ameliópolis, a fim de trabalhar em obras e construções. Aquela região do Paraná estava em plena expansão e se construía muitas casas em madeira. Essa experiência no interior do Paraná foi acrescentando em sua bagagem as técnicas de construção em madeira. Após esta temporada de aprendizagem seguiu para São Paulo.

Passou a viver em Itapevi-SP e foi acomodado na casa de “Madrinha Amélia”, uma prima da família, também retirante de Pernambuco. Nessa mesma época (1955) é que meu pai foi indicado a trabalhar com o “Seu Dito”, Benedito Pedroso, na construção civil, haja vista que muitas obras se erguiam no Estado de São Paulo, que passava por grande crescimento pela industrialização. Dizia meu pai que ele foi o seu “professor”, ensinando tudo sobre uma obra em construção acrescentando que usava-se muita madeira, desde a fundação à cobertura. Com sua curiosidade e vontade, aprendeu a cortar, encaixar, esquadrear, enfim, tudo o que era relacionado com a madeira era com ele, se tornando o carpinteiro da obra. Foi com isso agregando ao seu currículo a técnica de construção paulista.

Figura 7 - Trajetória do Aprendizado do ofício de Carpinteiro de JBS



Fonte: Elaborado por CARVALHAL, Henrique de Oliveira Diniz (2023).

Nesse intervalo, passo a descrever os relatos da minha Tia Nadir sobre a família Lopes da Silva, no momento em que Vital Lopes da Silva e Durvalina Lopes da Silva viviam no Estado da Bahia (1920), no Município de Macaúbas, com agricultura de subsistência, havia alguma comercialização do excedente, porém muito difícil devido à seca. Resolveram se deslocar para o Sudeste, tinham filhos gêmeos ainda pequenos, reuniram os quatro e seguiram para Minas Gerais. Paravam nas fazendas e nestas ofereciam serviços para ter recursos e continuar a viagem. Nesse interim as duas crianças não resistiram à viagem, por falta de alimentação e água limpa, foram contaminados por vírus ou bactérias não identificados e por falta de assistência médica vieram à óbito. Os adultos continuaram a retirada até Montes Claros-MG, onde ali nasceu (1933) a filha que passara a ser a mais velha, Nair Lopes da Silva. Permaneceram por um tempo naquele local, laborando em fazendas próximas para garantir o sustento.

1937 era o ano de nascimento da próxima filha, Maria Lopes da Silva Barbosa, sendo está a minha progenitora, nascida em Pompéia-SP. Dali seguiram para Lucélia-SP onde nasceu as terceira e quarta filhas, Teresa Lopes da Silva (1943) e Rosa Lopes da Silva Zereal (1946). Chegando a Ameliópolis, então distrito de Presidente Prudente-SP, nascera a última filha Nadir (1949), aquela que faz os relatos. Naquele local, meu avô já tinha juntado os ganhos obtidos durante a trajetória até ali e adquiriu um “sítio” onde a família já composta por cinco meninas passara a viver e ter o seu sustento através do laboro em terra própria.

Minha mãe e minhas tias contavam que o local onde elas viviam “mesmo” era chamado de córrego do Pereira, de onde elas guardam boas recordações de infância. Tais recordações são compartilhadas em rodas de família como do rio que elas lavavam roupas e tomavam banho, um local que já não se mantém, devido os desmatamentos relacionados com a expansão agrícola. Aquele aglomerado rural se desfez.

As duas famílias de origem rural se instalaram próximos uma da outra, com cerca de 83Km de distância entre Ameliópolis e Rancharia-SP. Ao menos inicialmente, depois vieram ocupar a mesma região como moradia, já que pelo que contam os dois sítios eram próximos. Pelo fato de serem aglomerados rurais, percorriam as pequenas distâncias a cavalo, transitando entre os sítios da região.

Como cavaleiro, meu pai apareceu no sítio que minha mãe vivia, revela minha Tia Nadir. Continua ela afirmando que minha avó o recebeu muito bem, no que ele prometeu retornar para fazer uma calçada na casa. Uma vez cumprindo o prometido, foi ele estreitando relações com a família e passou a visitar a casa periodicamente. Foi daí que veio a se relacionar

com minha mãe com votos de casamento, cujo enlace matrimonial ocorreu no dia 25 de junho de 1957.

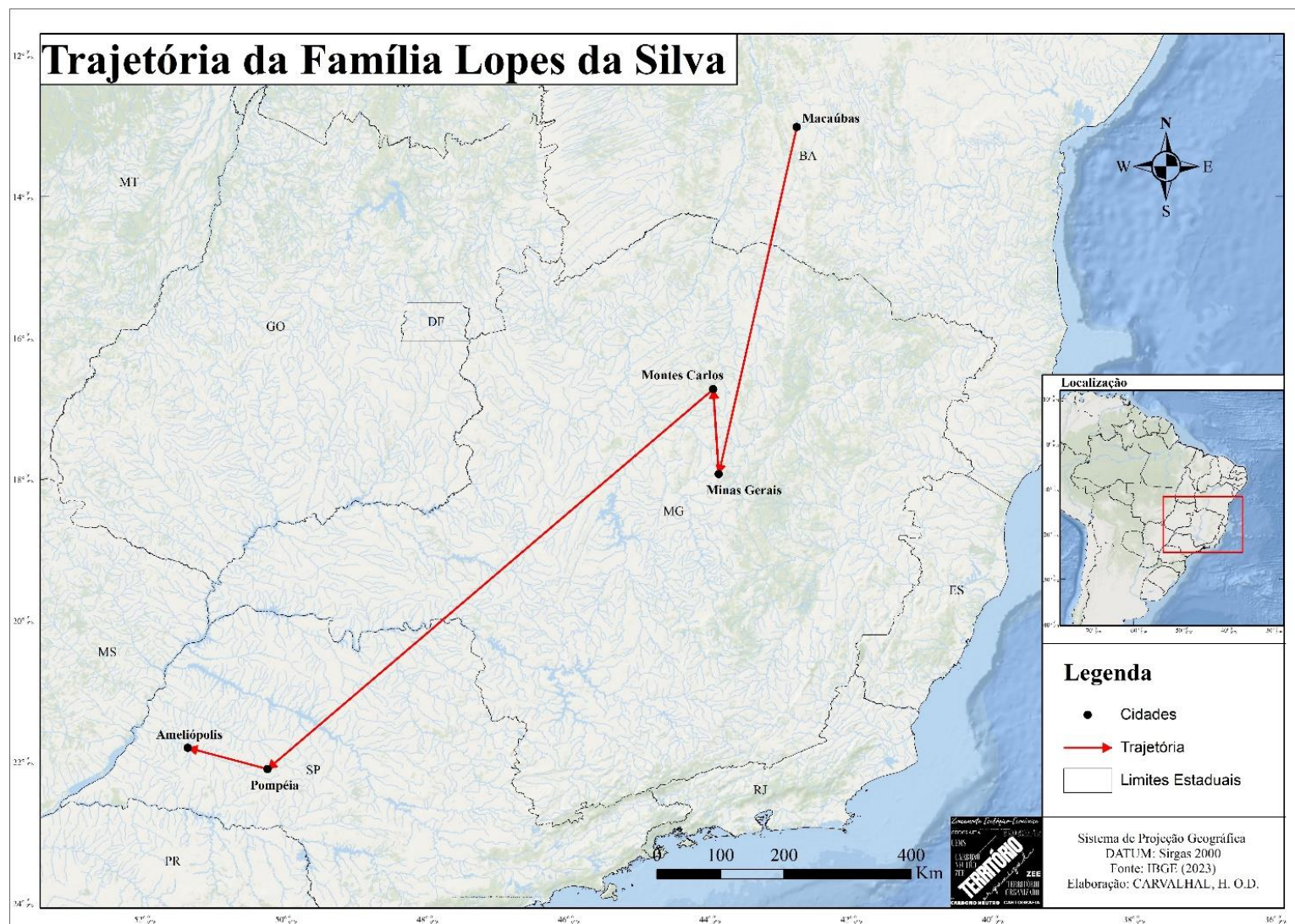
O novo casal passou a viver em Ameliópolis-SP, em terras do meu avô Vital e meu pai com a habilidade que tinha em construção, fez uma pequena casa no lote. Ali nasceram os dois filhos mais velhos, Elio (1958) e Célio (1959). Plantavam algodão e tinham uma roça de mandioca para a produção de farinha, onde se reuniam os moradores do entorno em regime de mutirão, fazendo desde a colheita da mandioca até preparo da farinha. Eram tempos alegres e divertidos, relatava minha mãe, tempo em que se reuniam para raspar mandioca. Com o aumento de recursos provindos da roça adquiriram também uma padaria, mas que por falta de habilidades no novo ofício o negócio não prosperou.

Nessa metade do século XX espalhava-se pelo país que estavam distribuindo terras no interior do Mato Grosso, era a propaganda da campanha “Marcha para o Oeste” que pelas ondas da rádio chegara ao conhecimento de meus avós maternos e meus pais, naquele sítio familiar em que viviam no interior de São Paulo. De imediato despertou neles o interesse em adquirir um lote da CAND.

Segundo a relatora dessa história (Nadir), em fevereiro de 1960, meu avô e meu pai, se dirigiram ao sul do Mato Grosso em busca da promessa de terra. Mas ao chegarem se depararam com os colonos desiludidos com os lotes ganhos, querendo vende-los no valor das benfeitorias que conseguiram realizar. Negociaram então um lote, pagando a metade no ato da compra e o restante com o lucro da primeira lavoura. Fechado o negócio, meu pai voltou a Ameliópolis em busca dos demais membros da família, intuindo vender o sítio e arrumar a mudança e transporte.

Nadir relata que passou a morar no então estado de Mato Grosso precisamente no dia 05 de junho de 1960. Ela afirma que meu pai e minha mãe vieram antes, vindo depois elas (minhas tias) e “mãe” (como carinhosamente se referiam à mãe delas, minha avó). O percurso que distava o aglomerado rural de Ameliópolis até a sonhada terra prometida era a história que eu mais ouvia desde a infância em reuniões de família. Histórias de como o transporte era precário, o chamado caminhão pau de arara, que levava três dias de viagem por terras do interior de São Paulo, passando pela balsa do rio Paraná (ainda não tinha ponte), até atravessarem a fronteira para Mato Grosso.

Figura 8 - Trajetória da Família Lopes da Silva



Fonte: Elaborado por CARVALHAL, Henrique de Oliveira Diniz (2023).

Uma vez instalados na Colônia, meu avô tinha maior conhecimento de lavrador, de preparar a terra e plantar e precisava logo produzir e obter lucro para pagar a outra metade do lote. Com experiência que dispunham passaram a plantar feijão, arroz, milho e mandioca, pois existia espaços abertos desmatados pelo primeiro proprietário. Eram dias duros de trabalho e minha avó, tias e minha mãe ajudavam na lida da roça.

Ainda que o lote já era em parte desflorestado, havia ainda muita vegetação para ser retirada e expandir a lavoura. Naquela ocasião, a técnica desenvolvida por meu pai em construção fora propícia, pois aproveitava o recurso natural retirado e separava as madeiras necessárias para construir a moradia própria. Foi assim que conseguiu erguer duas casas, utilizando a madeira, o cipó e o barro. Por meia década tiveram como sede, a parte baixa do lote, mais próxima ao rio. Ali nasceram mais três filhos, Ivo (1961), Evaldo (1962) e Milton (1963).

Mediante a habilidade do meu avô a lavoura crescia, colhiam feijão, arroz, mandioca, milho e criavam animais: galinhas, porcos e bovinos, incluso algumas vacas leiteiras para suprir a subsistência. Concomitante à pequena roça encaminhava a abertura de uma área maior para a plantação de algodão e amendoim. Naquele tempo, por ali já estavam os madeireiros interessados na retirada da madeira. Se estes obtinham lucro em contrapartida liberavam a terra para plantar. Feito o contrato propiciou um bom resultado e deu para sanar a dívida de quitação do lote.

Passados os primeiros anos como colonos, as dificuldades diminuíram, com o rendimento das lavouras. Pôde-se então pensar em melhor conforto, construir uma casa nova. Foi decidido que a primeira casa seria a dos meus avós, na parte alta do lote, mais próxima à estrada (MS-379), executada em tijolo por meu pai e ajudantes locais (figura 9). A segunda, a nossa casa, foi planejada, projetada e executada por meu próprio pai (figura 10), totalmente em madeira, desde à fundação (aroeira) até às telhas (tabuinhas), distante esta casa da primeira em cerca de 200m. Foi nessa casa que nasceram: Ilma (1965), Vanilton (1966), Selma (1968), Ivan (1969), Sônia esta que vos escreve (1970) e José Roberto (1971), completando a família de 11 irmãos.

Figura 09 - Casa dos meus avós maternos



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Acervo da família.

Figura 10- Casa dos meus pais



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Acervo da família.

Após a construção das casas, concluídas em 1965, meu pai se tornara homem conhecido na região, as moradias por ele edificadas se tornaram cartão de visitas pela exibição à beira da estrada. Nesta mesma época, os colonos tinham necessidade de armazenar os produtos colhidos à espera de um melhor preço pelo mercado comprador. Certamente, a falta de armazéns impedia guardar os produtos colhidos. Naquele momento, meu pai já era conhecido como “João Carpinteiro” e passou a construir casas, barracões, armazéns e várias outras obras dentro dessa primeira zona da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

3.2 Cultura Arquitetônica

Por definição, a arquitetura pode ser produzida por profissionais formados em curso superior e também os não formados, pois é um produto cultural do homem. Sua classificação e registro são separadas em duas categorias: erudita e vernácula, conforme Camila Gonino (2018, p. 22).

A arquitetura erudita é delineada por profissionais especializados, arquitetos, com conhecimentos técnicos e arquitetônicos próprios. Ou seja, a concepção refere-se ao processo de projeto, com as intenções estéticas na formação do produto por um profissional até a materialização da obra.

Gonino (2018, p. 22) salienta que a arquitetura erudita é aquela de criação autoral, produzida por profissionais institucionalmente treinados, através de doutrinas específicas e submetida ao pensamento teórico e disciplinar formal. Como a autora faz questão de citar “arquitetura por arquitetos”.

Já a arquitetura vernácula, defendida por Pedro Fonseca Jorge (2013, p. 09) manifesta-se em construções identificadas com um local que a originou dada as necessidades físicas e sociológicas de um grupo restrito, com o uso dos materiais existentes, adaptados à ação do homem, como produto histórico da experiência e da prática. Assim sendo, uma nova proposta de tipo arquitetônico terá por base uma forma antecedente, aprimorada ao longo do tempo, segundo um processo designado por “tradição” (JORGE, 2013, p.10).

Gonino (2018, p. 19) se refere à arquitetura vernácula como aquela produzida por profissionais que não possuem instrução formal, que se dedicam a uma prática edificatória, por assim dizer, a uma arquitetura produzida por não arquitetos. Ou seja, um saber definido pela simplicidade, mas que tem o domínio através da prática adquirida, levando a resultados parecidos em termos de forma e adaptação na utilização das obras edificadas.

Por conseguinte, a “Ruralidade” defendida por Jorge (2013, p. 12) é outro fator associado ao Vernacular, visto que é um exemplo diferente do contexto urbano existente, porque a dinâmica rural é mais lenta e a substituição tipológica mais rara, não confundido lentidão com permanência e estagnação.

Com isso chegamos ao contexto existente no âmbito deste estudo, cujo enfoque destaca a arquitetura “Rural”, pois as obras que serão apresentadas adiante estão localizadas em área rural, de modo a atender as transformações geográficas, econômicas e sociais ali vivenciadas.

As obras em madeira que serão apresentadas poderão ser reconhecidas como patrimônio histórico e cultural, uma vez que diante da grande quantidade de madeira disponível, sua utilização facilitou a prática de soluções arquitetônicas, através de diferentes técnicas construtivas e diferenças culturais advindas da sociedade que a produzia. A constituição Federal de 1988, em seu artigo 216 define o conceito de patrimônio.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 124).

Mesmo levando em consideração a legislação da época da CAND se tem referência ao patrimônio. O Decreto lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, assinado por Getúlio Vargas, definia como patrimônio: Art. 1º Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Por conseguinte, a arquitetura vernácula considerada como arquitetura rural, aqui é denominada, como bem produzido por não arquitetos dotados de conhecimento técnico, em certo contexto específico. São obras fora do aglomerado urbano, pois fazem parte da zona rural, no caso, pertencentes à 1ª Zona da CAND, um testemunho real dos modos de criar, fazer e viver de uma comunidade.

As obras edificadas neste espaço geográfico colonial tiveram como principal material de construção a madeira, muito utilizada desde a criação da Colônia, pois esta como matéria prima se encontrava à disposição nos lotes dos colonos que ali se assentaram. A diversidade na oferta do material construtivo resultou no emprego de técnicas construtivas variadas, conforme a necessidade existente: casa de moradia, alojamentos de trabalhadores, galpões, armazéns e grandiosos silos para guarda de grãos. Um conjunto expressivo de obras construídas em madeira, carregando em si influências técnicas, econômicas, geográficas, culturais e sociais.

Percebendo a forma de construção adotada dentro da colônia, especificamente na 1ª Zona da CAND, ao longo das décadas de 1950 a 1970 (que fora o tempo da abundância madeireira), ela se deu muito em função dos conhecimentos trazidos pelos migrantes que foram inseridos na construção em madeira, era o recurso que a natureza oferecia.

Sendo assim, as técnicas construtivas adotadas vieram junto com os migrantes das diversas partes do país, como São Paulo e Paraná. O início de uma obra quase sempre se dava para atender à necessidade imediata, o que arquitetonicamente define por programa de necessidades, seguindo da aplicação da técnica e do sistema construtivo a ser adotado. A qualidade plástica ou volume aparecia na composição da obra em segundo plano: após atender à necessidade se pensava na fachada.

Através de fotos e desenhos técnicos, será exposto na próxima seção a arquitetura das edificações em madeira, na área rural, dentro da primeira zona da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, dentre os anos de 1960 a 1970, verificando a técnica e o sistema construtivos aplicados à época.

O conjunto de obras que será demonstrado a seguir foi construído por carpinteiros com influências do Norte do Paraná e Leste de São Paulo, de onde trouxeram o aprendizado. Zanin (2013, p. 34) cita como elementos arquitetônicos de caráter próprio: a volumetria dos telhados e o conjunto tábuas mata-junta aplicados na vertical. Enquadrava-se no que se considera uma volumetria pura, composta por telhados de quatro ou duas águas, ora sem ornamentos, ora sem cor, mas considerando uma preocupação estética.

Verificamos dentro da área escolhida a existência de obras que muito bem representam bens culturais, como os de registro dos edifícios remanescentes até os dias atuais. Serão apresentados através de fotos, sobre os quais observaremos a qualidade dos volumes, a forma arquitetônica e as técnicas de construção adotadas, no intuito de promover a existência de uma parte do patrimônio cultural brasileiro.

3.3 Profissionais da madeira: os carpinteiros

A construção de casas em madeira no estado do Paraná, segundo Zani (2013, p. 29) histórica e predominantemente de 1930 a 1970, como grande solução para o problema de moradia, na qual se buscava as soluções mais simples e objetivas, utilizando o material disponível. Semelhante ocorrência, data de 1950 a 1970 com a implantação da CAND, onde a primeira necessidade também era a moradia e a solução foi a produção das casas em madeira.

Como as áreas do interior de São Paulo e norte do Paraná já havia carpinteiros com conhecimento técnico de manusear a madeira. Os carpinteiros vindos daquelas regiões, migrando para esta, traziam em sua bagagem seu aprendizado.

Como observa Zani (2013) “com suas mãos hábeis e artesanais, os carpinteiros conseguiram trabalhar a madeira, sabendo aproveitar deste recurso natural e transformar num conjunto arquitetônico próprio”. Contribuíam com as edificações para a economia local, cuja formação repetida da paisagem em madeira enaltece a contribuição dos carpinteiros “havia na região, verdadeiras corporações de carpinteiros, que erguiam, desde pequenas casas, até colônias de fazendas com mais de cem casas de madeira. Existiam equipes de até dez carpinteiros e cinco ajudantes” (ZANI, 2013, p. 28).

No entanto, este cenário não era tão evidente na CAND, pois a mão de obra que aparecia, segundo relatos de João Sobrinho, eram amadores, precisando ser ensinados para depois montar equipe. Na década de 1960 conseguiu-se montar uma equipe de três, como ele dizia, um bate prego e outro ajudante, ficando ele com o trabalho pensante.

O trabalho de um carpinteiro é minucioso, pois é no detalhe que se monta a peça. Pelos relatos do meu irmão Ivo, primeiramente havia a montagem de uma tesoura com peças pesadas e compridas, chegando a 20 metros, era toda medida e cortada no chão, depois de tudo pronto, erguia-se peça por peça para o alto da obra, com o auxílio de uma carretilha e corda. Sem o auxílio de máquinas de corte, usava-se o serrote e pregos. Nas ilustrações podemos ver a equipe de carpinteiros da década de 1960 (figura 11) e uma obra com a demonstração de uma tesoura (figura 12).

Figura 11- Equipe de carpinteiros, no alto João Barbosa Sobrinho



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Acervo da família.

Figura 12 – Telhado em madeira produzido pela equipe, anos 1960 a 1965



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Com as visitas às obras ainda existentes, sempre acompanhada pelos ajudantes de João Sobrinho, seus filhos mais velhos: Elio, Célio e Ivo, estes relatavam todo o processo construtivo, desde a fundação até a cobertura. A montagem das peças, principalmente a tesoura para cobertura era toda serrada e montada no chão, e depois içadas com carretilhas e corda, mais a força humana até o alto, peça por peça, formando tesoura por tesoura até a completa formação do telhado.

Confrontando os relatos das visitas às obras com o material estudado ficou evidente o emprego dos aspectos construtivos e também as espécies arbóreas utilizadas à época. Quando da instalação de serrarias levando a padronizar os elementos construtivos e a difundir a arquitetura em madeira, algumas práticas construtivas foram avançando e se reproduzindo. Segundo Silva (2000), a construção sobre pilaretes servia para evitar a umidade, normalmente de aroeira, o uso de barrotes e vigas onde eram pregadas tábuas com as fibras da madeira na vertical sendo as junções vedadas por ripas. A divisão interna destas habitações era composta por sala, quartos e cozinha, cuja ordem sequencial segue:

- a. Na fundação, resistente a quaisquer intempéries, a aroeira (figura 13 e 14);
- b. Como esteio, na vertical, a peroba rosa (figura 15);
- c. No fechamento, conjunto tábua mata-junta, que se repetem a cada 23 cm, o angico (figura 16);
- d. Na cobertura, composta por tesouras romanas e em algumas, tesoura atirantada, a peroba rosa (figura 17 e 18);
- e. A vedação horizontal, piso de assoalho, a peroba ou mesmo a cimentado, sem qualquer revestimento (figura 19);
- f. Como vedação superior o forro, muitas vezes trabalhado em seu ornamento estético, a peroba e cedro (figura 20).

Outro fato observado durante o trabalho de campo foi o emprego de cores, pois a grande maioria mantinha a cor natural da madeira (figura 21), sem nenhum tratamento, com o passar dos anos, visto a intensidade de sol e chuva, iam ficando cinza. Às vezes, usavam a pintura de vernizes, látex ou a óleo (figura 22), de cores fortes e vibrantes, como o vermelho, azul, marrom e branco para detalhes, tal como podemos observar adiante.

Figura 13 - Aroeira como esteio de cerca



Fonte: LOPES, Sônia (2022)
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 14 - Fundação de aroeira



Fonte: LOPES, Sônia (2022)
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 15 - Esteio vertical, peroba rosa



Fonte: LOPES, Sônia (2022).

Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 16 - Fechamento tábua, mata-junta, angico



Fonte: LOPES, Sônia (2022)

Nota: Trabalho de Campo (2022)

Figura 17 - Tesoura romana, peroba rosa



Fonte: LOPES, Sônia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 18 - Tesoura atirantada



Fonte: LOPES, Sônia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 19 - Piso, vedação horizontal



Fonte: LOPES, Sônia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 20 - Forro, vedação superior



Fonte: LOPES, Sônia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 21- Cor natural da madeira



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 22 - Pintura à óleo, cor forte azul



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Quanto às madeiras utilizadas pelas obras, estas eram escolhidas pela resistência e durabilidade, sendo apontadas como madeira de lei ou madeiras nobres, entre as árvores nativas. Essa nomenclatura já era adotada pelo mercado e profissionais da madeira, que preferiam estas para o manuseio. Como exemplo eram utilizados na época o cedro, a peroba, o angico, o ipê etc. Além do mais, usavam -se madeiras macias e fáceis de se trabalhar. Adiante, segue essa classificação.

3.3.1 Classificação da madeira

Existe uma classificação comercial para a madeira, mais conhecida por carpinteiros e serrarias, utilizadas no sul do Brasil, não é oficial, mas considerável para este trabalho por ser a mais próxima utilizada pelos carpinteiros e por vezes a linguagem informal dos profissionais deste ramo. Gonzaga (2006) apresenta essa classificação segundo as seguintes categorias:

a) Madeiras de Pinho

Possuem uma anatomia diferente das outras madeiras, destacando a madeira Pínus, originária de regiões frias, foram trazidas para o Brasil na segunda metade do século 20. A outra, Pinho, conhecido como pinho-do-paraná ou pinheiro-brasileiro, nativa do sul do Brasil, são consideradas madeiras leves, suportam melhor a flexão, mais resistentes e duro o bastante para a confecção de móveis.

b) Madeiras de Lei

O termo utilizado para dizer que é madeira boa, de qualidade, de árvore de grande porte, se tornou um termo comum. Mas a definição adotada, surgiu em tempos do Brasil Colônia, pois que as madeiras eram destinadas à construção de navios, até o início do século XIX todos os navios eram fabricados em madeira, que na época se usava o carvalho (*Quercus robur*) para as vigas estruturais do casco e pinho-bravo para os tabuados do casco e de forro. Assim, as madeiras destinadas a construção naval eram protegidas por lei ou “ordenações do reino”, posteriormente Decretos de governadores.

c) Madeiras Nobres

São as madeiras destinadas a usos considerados nobres, como: esculturas, móveis de fino acabamento, interior de cabines de iates, painéis decorativos, lambris, portas monumentais e outros. De beleza estética na cor e face, grande estabilidade e de fácil manuseio.

d) Madeiras de Qualidade

São encontradas em matas nativas, podem ser duras ou moles, que na verdade, eram as madeiras refugadas pelo uso naval, por serem muito fracas, por empenarem e por ter um mau cheiro, também não resistiam à umidade e fungos (GONZAGA, 2006, p. 37- 41).

Diante desta classificação, entendemos o porquê ouvimos tanto a nomenclatura, madeira de lei, ao mesmo tempo que os profissionais da madeira observam se a madeira é macia ou dura, quando aplicam seu conhecimento com a prática. Como diz João Sobrinho: “Bate um prego, que você sabe se a madeira é dura ou macia!”.

Para se trabalhar a madeira seguia-se um tamanho padronizado de cortes pelas serrarias que a forneciam. Também havia as encomendas especiais, quando a madeira vinha cortada em tamanho pré-determinado, como veremos adiante.

3.3.2 Utilização da madeira beneficiada

Uma ocorrência comum desde a implantação da Colônia eram as derrubadas da vegetação nativa para abrir espaços destinados ao plantio da agricultura, com o aproveitamento da madeira para construção de casas ou ranchos dos moradores. Com o acúmulo de grande quantidade de madeira em um mesmo espaço, gerou-se a necessidade de se encontrar um fim específico a elas.

Para o aproveitamento das grandes espécies retiradas da natureza a administradora da Colônia mantinha uma serraria oficial, localizada no atual distrito de Indápolis (Figura 2) que atendia os colonos na compra e fornecimento da madeira para construção, mas que pela precariedade de equipamentos não conseguia atender adequadamente a demanda no beneficiamento das toras em tábuas (NAGLIS, 2014, p.109).

Neste interim, outras serrarias foram instaladas e negociavam a mata fechada produzindo um desflorestamento da mata nativa. Retiravam espécies de porte vultoso e as levavam para o beneficiamento. Neste tempo só não era vendido a aroeira, que era utilizada para cercar pastagens para a criação de animais. Outra finalidade dessa madeira era a de prover as edificações levantadas pelos colonos, como a base para a construção de suas residências. De fato, inicialmente grande parte dessas residências eram feitas de lascas de aroeira (rebocadas com barro escuro do brejo) e cobertas com tabuinha (CARLI, 2008, p.136-137).

A venda de madeira foi para alguns colonos uma fonte de renda importante, pois os lotes estavam sendo ocupados e os colonos passaram a vender as árvores derrubadas no processo de limpeza. Nesse sentido, a madeira era um produto que possuía mercado acessível em qualquer local, o que possibilitou o desenvolvimento do comércio. Na maioria dos casos a venda das madeiras era medida por outros agentes econômicos, os madeireiros, e posteriormente, as serrarias (MENEZES, 2012, p.67).

Na 1ª Zona da CAND foi instalado a serraria do Senhor Assis Pimenta (localização na figura 35), sujeito que se tornou conhecido naquele local por fornecer a madeira beneficiada, mais que isso, fornecia a madeira utilizada para o esteio, que é a parte mais alta da edificação, no tamanho solicitado. Quando a obra era definida, em conversas com os proprietários, consultava-se esta serraria local para providenciar o tamanho decidido dos esteios, vigas e demais tábuas necessárias para a execução da obra. A partir disso, fazia-se o pedido de todo o material madeireiro para providências e a serraria passava aos cortes especificados com o montante de toras em estoque.

Apesar dos pedidos especiais, existia o tamanho dimensionado pelas serrarias que forneciam a madeira para as construções, que seguiam um padrão, já definidos pelas serrarias de São Paulo e Paraná. No intuito de fornecer maiores detalhes, apresentaremos no quadro 1 as peças na sua dimensão e espécies, adaptado da tabela de Zani (2013):

Quadro 1 – Madeiras beneficiadas e utilizações

PEÇA	TAMANHO(cm)	COMP.(m)	ESPÉCIE	BENEF.	UTILIZAÇÃO
VIGA	6X12	2 a 6.5	Peroba Rosa	Serrada	Quadro inferior e superior
	6X16				Barroteamento para assoalho
					Estrutura do telhado
CAIBRO	6x5	2 a 6.5	Peroba Rosa	Serrada	Enquadramento de portas e janelas
	6x7				Encaibramento telhado
					Tarugamento para grades, varandas
TÁBUA	22X2.5	2 a 4	Peroba Rosa	Serrada	Vedação vertical (paredes)
	22X2.2				Vedação horizontal (pisos)
1/2 TÁBUA	16x22	2 a 4	Peroba Rosa	Serrada	Testeiras
	12x22		Cedro	Aparelhada	Molduras-rendilhado
	10x22				
RIPA	5X1.5	2 a 4.5	Peroba Rosa	Serrada	Ripamento telhado
			Cedro	Aparelhada	Fechamento vertical e horizontal tipo xadrez
MATA-JUNTA	6x1.2	2 a 4.5	Peroba Rosa	Serrada	Acabamento interno e externo do tabuado vertical e vãos de janelas e portas.
			Cedro	Aparelhada	
1/2 TÁBUA MACHO E FÊMEA	10x2	2 a 5	Peroba Rosa	Aparelhada	Assoalho
			Cedro		Portas e janelas
LAMBRI FORRO	10x1.2	2 a 5	Peroba Rosa	Aparelhada	Forros e revestimentos de paredes internas
	10x0.8		Cedro		
QUADRADO	10x10	2 a 5	Peroba Rosa	Serrada	Esteios (pé direito)
	12x12				
BALAÚSTRE	6x3	1.20 m	Peroba Rosa	Serrada	Cerca para fechamento
		1.50 m			

Fonte: Fonte: elaborado pela autora com base em Zani (2013).

De forma a complementar, podemos observar a seguir o quadro de tamanho e uso de pregos, material de muita utilidade para o fechamento de tábuas e ripamento, como também no apregoamento na junção de caibros e vigas.

Quadro 2 – Pregos e aplicação

PREGO COM CABEÇA	APLICAÇÃO
12X12	Mata-junta e forro
15X15	Ripamento
17X21	Balaústre
18X24	Tábuas
22X42	Caibros
22X48	Vigas
PREGO SEM CABEÇA	
17X21	Assoalho

Fonte: Elaborado pela autora com base em Zani (2013).

Neste interim, com a madeira disponível sendo beneficiada e cada vez mais encontrada nas dimensões desejadas, a arquitetura foi sendo difundida dentro dos parâmetros do conhecimento técnico e cultura local.

Com efeito do avanço da produção das obras, constatamos a predominância de algumas espécies utilizadas, sendo a mais procurada a peroba rosa. Pelos relatos de minha Tia Nadir “era cada perobão que tiravam!”, justificando que estas eram as de maiores dimensões, para as encomendas na execução das obras. Assim também eram as de outras espécies como: o angico, ipê e jacarandá para tábuas, utilizadas no fechamento. Isso será destacado logo a seguir.

3.3.4 Espécies de madeiras mais utilizadas

Para descrever as diferentes espécies utilizadas pela arquitetura madeireira se faz necessário citar a região fitogeográfica em que fora retirada e, desta forma será explanado uma breve caracterização do bioma Cerrado.

A região do Cerrado, até a década de 1960 abrigava uma alta biodiversidade, com espécies florestais nativas. Sua ocupação foi motivada pela criação do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste e levou a uma intensa migração em busca de terras para abertura de novas áreas agrícolas. Como produto histórico dessa política, grandes áreas do Cerrado foram desmatadas.

Cerrado é uma palavra de origem espanhola que significa fechado, uma palavra que é usada tanto para designar tipos de vegetação, quanto para definir formas de vegetação. Como também, relacionado às características estruturais ou florísticas encontradas em áreas específicas. Embora desmatada, a riqueza das espécies do Bioma Cerrado, podem ser superadas apenas pelas florestas amazônicas e pelas florestas atlânticas (RIBEIRO & WALTER, 1998, p. 99).

As formações vegetais presente no Cerrado variam desde florestas até aquelas compostas por gramíneas nativas, englobam tipos de vegetação com predominância de espécies arbóreas com a formação de dossel contínuo, cuja variedade de espécies fora distribuída como formações florestais:

- a) Mata Ciliar, vegetação florestal que acompanha os rios de médio e grande porte, cuja vegetação arbórea não forma galerias. As árvores, variam em altura de 20 a 30 metros;
- b) Mata de Galeria, acompanha os rios de pequeno porte e córregos dos planaltos, formando corredores fechados sobre o curso de água. Árvores variam de 20 a 30 metros, apresentando uma superposição das copas;
- c) Mata Seca, esta não possui associação com cursos de água, ocorrendo em solos mais ricos em nutrientes, cuja queda de folhas contribui para o aumento da matéria orgânica neste solo. A altura das árvores varia entre 15 a 25 metros, na maioria das árvores retas;
- d) Cerradão, caracteriza-se pela presença de espécies que ocorrem no Cerrado sentido restrito e por espécies de mata. A altura média do estrato arbóreo varia de 8 a 15 metros, proporcionando condições de luminosidade que favorecem à formação de estratos arbustivo e herbáceo diferenciados (RIBEIRO & WALTER, 1998, p.104- 116).

Com a instalação da Colônia, à partir da década de 1940, essas formações florestais é que abasteceram, com o desmatamento, a construção das edificações e moradias em madeira, ao mesmo tempo que a construção de estradas, para acesso aos lotes, fizeram com que a massa contínua do bioma natural se transformasse em uma paisagem fragmentada, somados a isso a abertura de extensas áreas para plantio, ao que podemos concluir que a ocupação humana levou à alterações substanciais deste bioma.

Foram as formações vegetais presentes na década de 1950 que contribuíram para a formação urbanística do núcleo colonial, por ser bastante diversificada em suas espécies florestais. Os colonizadores puderam escolher a retirada e utilização das melhores espécies existentes, sendo negociadas com madeireiros e serrarias, que beneficiavam na transformação de peças em madeira própria para construção.

O estudo de campo realizado através de entrevistas com os atuais moradores, com empresários agrícolas e carpinteiros, confrontando com autores consultados, montando um quadro das espécies mais utilizadas na área da CAND nos anos de 1950 a 1970, assim como as peças em que foram transformadas as grandes árvores do bioma Cerrado:

Quadro 3 – Espécies mais utilizadas na construção

ESPÉCIE	NOME CIENTÍFICO	UTILIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO
Amendoim	<i>Pterogyne nitens</i>	vigas, caibros, ripas, forro e esquadrias.
Angico-Branco	<i>Anadenanthera colubrina</i> <i>var. colubrina</i>	tábuas, tacos e ripas
Angico-Vermelho	<i>Anadenanthera colubrina</i> <i>var. cebil</i>	vigas, caibros, ripas, marcos de portas e janelas, tacos e tábuas para assoalho e esquadrias.
Aroeira-Verdadeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i>	vigas, caibros, ripas, tacos para assoalhos.
Canafístula	<i>Peltophorum dubium</i>	vigas, caibros, ripas, marcos de portas, janelas e assoalhos.
Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>	venezianas, rodapés, guarnições, forros, caixilhos, janelas e lambris.
Guaritá	<i>Astronium graveolens</i>	tacos e tábuas para assoalho
Ipê-Rosa	<i>Tabebuia impetiginosa</i>	caibro, forro, ripa, vigamentos, tacos e tábuas de assoalho.
Ipê-Roxo	<i>Tabebuia heptaphylla</i>	vigamentos e tacos de assoalho.
Jacarandá	<i>Dalbergia brasiliensis</i>	tábuas, esteios e vigas.
Pau-Marfim	<i>Balfourodendron riedelianum</i>	vigas, caibros, ripas, rodapés, forros, tacos e tábuas para assoalho e lambris.
Peroba-Rosa	<i>Aspidosperma polyneuron</i>	caibros, ripas, forro, marcos de portas e janelas, venezianas, portões, rodapés, molduras e tábuas.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Carvalho (2003).

Difundida a cultura arquitetônica apropriada para a construção em madeira, estas eram do tipo serradas à mão, pois nas décadas citadas não existiam serras elétricas, então o recurso da utilização de peças padronizadas ajudava nos cortes. Assim sendo, a concepção estrutural seguia uma linha de montagem, desde a fundação com o nivelamento do solo, passando pela montagem dos quadros inferior e superior com o corte das vigas até o fechamento em tábuas ao telhado, como destacado.

3.4 Como eram produzidas as edificações (concepção estrutural)

Diante do processo de colonização da porção meridional do Mato Grosso, da década de 1950 a 1970, destacou-se a arquitetura em madeira produzida por migrantes carpinteiros, que aplicavam suas técnicas e sistemas construtivos de uma cultura adquirida pela troca de conhecimento. Ademais, com a consolidação da lavoura na colônia, a vida dos assentados começou a melhorar, podendo fazer melhorias em seus lotes, como uma casa boa para morar, visto que as serrarias instaladas começaram a aprimorar o beneficiamento da madeira, como tábuas, caibros e ripas. Difundida a habilidade que meu pai tinha em manusear a madeira, contratavam-no para construir casas, no que foi se tornando construtor no ramo da madeira, passando a ser conhecido como “João Carpinteiro”.

Visto que as serrarias já se encontravam instaladas, com o melhor beneficiamento das peças em madeira, como tábuas, caibros e ripas. E percebendo a necessidade de moradias e armazéns, entrou em cena um novo ramo de trabalho o da construção de casas e barracões, demandando mão de obra qualificada, a carpintaria. Em meados de 1960 estava em construção de uma casa na parte alta do lote (figura 24), à beira da estrada (MS-379), o que chamou atenção de muitos colonos. Nesse momento, João carpinteiro fora procurado para construir em lotes lindeiros, seus dois filhos mais velhos já o ajudavam e contratou mais dois ajudantes, passando a ensinar o ofício de carpinteiro e a executar as obras.

De início, construíram muitos barracões (normalmente uma peça sem divisões) cobertos com tabuinhas ou telhas para armazenar produtos da colheita. Todavia, também executavam casas que eram inteiras em madeira, toda sua estrutura, com o uso de esteios desde a fundação, depois vigas das quais se pregavam as vedações, tábua e ripa. As próprias telhas eram de madeira, as chamadas tabuinhas.

Situação análoga, fora vivenciado nos Estados de São Paulo como Assis, Marília e Bauru, assim como no Norte-paranaense (ZANI, 2013, p. 31), cujas edificações em madeira tiveram preferência pelo baixo custo, rapidez e alta produtividade. Como o produto natural estava disponível, confirmou-se assim um conjunto de fatores propícios para aquele momento.

A técnica e o sistema construtivo adotados, trazidos dos modos paulista e paranaense, seguia o mesmo sistema da modulação tábua e mata-junta, fixada por pregos, subtraindo apenas as primeiras casas dos colonos, em que era empregada tábua na horizontal através do encaixe. Com a intensificação da produção do beneficiamento de peças padronizadas nas serrarias, mais

a arquitetura em madeira se difundiu. Como expõe Silva & Basso (2000) quanto ao emprego de técnicas construtivas:

Algumas práticas construtivas foram mais disseminadas, como a construção sobre pilaretes, para evitar a umidade e o uso de barrotes e vigas onde são pregadas as tábuas com as fibras da madeira na vertical sendo as junções vedadas por ripas. A divisão interna destas habitações era composta por sala, quartos e cozinha (SILVA & BASSO, 2000, p. 84).

Em planta (figura 23), apresento o modelo da casa construída por meu pai, que seguia o mesmo padrão para maioria das casas de moradia: espaço social, a sala; área íntima, dois quartos; uma peça para depósito de materiais e compras, despensa; área de serviço, cozinha e uma varanda que continha tanque; área de banho externos à casa.

O dormitório dos filhos sem porta e o dormitório do casal com porta, sem piso, com chão de terra batido. Sala apenas para receber visitas, com piso acimentado.

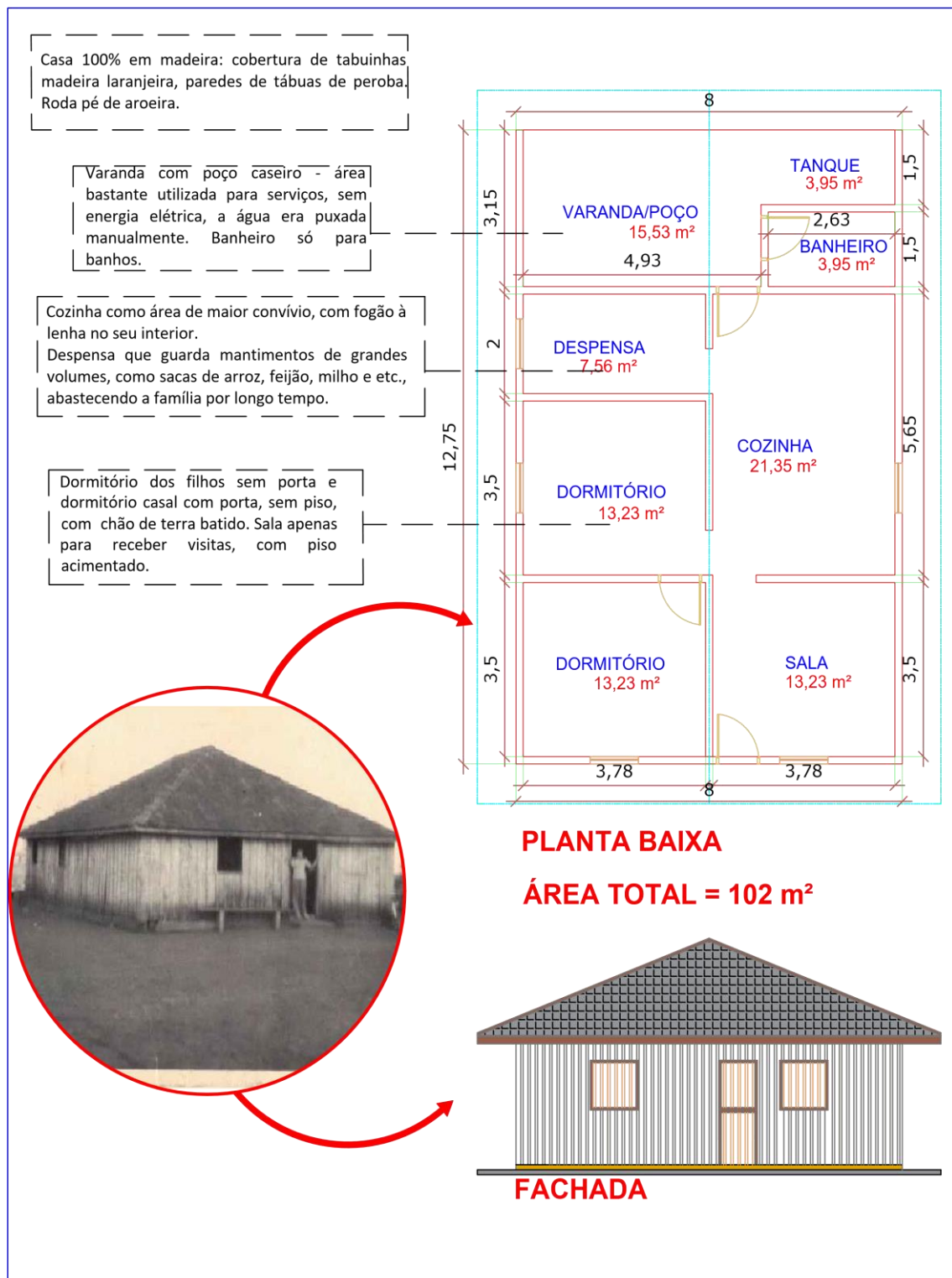
Na cozinha, local de maior convívio familiar, com fogão à lenha. Despensa para guarda de mantimentos de consumo, em grandes volumes, sacas de arroz, de feijão, de milho etc. para abastecer a família por longo período.

Varanda com poço caseiro, lugar utilizado para serviço, sem energia elétrica, a água era puxada manualmente. Banheiro externo só para banhos.

Na execução da casa: pilaretes de aroeira no quadro inferior; pé-direito em pilaretes de peroba-rosa; vigas mestras do quadro superior também de peroba-rosa; estrutura do telhado, tesouras e espigões de peroba; fechamento de paredes com tábuas de peroba-rosa, na modulação tábuas mata-junta; cobertura em tabuinhas, sem forração do fechamento superior.

O projeto foi pensado por meu pai e a execução da casa envolveu mão de obra dos próprios membros da família, que ajudavam no corte das madeiras e corte das tabuinhas para cobertura, além dos profissionais que trabalhavam em regime de mutirão junto à família.

Figura 23 - Casa em madeira de 1965 com representação em projeto arquitetônico



Fonte: LOPES, Sonia (2022).

Nota: Produzido pela autora a partir dos arquivos familiares (2022).

Deste modo é possível captar o momento em que a produção de edificações em madeira se tornou uma atividade manufatureira relevante, pela expressiva quantidade de madeiras aproveitáveis e pela contribuição dos profissionais carpinteiros na produção de edificações dentro da Colônia. Historicamente, a formação do núcleo rural no espaço colonial começava a se desenhar, com características próprias dentro de um contexto arquitetônico madeireiro, de tal forma que as construções em madeira passaram majoritariamente a produção habitacional do núcleo colonial.

Diante do contexto em que as obras em madeira se tornaram a solução para o momento de necessidades de moradia e armazéns, pelos recursos materiais locais disponíveis e mão de obra qualificada, pela técnica empregada, como já foi dito, os migrantes exerceram a atividade de carpintaria no Paraná e São Paulo e trouxeram em sua bagagem todo o conhecimento técnico e sistema construtivo repassados.

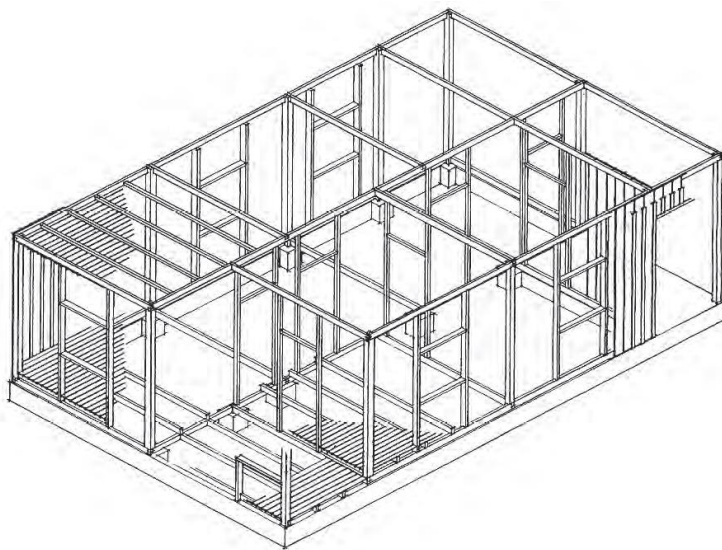
3.4.1 Técnica e sistema construtivo

A definição da concepção estrutural que melhor define as casas e barracões construídos em madeira, como eram aqueles produzidos pelos carpinteiros é dada por Zani:

Um conjunto estrutural formado por dois quadros horizontais (superior e inferior) interligados por esteios e emolduramento dos vãos de portas e janelas. São reforçados pela vedação vertical, formada pelo conjunto tábua mata-junta e pela vedação horizontal, formada por assoalhos e forros. A estrutura do telhado é formada, quase sempre, por tesouras romanas e a tesoura atirantada (ZANI, 2013, p. 39).

Destaque para o desenho isométrico que Zani apresenta (figura 24) em dois quadros, inferior e superior, os esteios na vertical e caibros na horizontal, nestes há vedação na vertical a aplicação de tábuas e mata-junta, tendo o quadro superior como suporte a receber as tesouras romanas para o fechamento do telhado.

Figura 24 – Quadros horizontais inferior e superior, esteios e vedações tábuas mata-junta



Fonte: ZANI (2013, p. 39).

A sequência de montagem de uma obra em madeira segue quase sempre a mesma ordem adotada pelos carpinteiros do norte do Paraná, como descrita por Zani (2013); na mesma direção em termos técnicos, que em conversa com os atuais construtores de hoje, confirmam essa ordem sequencial apresentada pelo autor. Numericamente, segue a seguinte ordem:

1. Esquadrear e nivelar, conforme a topografia do terreno, os pilaretes de toco de tora ou pilaretes de tijolo maciço comum;
2. Cortar as vigas para o quadro inferior;
3. Montar o quadro inferior, vigas guias “mestras” ou frechais “de baixo”;
4. Cortar as vigas para o quadro superior tendo como medida o quadro inferior;
5. Montar quadro superior sobre o inferior;
6. Cortar as vigas para as estruturas do telhado: rochante, loró, pontalete, terças e espigões;
7. Montar a estrutura do telhado formada por tesouras, terças e espigões sobre o quadro inferior e superior, ao rés do chão;
8. Retira-se e desmonta-se o quadro superior e a estrutura do telhado;
9. Alinhamento e colocação dos esteios (pé direito) e enquadramento dos vãos;
10. Armação do quadro superior, frechais e vigas mestras;
11. Colocação das tábuas de vedação;
12. Armação da estrutura do telhado, tesouras, espigão, cumeeiras e terças;
13. Encaibramento e ripamento do telhado;
14. Colocação das telhas;
15. Colocação dos barrotes para o assoalho;
16. Colocação dos assoalhos;
17. Colocação da vedação interna;
18. Colocação de janelas e portas;
19. Tarugamento para colocação do forro;

20. Fiação;
 21. Encanamento;
 22. Colocação de forro;
 23. Colocação das mata-juntas internas;
 24. Colocação das mata-juntas externas;
 25. Colocação de elementos de arremates.
- (ZANI, 2013, p.64).

Na sequência, quanto à utilização de ferramentas e utensílios para a produção das construções em madeira dentro da 1ª Zona da CAND, todo carpinteiro possuía alguns itens próprio como martelo, serrote, metro e lápis. Este adquiria tais itens junto às casas comerciais estabelecidas nas proximidades, como “Pedro Japonês”. Levava a alcunha do proprietário, um imigrante japonês que fornecia insumos alimentares e demais itens de primeira necessidade, e ferramentas (as que ali não eram encontradas, fazia-se necessário procurá-las no centro urbano mais próximo, Dourados). Os carpinteiros que já possuíam bagagem em seu estado de origem, como foi o caso de João Sobrinho tinham ferramentas já adaptadas artesanalmente, como a plaina de mão em madeira e outras conforme surgia a necessidade.

Acompanhando o uso da madeira do Paraná, Zani (2013), apresenta as ferramentas e utensílios como uma composição de três conjuntos (quadro 4). Em seguida serão expostas fotos do acervo de João Barbosa Sobrinho, ferramentas guardadas desde os anos de 1960 até os dias em que trabalhava, como os serrotes e martelos até hoje utilizados pelos membros da família:

Quadro 4 - Ferramentas e utensílios manuais

FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		
Para medir	Para serrar/perfurar/pregar	Para entalhar/plainar/acabamentos
Metro de dobrar	Serrote manual 28"	Conjunto de formões
Lápis tipo carpinteiro	Serrote manual de sutar	Formão de soquete
Linha	Serrote manual de sutar ponta	Formão de espiga
Prumo	Arco de pua	Formão curto
Fio de Prumo	Pontas para arco de pua	Formão goiva
Esquadro 45° e 90°	Trado	Formão para entalhar
Esquadro suta	Máquina de furar manual	Plaina 15"
Graminho	Martelo de unha grande	Meia galorpa
	Martelo de unha média	Galorpa ou junteira
	Martelo de unha pequena	Plaina de acabamento
	Punção	Exó

Fonte: Elaborado pela autora com base em Zani (2013).

Figura 25 - Metro de dobrar e lápis de carpinteiro



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 26 - Esquadro 45°



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 27 - Fio de Prumo



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 28 - Arco de pua



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 29 - Máquina de furar manual



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 30 - Exó cabo curvo



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 31 - Exó cabo reto



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 32 - Conjunto de serrotes



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 33 - Conjunto de martelos



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

Figura 34 - Plaina de madeira



Fonte: LOPES, Sonia (2022).
Nota: Trabalho de Campo (2022).

O material utilizado na época era todo manual, não existindo serras elétricas, nem furadeiras, o que fazia com que a execução de uma obra fosse demorada. As peças eram cortadas por serrotes manuais e depois fixadas por pregos com o martelo. No encaixe das peças o desgaste da madeira era feito com o exó e formões, e quando necessário com plainas manuais.

Todo carpinteiro possuía uma caixa de ferramentas e um suporte de prender na cintura, contendo pregos e martelo.

Posto isso, é possível elencar as obras existentes na área geográfica em estudo que merecem destaque. E embora existam muitas obras em madeira, considero estas as de maior relevância, seja por constituírem usos diferentes, seja pela conservação com que se encontram. E por que não, as que foram construídas por João Barbosa Sobrinho, o carpinteiro que muito contribuiu no processo de produção habitacional daquele aglomerado rural.

4 REGISTROS COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DA CAND

As edificações aqui apresentadas estão em sua grande maioria ocupadas, levando em consideração que havendo quem nelas resida é uma excelente maneira de mantê-las sempre em bom estado de conservação. Algumas casas de moradia ainda guardam a sua originalidade em uso. O mesmo não ocorre com as casas usadas como alojamentos de trabalhadores, hoje abandonadas e deterioradas pela ação do tempo e pelas condições climáticas variáveis, umidade, sol intenso e condições ambientais diversas.

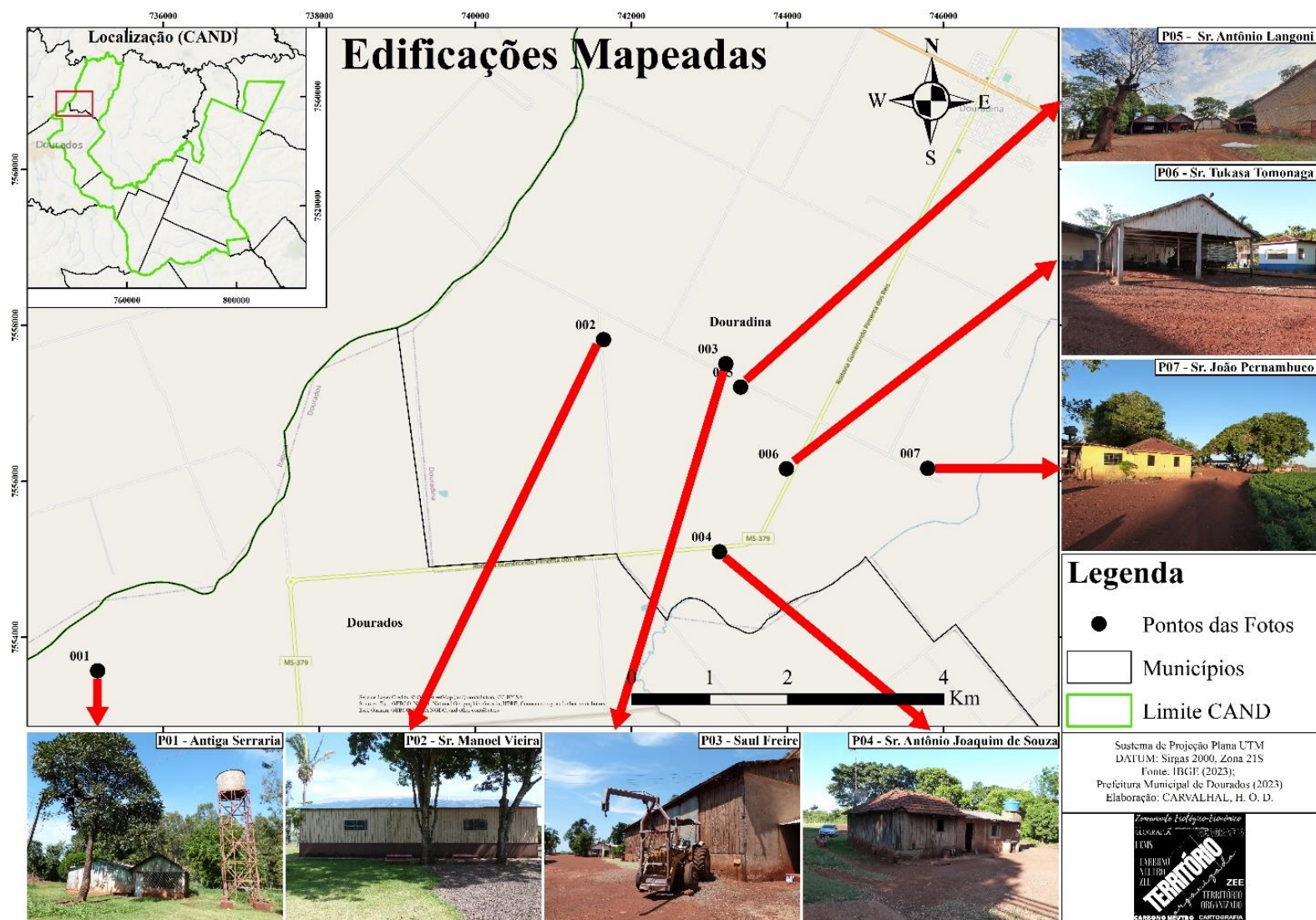
A conservação patrimonial importa para a preservação da memória. São as obras em boas condições de uso, mesmo as sem condições de uso, sendo também no sentido de sua permanência no tempo, evitando o desaparecimento sem o seu registro. São garantias de seus valores arquitetônicos históricos dentro de um ambiente geograficamente rural.

Na figura 36 mostramos a localização das edificações em destaque no trabalho. Também destacamos a localização da serraria que fornecia as peças em madeira em atendimento à encomenda da obra a ser edificada.

São pranchas elaboradas com desenhos técnicos e fotos das edificações, que foi adotado uma ordem numérica de obras existentes em cada propriedade visitada, cujos proprietários originais seguem em destaque:

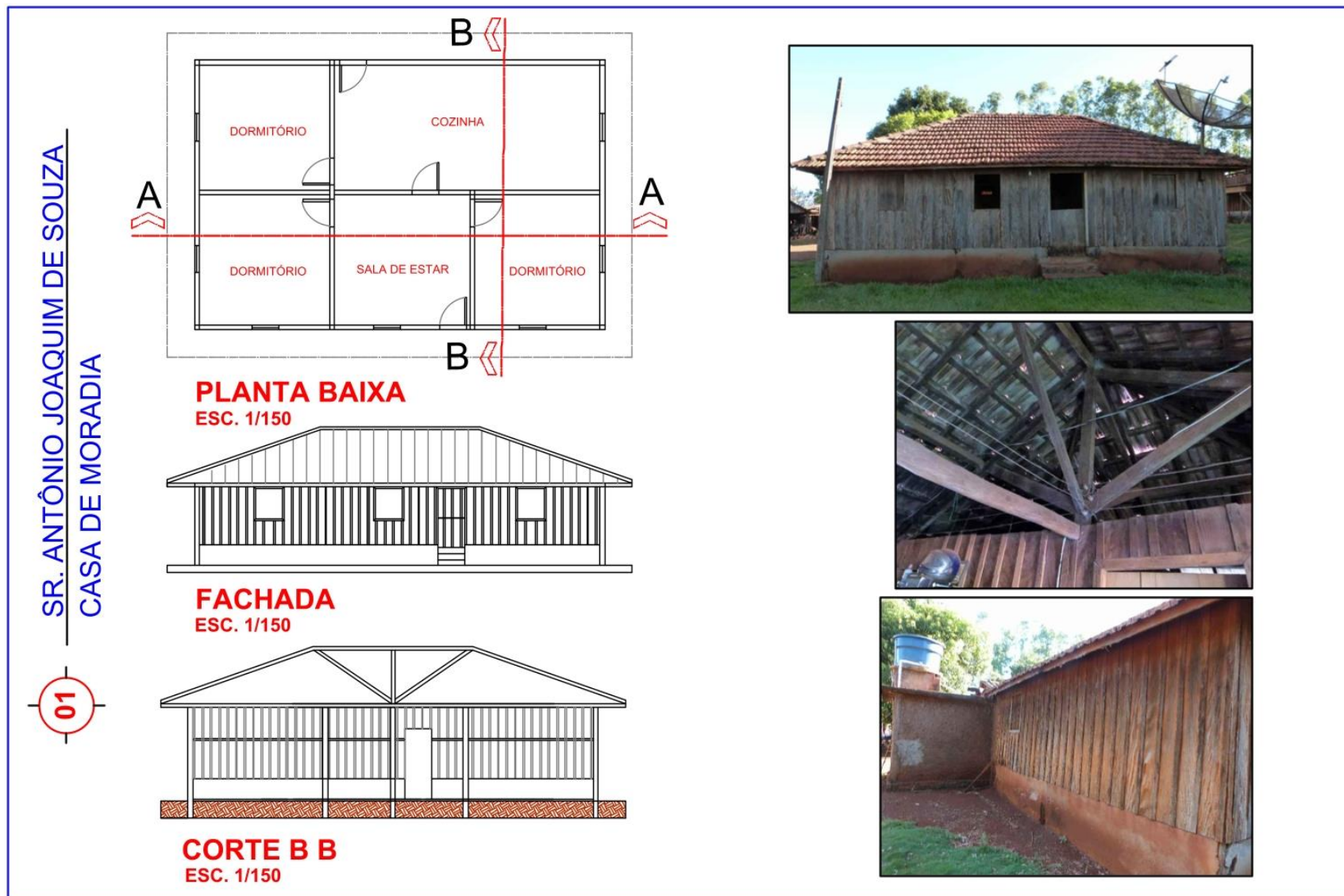
- Antônio Joaquim de Souza e Natalina Ferreira de Souza (Figuras: 36,37 e 38);
- João José Alves e Deusdete da Cruz Alves (Figuras: 39, 40 e 41);
- Saul Freire e Maria Aparecida Rodrigues (Figuras: 42, 43 e 44);
- Antônio Justi Langoni e Anunciação Rodrigues Justi (Figuras: 45 a 52);
- Tukasa Tomonaga e Kasuko Tomonaga (Figuras: 53 a 56);
- Manoel Vieira Ramos e Maria Veríssimo Ramos (Figuras: 57 e 58).

Figura 35 - Localização das Edificações



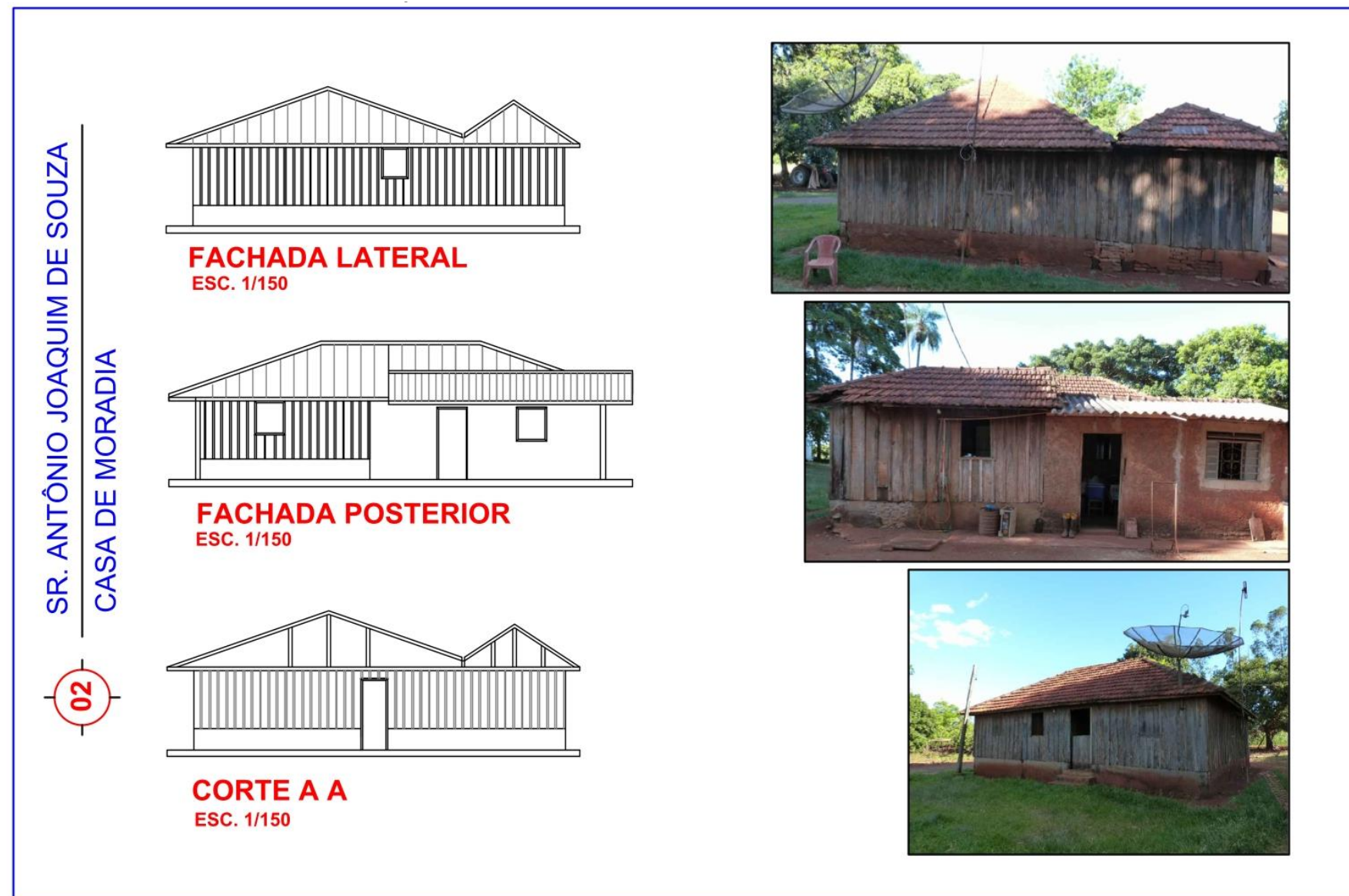
Fonte: Elaborado por CARVALHAL, Henrique de Oliveira Diniz (2023).

Figura 36 - Casa em Madeira na sua cor original



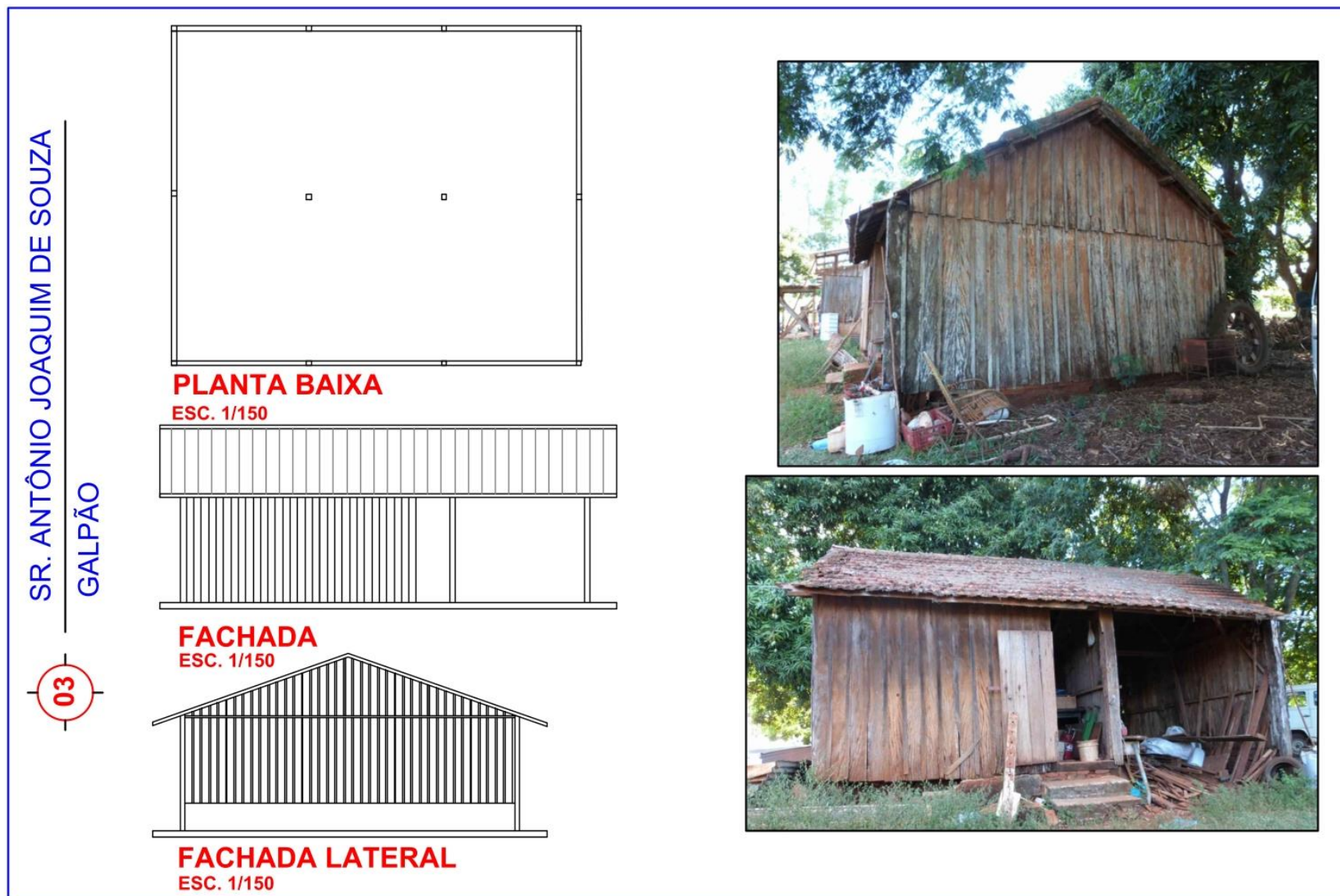
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 37 - Casa de Moradia Mista Madeira e Tijolo



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 38 - Galpão Guarda de Utensílios Agrícolas



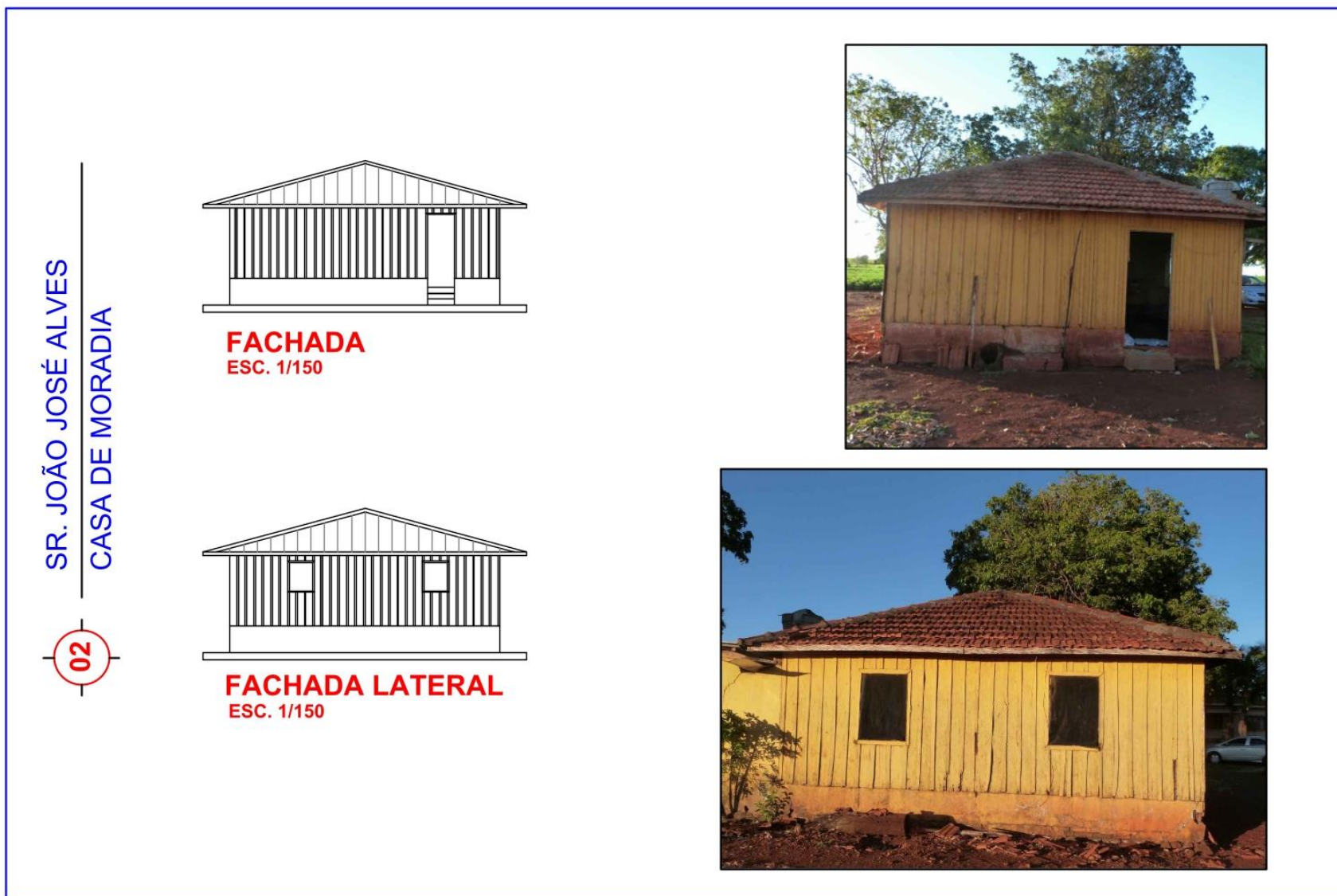
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 39 - Casa de Moradia na Cor Amarela



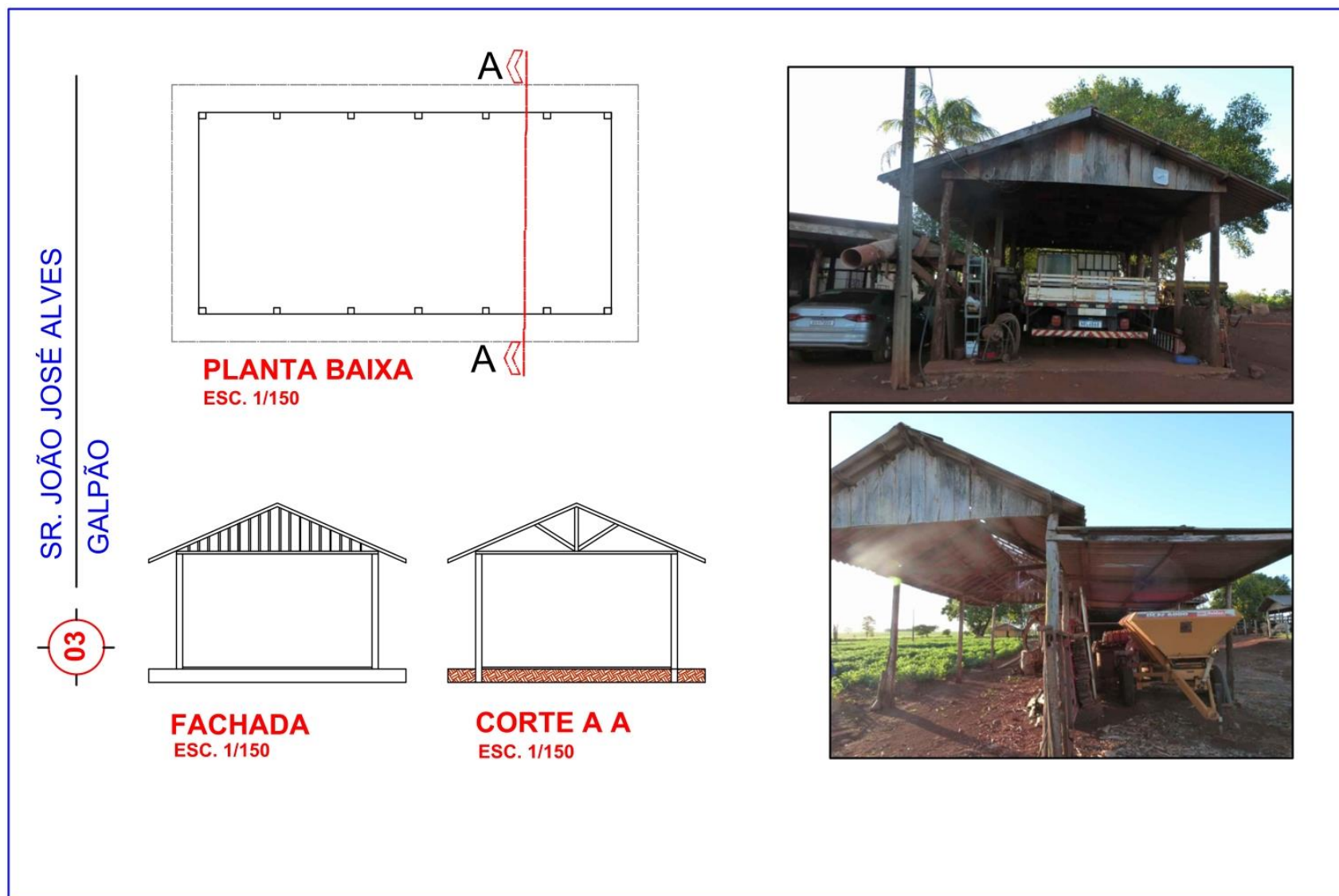
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 40 - Casa de Moradia Cobertura Quatro Águas



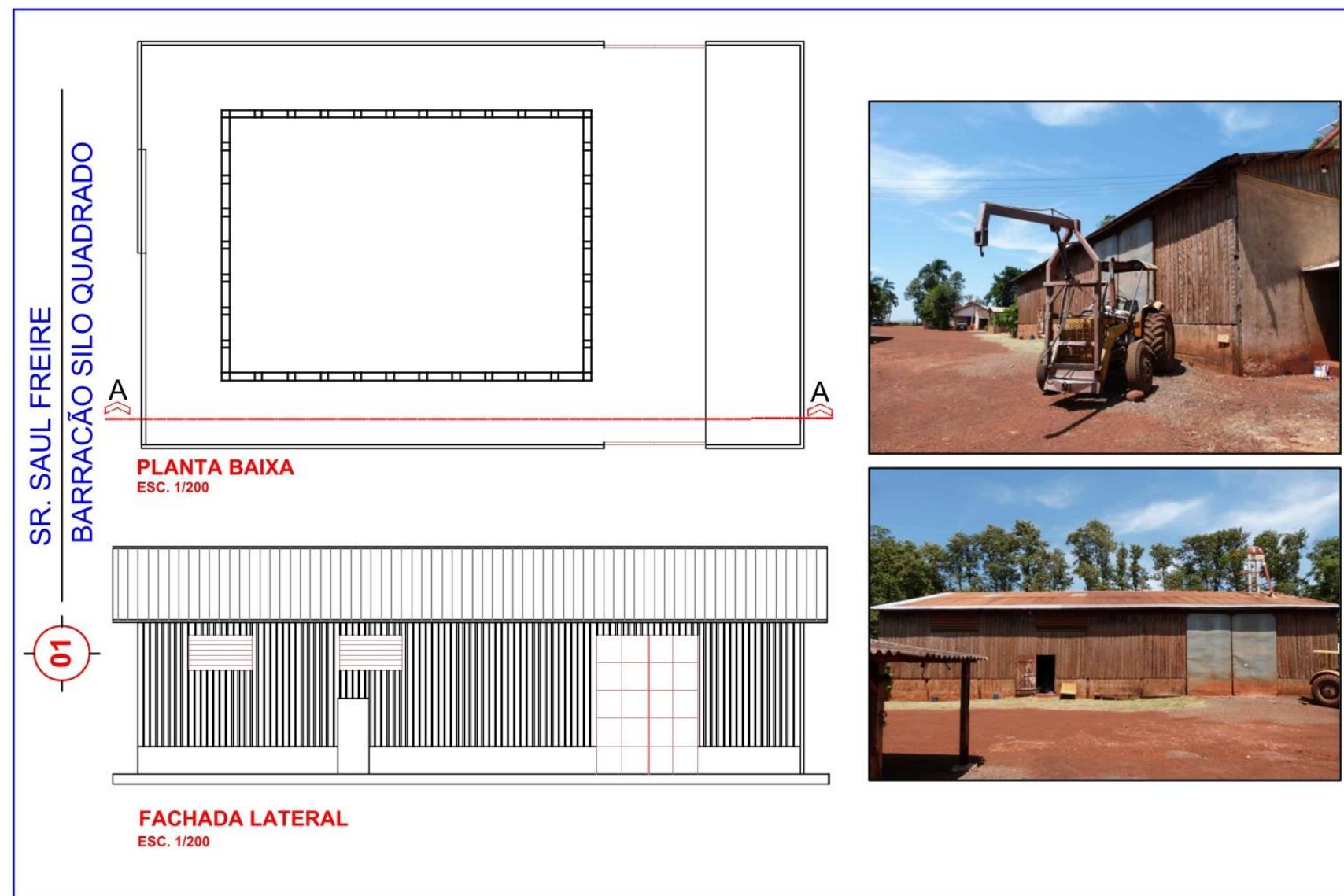
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 41- Galpão Garagem sem fechamento



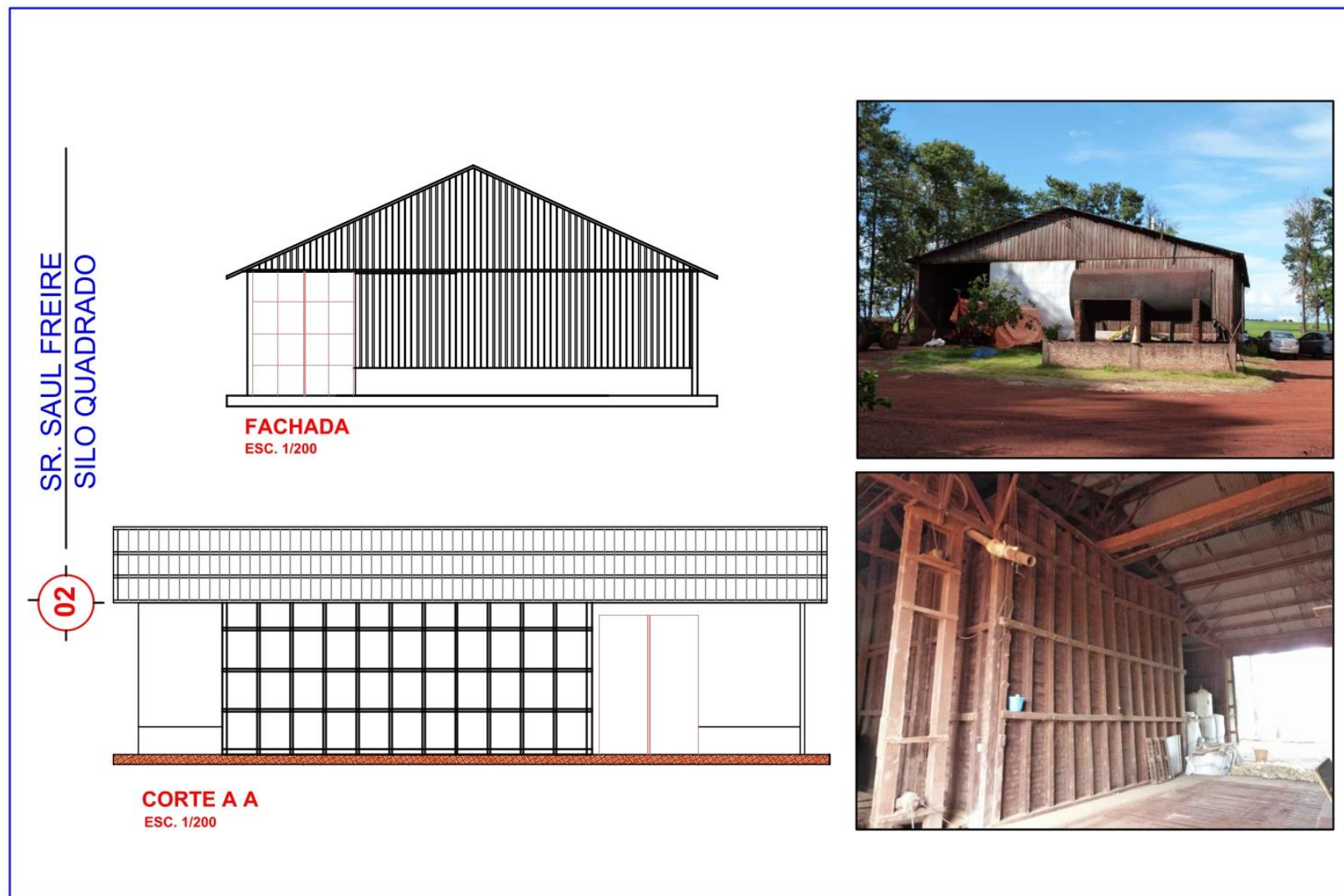
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 42 - Barracão Silo Quadrado



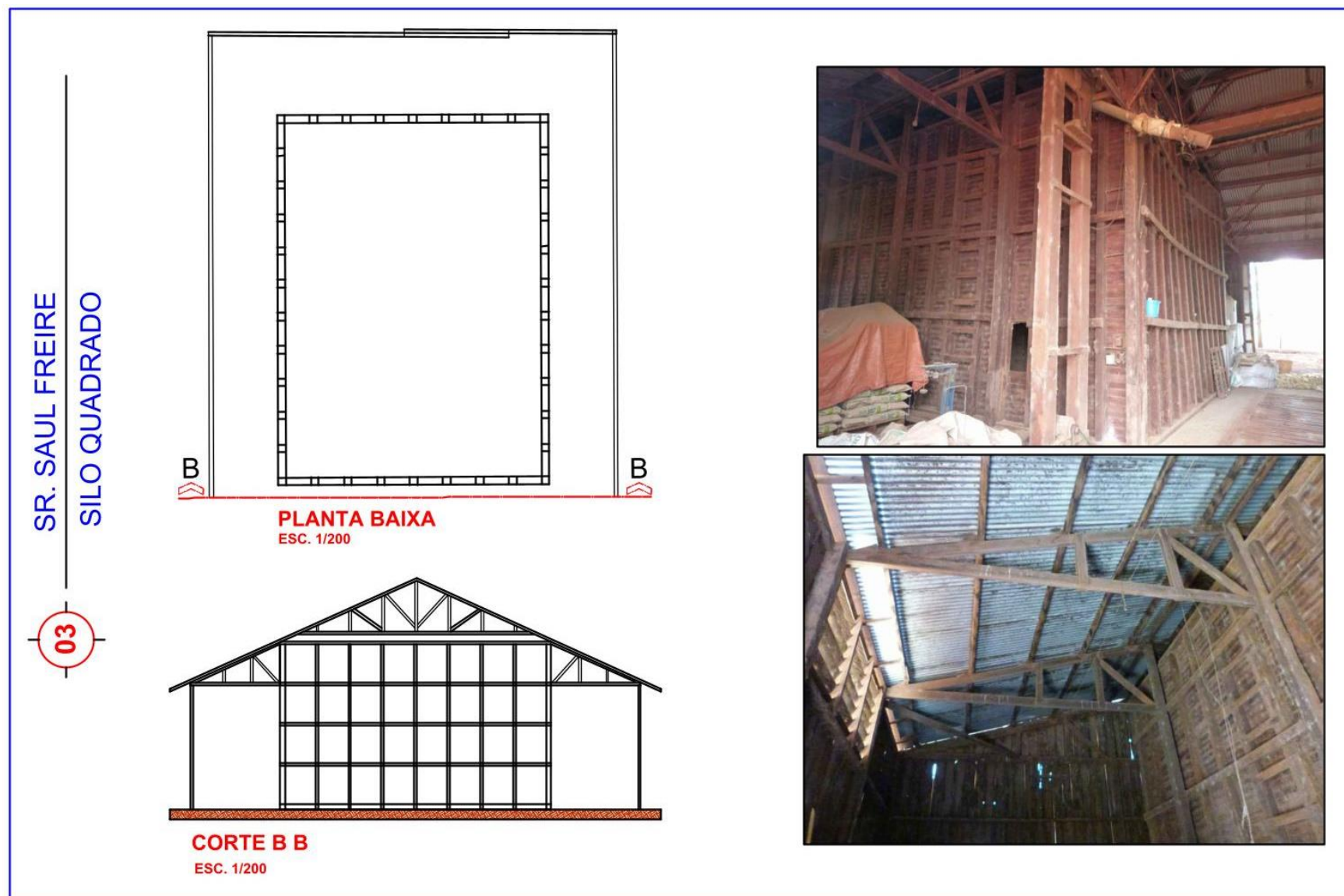
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 43 - Silo Quadrado



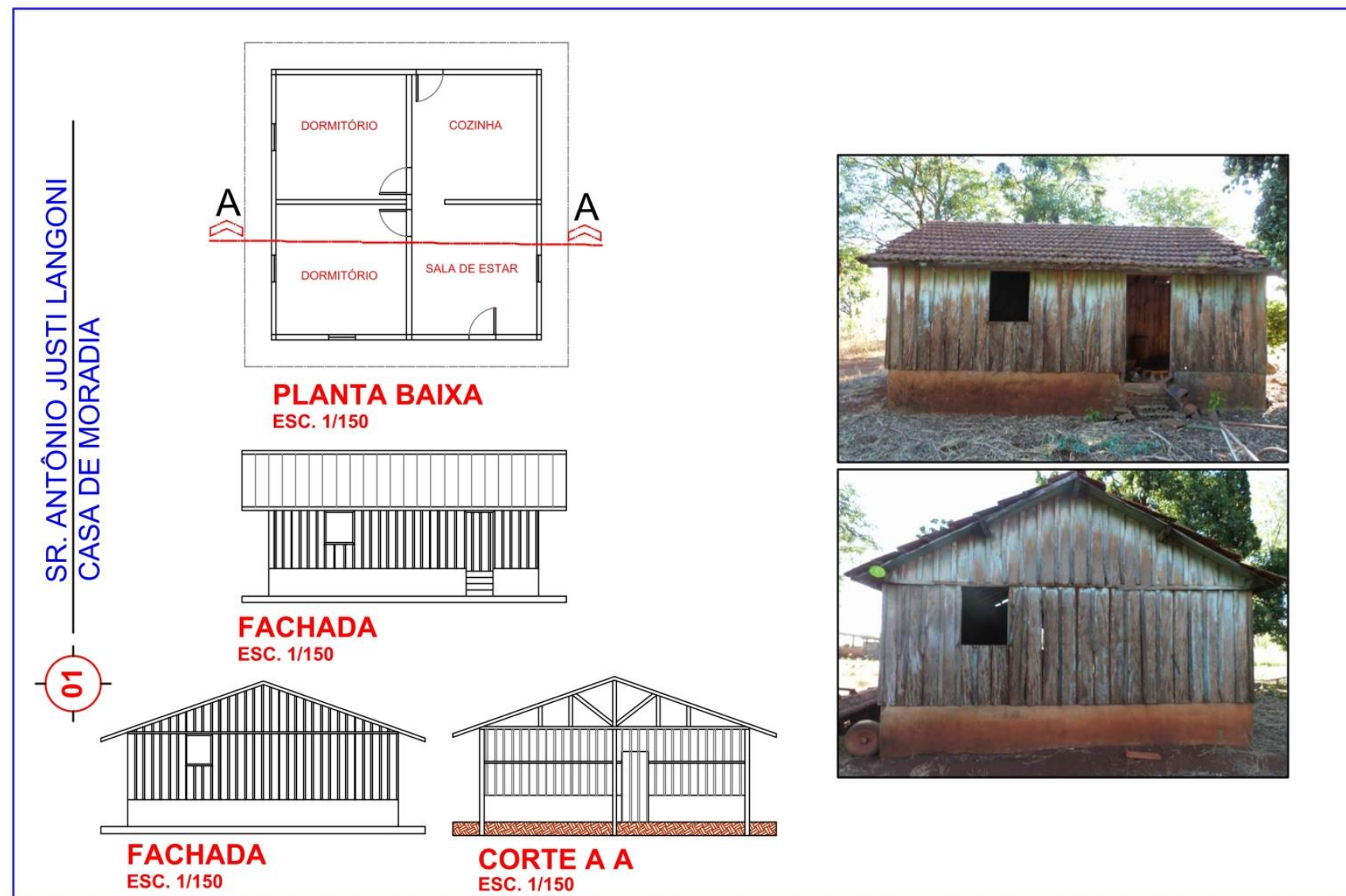
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 44 - Detalhe Silo Quadrado



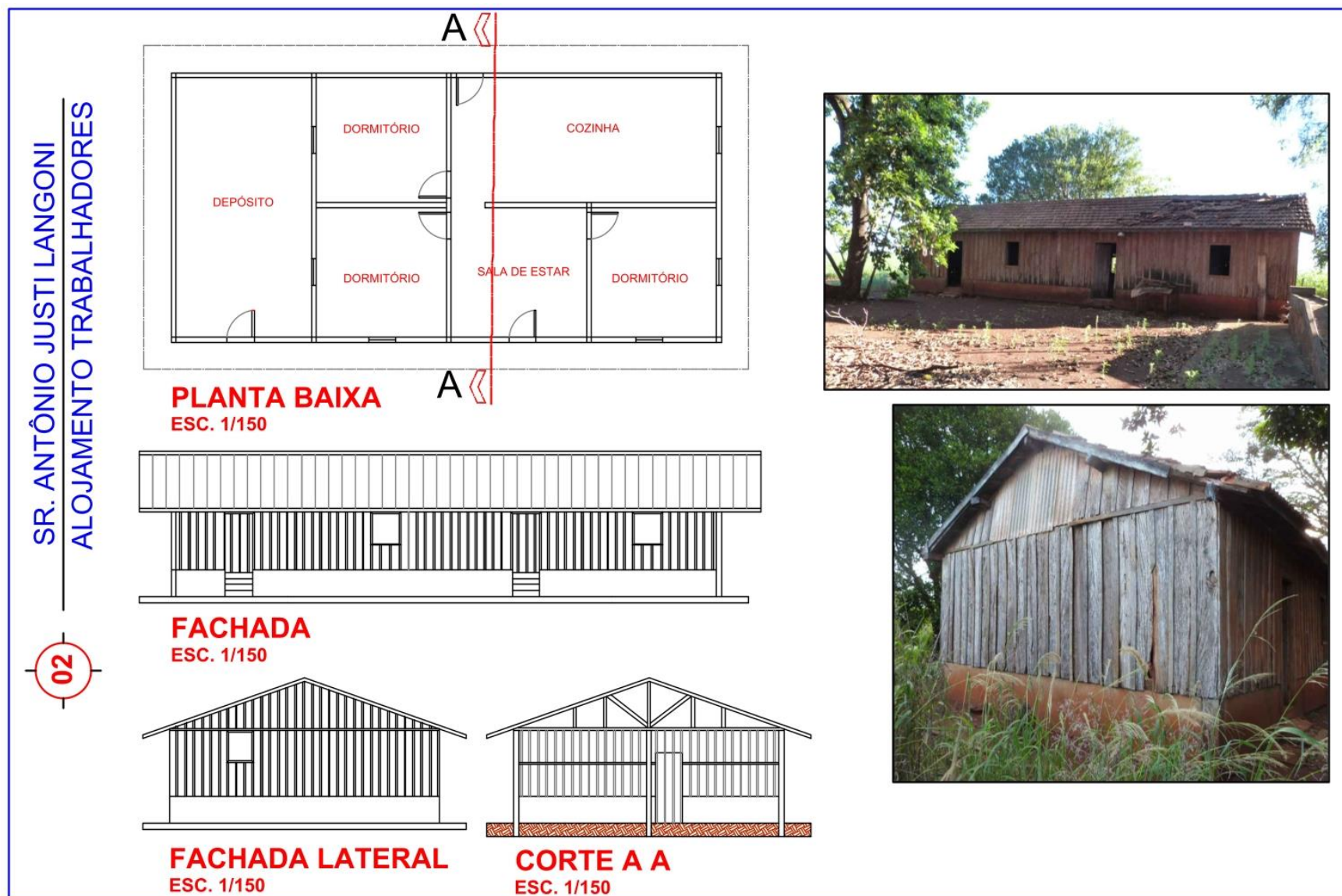
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 45 - Casa de Moradia Cobertura Duas Águas



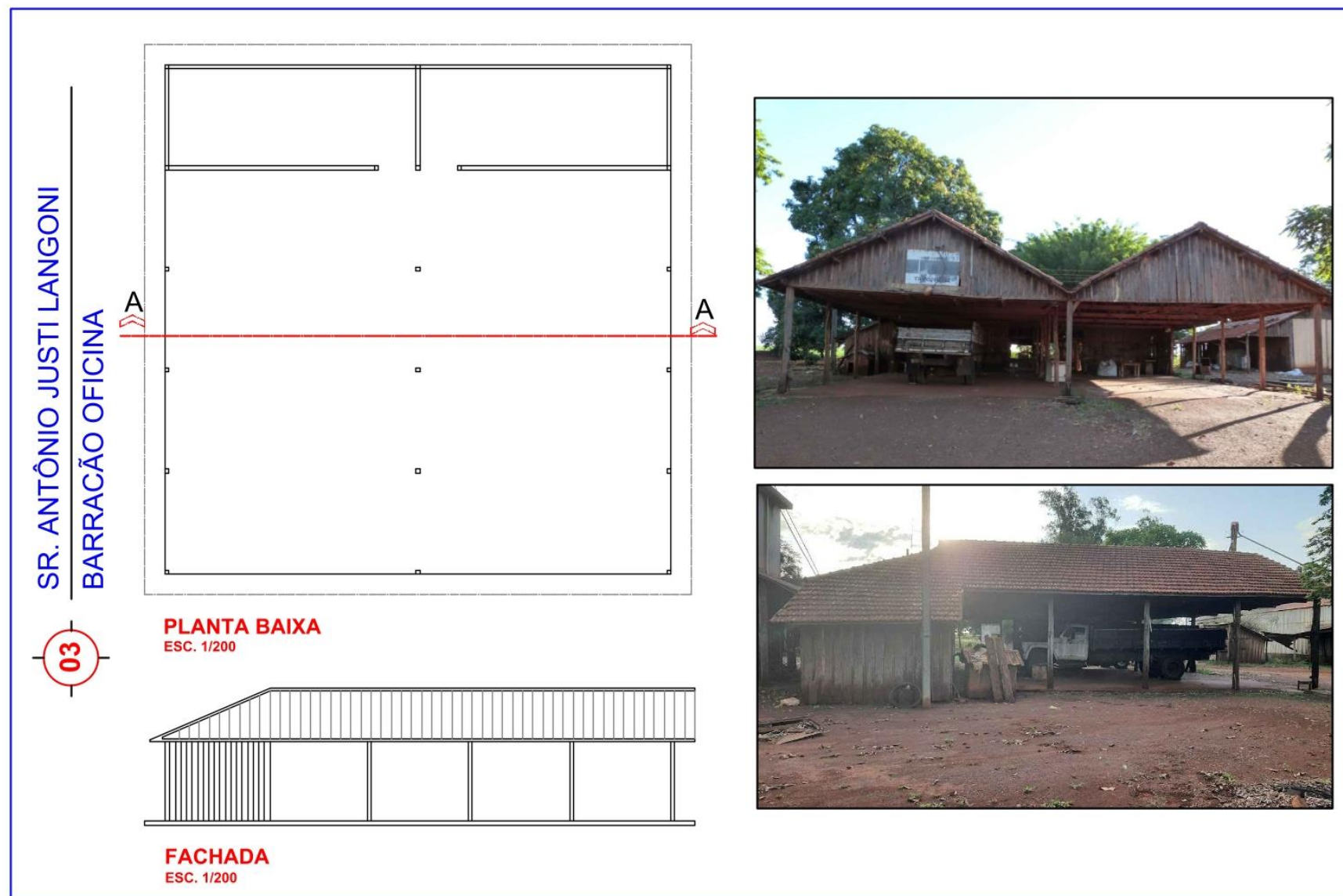
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 46 - Casa Alojamento de Trabalhadores



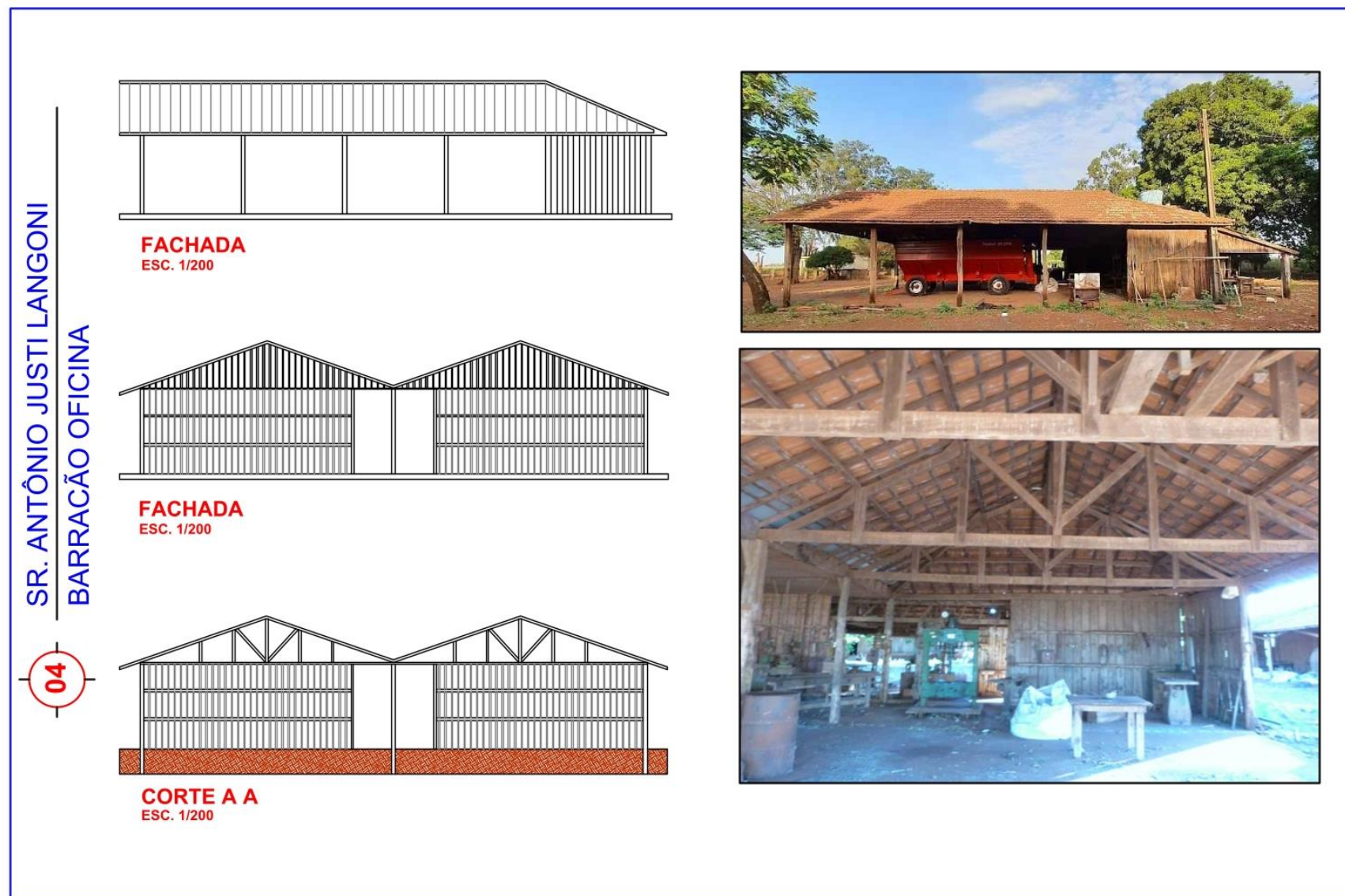
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 47 - Barracão Oficina



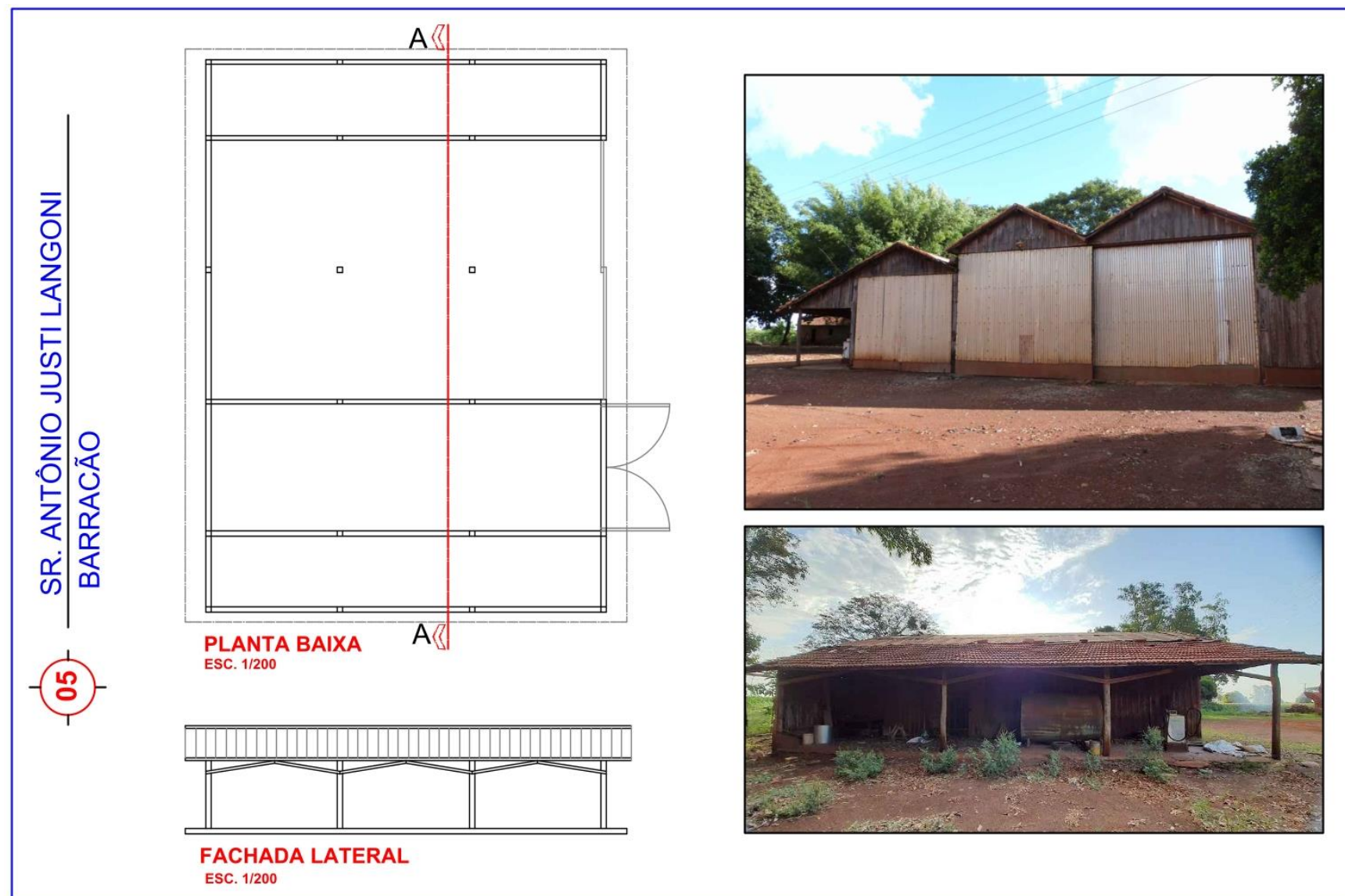
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 48 - Detalhe Tesoura Barracão Oficina



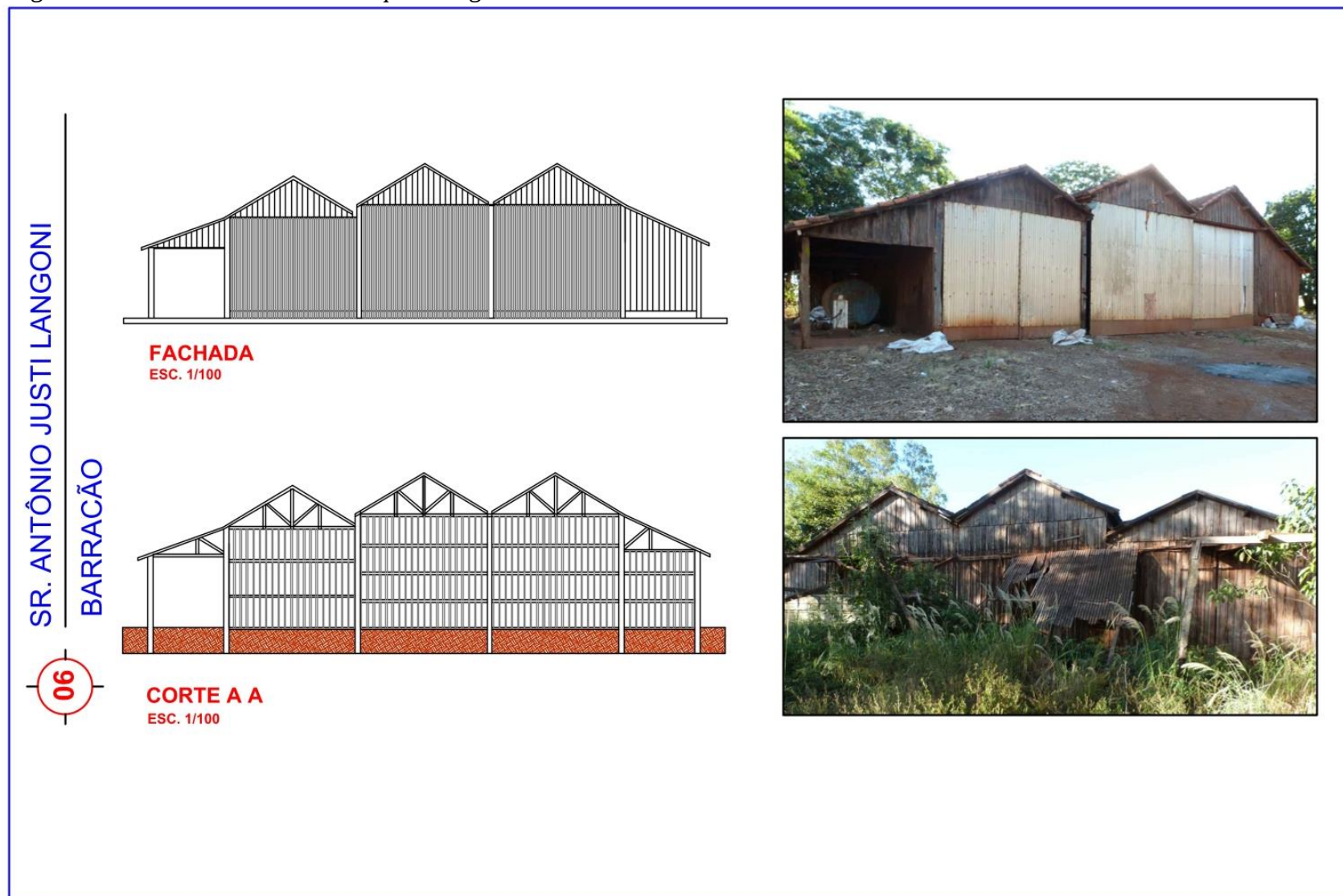
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 49 - Barracão Guarda de Máquinas Agrícolas e Abastecedor Externo



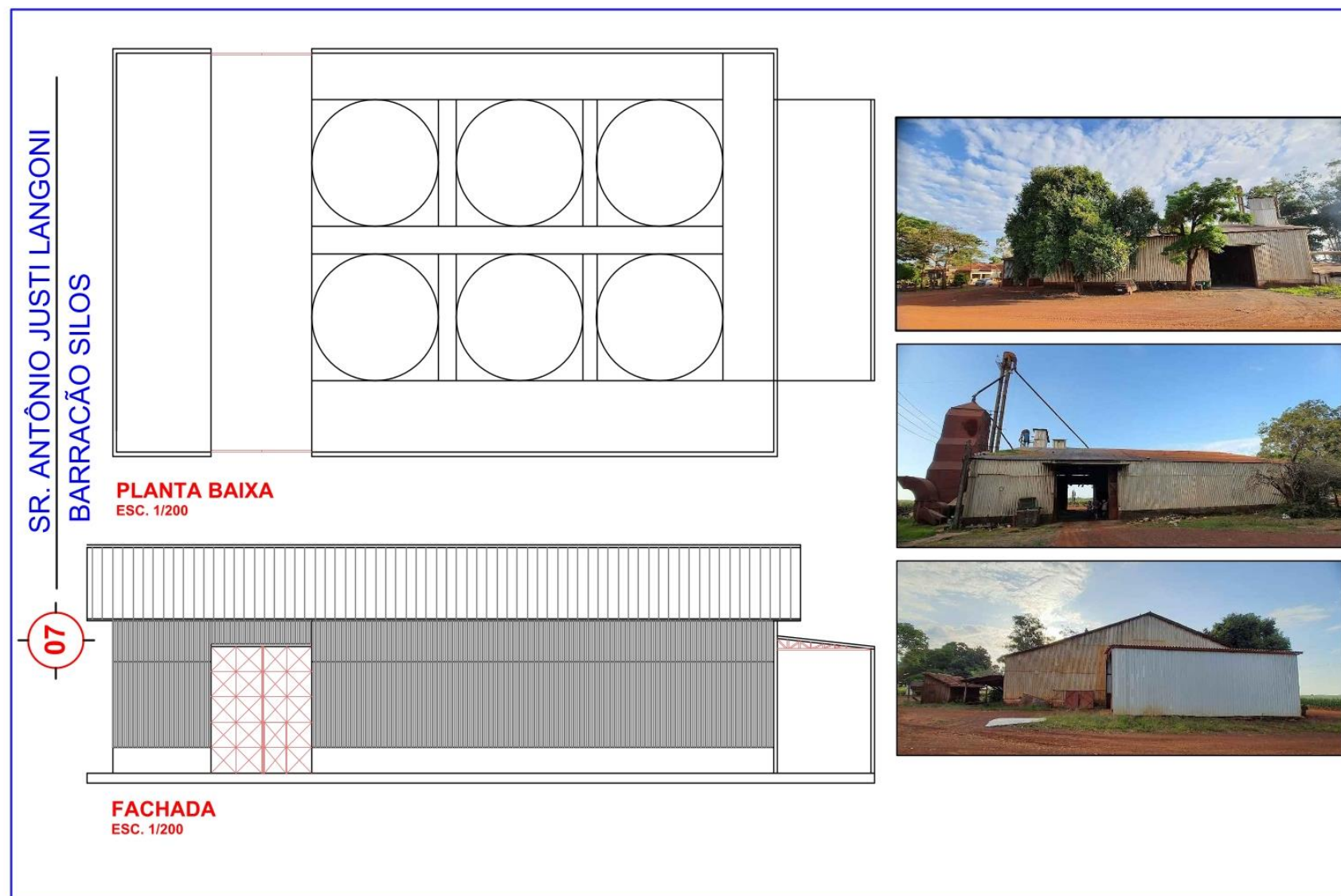
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 50 - Barracão Guarda de Máquinas Agrícolas Externo



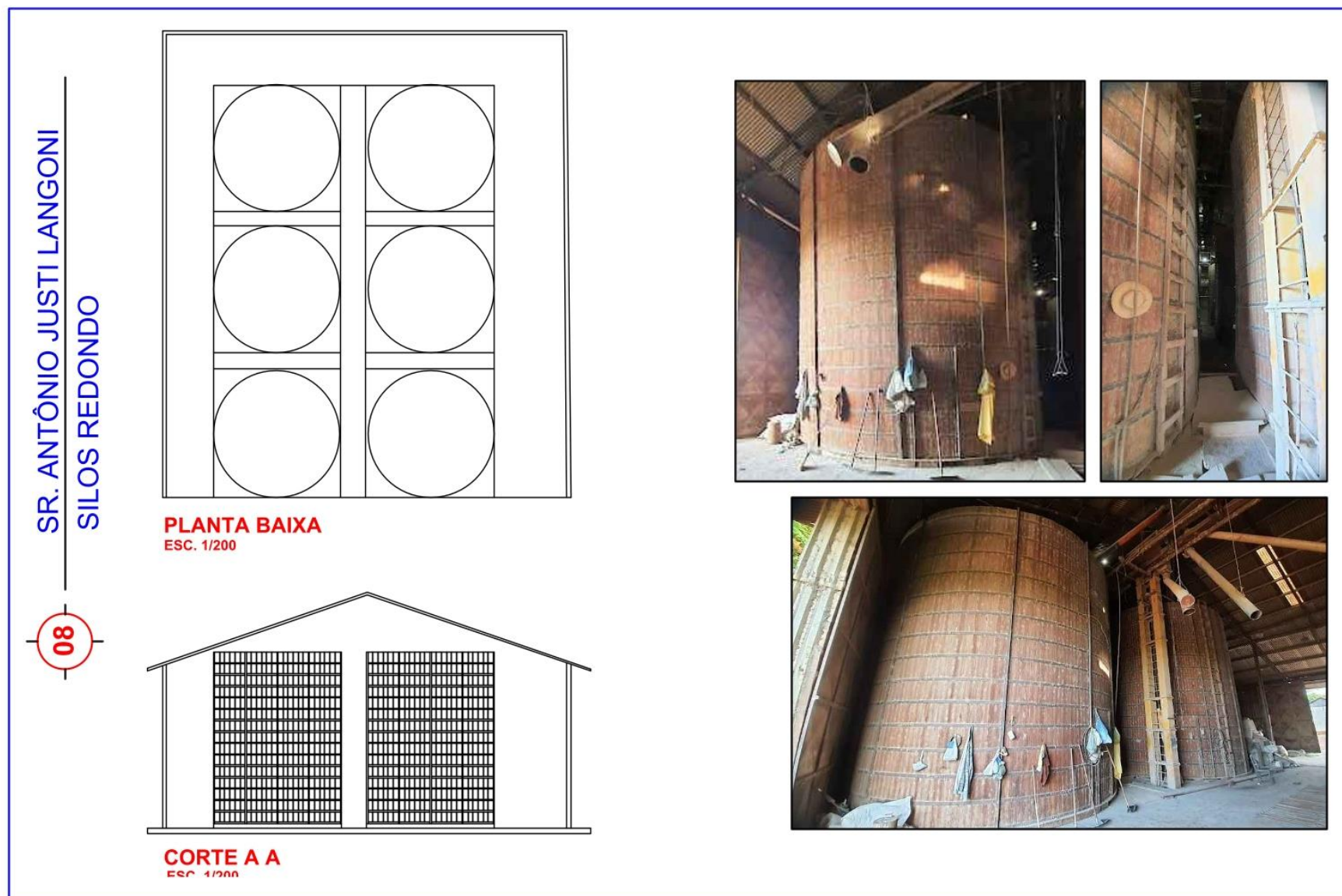
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 51 - Barracão com Silo Redondo



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 52 - Silo Redondo



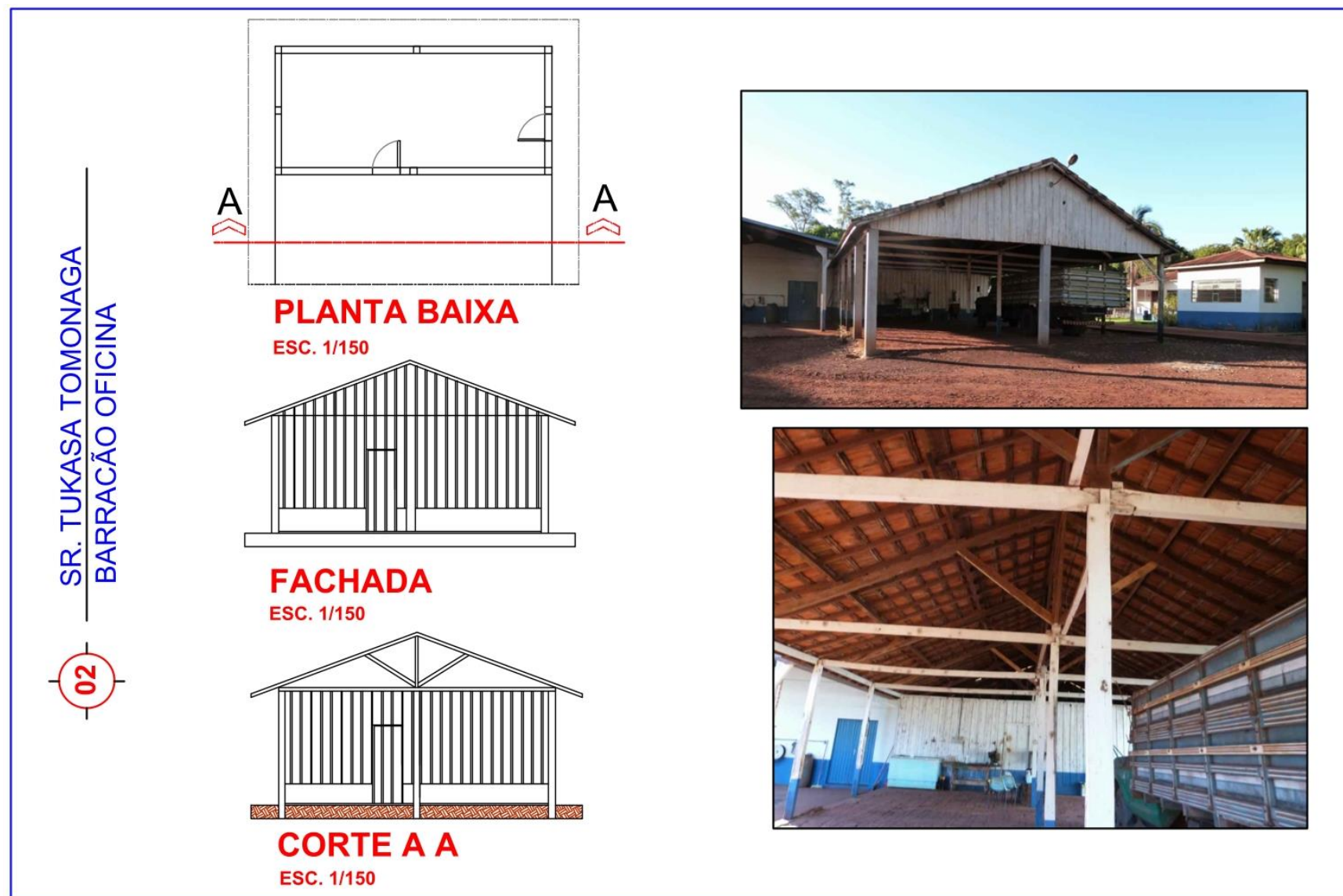
Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Figura 53 - Barracão Garagem e Oficina



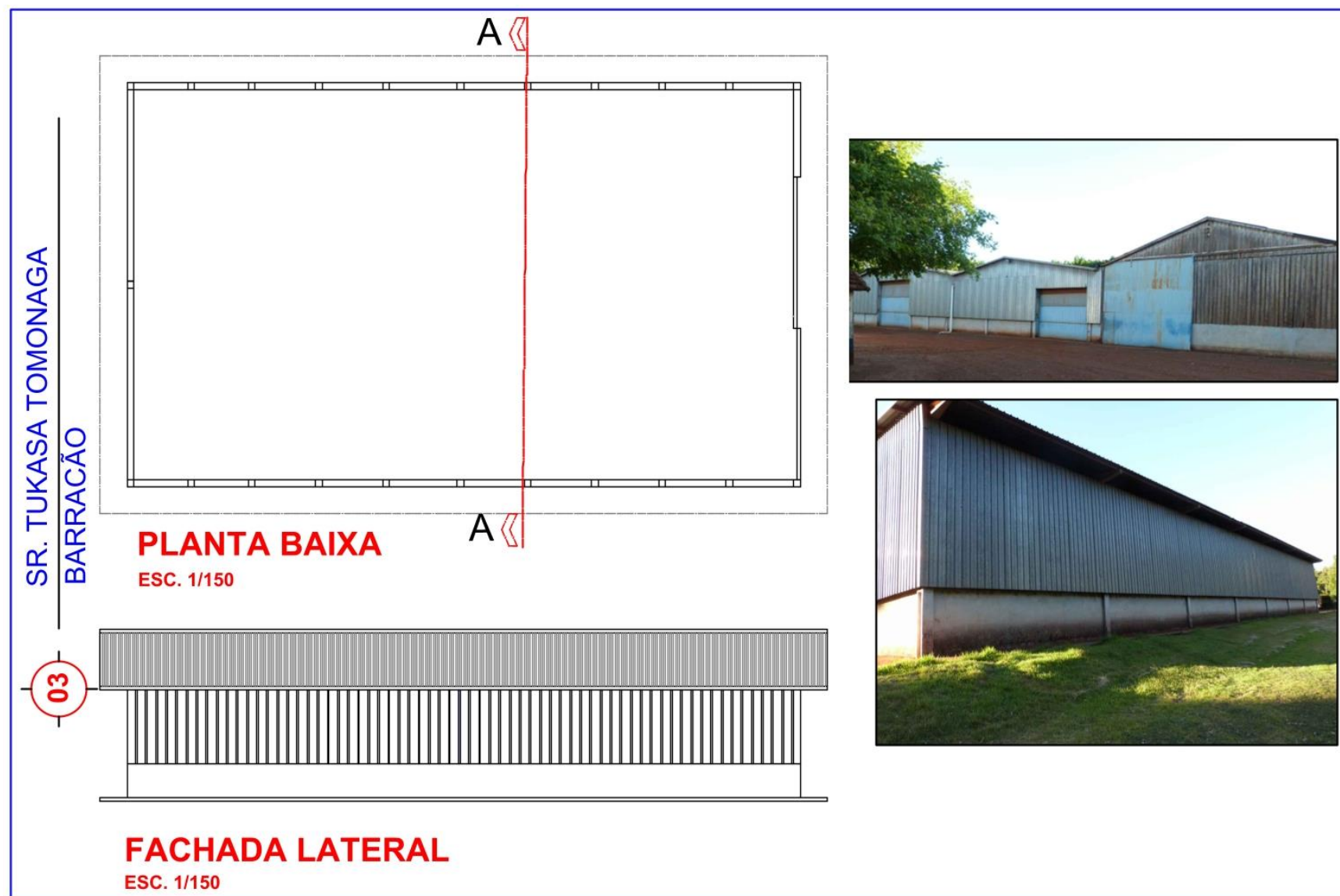
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 54 - Detalhe Tesoura Barracão Oficina



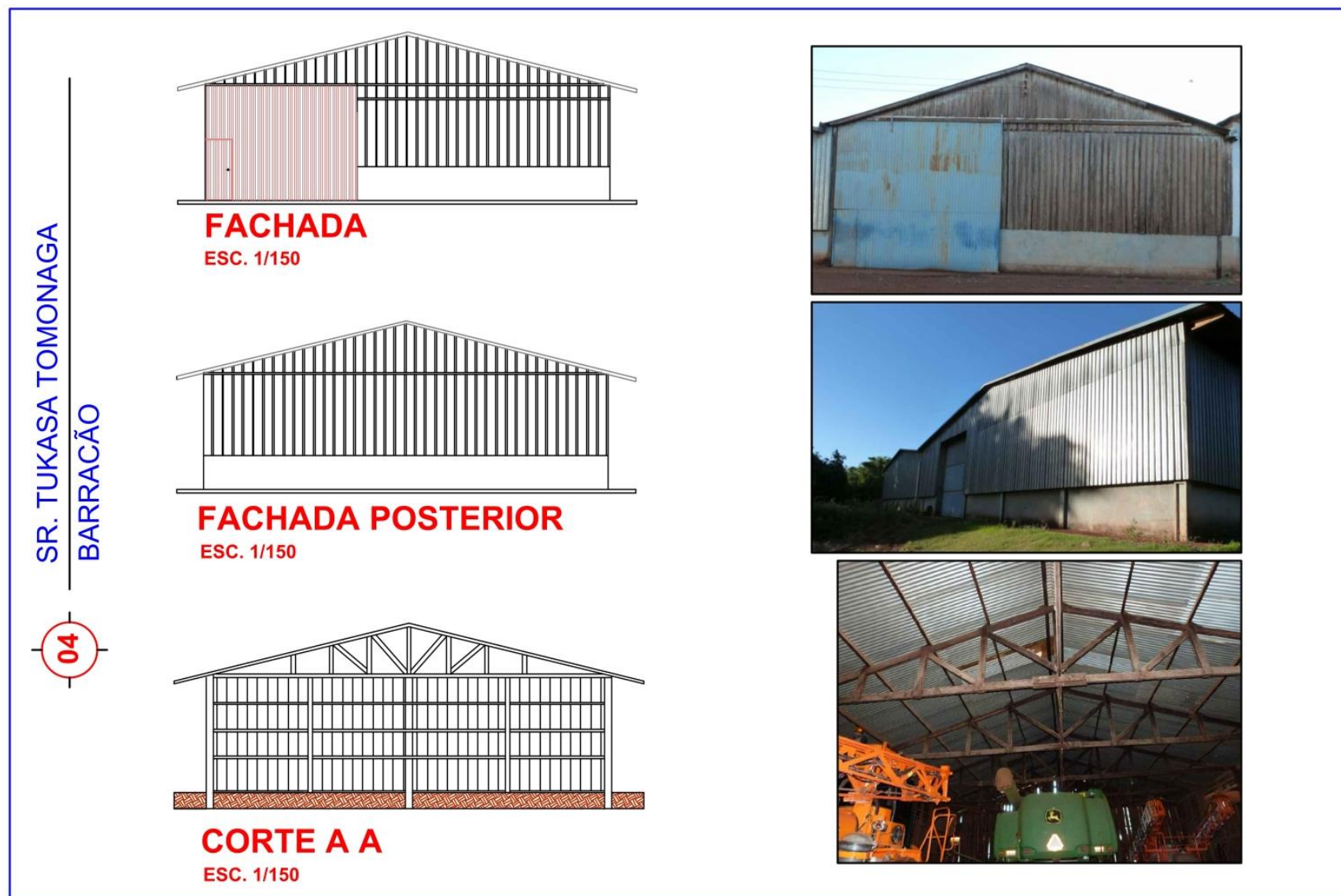
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 55 - Barracão Guarda de Máquinas Agrícolas com ampliação em zinco



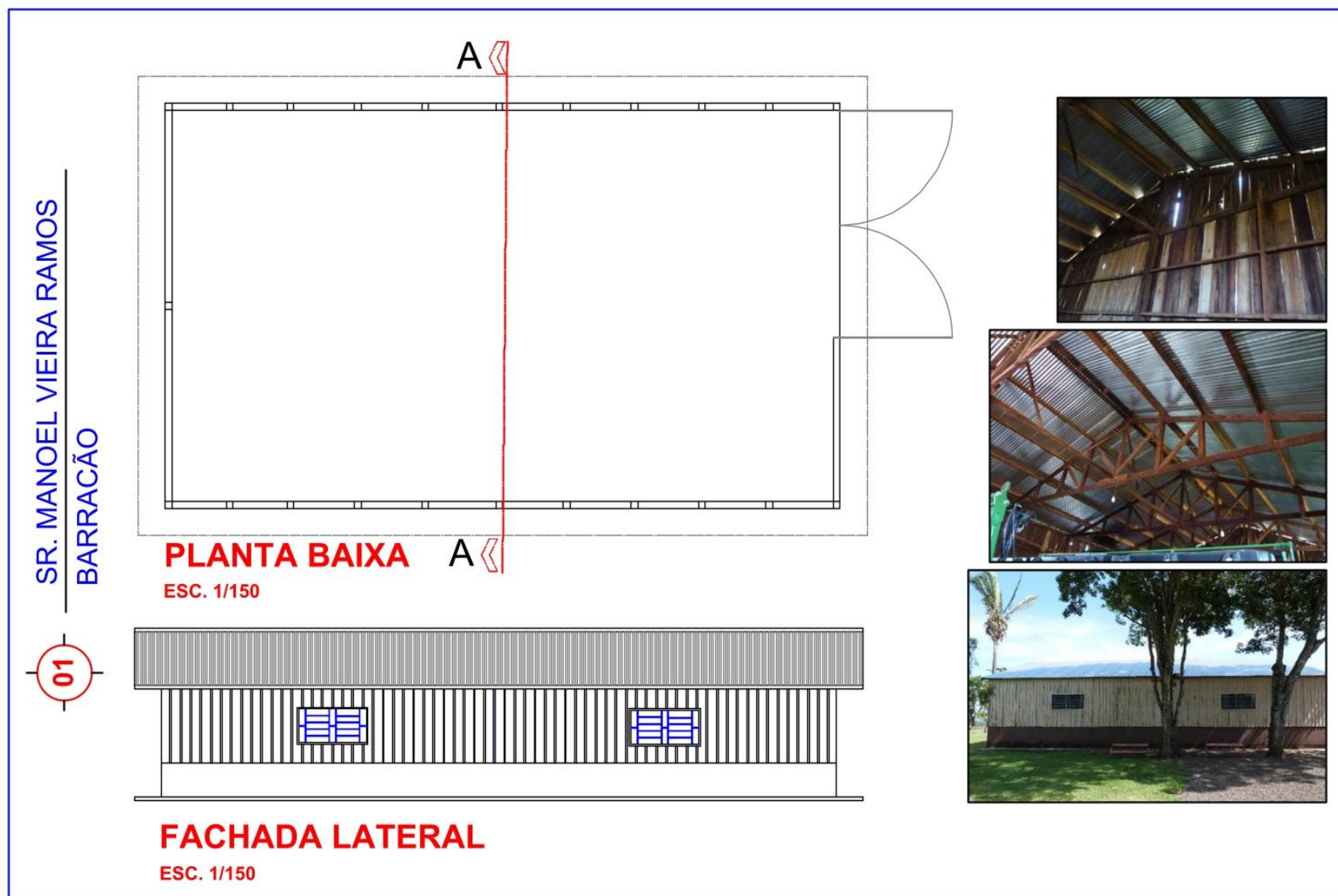
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 56 - Barracão para Guarda de Máquinas Agrícolas com Detalhe Tesoura



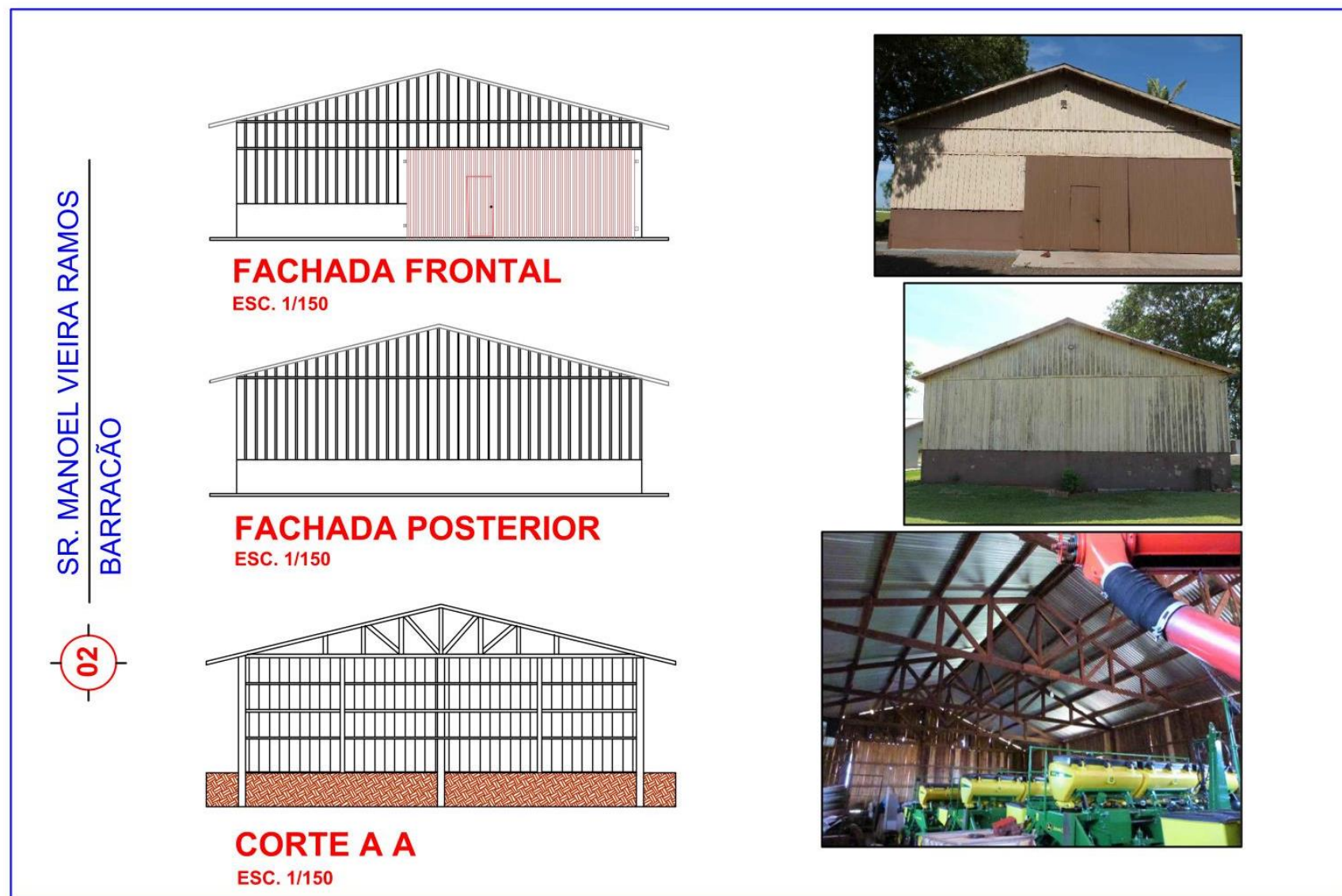
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 57 - Barracão para Guarda de Máquinas Agrícolas Interno



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 58 - Barracão para Guarda de Máquinas Agrícolas com detalhe da Tesoura



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As edificações expostas nas páginas anteriores foram construídas na década de 1960 a 1970, sendo que algumas propriedades preservaram mais as casas em madeira, outras foram substituídas por casas de tijolos. Observando a relação apresentada, podemos destacar que:

- Na propriedade de Antônio Joaquim de Souza há uma casa de moradia de sua família. Bem conservada e em uso, apresenta a originalidade de sua cor natural da madeira, cuja construção era feita pelo próprio morador da época, também carpinteiro da equipe de João Sobrinho. O galpão também se encontra na sua originalidade.
- João José Alves: casa de sua moradia, em uso na cor amarela, bem conservada. Galpão tipo garagem, guarda sua origem na cor natural.
- Saul Freire: preserva uma obra original de armazém construído em barracão com silo quadrado em seu interior, bem conservado e em plena utilidade.
- Antônio Justi Langoni: nesta propriedade existem mais obras em madeira como as casas de moradia e alojamentos, mas em desuso e sem conservação. Um galpão tipo garagem/oficina e um barracão para maquinários em uso, mas mal conservados. Já o silo em madeira, redondo, no interior de uma edificação em zinco, está em pleno uso e bem conservado.
- Tukasa Tomonaga: esta propriedade é de imigrante japonês, conserva um barracão de maquinários original e com a ampliação em zinco. Também contém uma garagem/oficina conservados e pintados em tinta à óleo.
- Manoel Vieira: conserva um barracão com seu interior na cor original da madeira e o externo pintado, para melhor conservação da madeira, em tinta à óleo.

Todas as obras aqui citadas seguem a técnica e sistema construtivos já descritos, com heranças históricas originadas nos modelos paulista e paranaense, seguindo o sistema da modulação tábua e mata-junta e fixada por pregos. Com exceção das obras de Antônio Joaquim de Souza, as demais obras foram erguidas pelo carpinteiro João Barbosa Sobrinho e sua equipe.

Para concluir, seguimos com as considerações finais, reiterando o significado do valor arquitetônico das obras existentes como patrimônio histórico e cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os incentivos do governo de Getúlio Vargas, durante a vigência do Estado Novo (1937-1945) promoveu-se a interiorização do país. Como consequência, houve um crescimento do povoamento da região Centro-Oeste por não indígenas, agricultores, que se fixaram em pequenas propriedades demarcadas pela implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, no Sul do Mato Grosso, hoje região de Dourados-MS.

Com a fixação dos colonizadores se formou um núcleo colonial rural, com famílias vindas de todas as partes do país, iniciando a construção de moradias e cultivo da terra. Assim, destacamos no início deste trabalho a vinda da nossa família para a CAND, o que muito contribuiu para a produção das moradias e edificações.

Com efeito, percebemos a disponibilidade de madeira surgida como o desmatamento para o plantio, entendendo a necessidade de tal desmate para o processo de construção residencial dentro da colônia. Destacamos o valor econômico das espécies arbóreas que foram também para as grandes cidades do país.

Diante de tal contexto, a pesquisa procurou focar no emprego da madeira existente no processo de edificações na Colônia Agrícola Nacional de Dourados, compreendendo e inventariando as edificações existentes como uma contribuição para o patrimônio histórico e cultural.

Uma vez compreendida a história de implantação da CAND, passamos a identificar a formação dos carpinteiros e suas trajetórias, buscamos classificar a arquitetura e os sistemas construtivos adotados nas obras, tendo levantado as principais espécies arbóreas retiradas para a utilização nas construções e finalizando com o inventário do conjunto arquitetônico existente na 1ª Zona da Colônia Agrícola.

Destacamos o valor arquitetônico das obras existentes, representados através de desenhos técnicos e das imagens fotográficas, estruturados em planta baixa, fachadas e cortes, dentro de um desenho arquitetônico próximo da realidade encontrada. Enaltecemos as obras existentes edificadas em madeira por serem parte da cultura sul-mato-grossense e por isso levantamos os registros em fotos e desenhos técnicos. Tudo isso para levar o conhecimento sobre um patrimônio existente e que não se sabe até quando será conservado, dado em geral o pouco interesse do poder público pela conservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Em resposta às informações obtidas, reiteramos que em não havendo um trabalho de incentivo à conservação das obras arquitetônicas, estas poderão não existir para as próximas

gerações. Dados esses apresentados na presente pesquisa seguem com o intuito de provocar a valorização diante da academia, para se estender ao poder público e da população.

Ademais, na caracterização das obras do núcleo colonial de Dourados, constatamos a falta de manutenção, naquelas que estão em desuso, aquelas casas de moradia. Defendemos que a melhor forma de conservação é mantê-las em utilidade, como são os barracões e silos, que estão bem conservados.

Defendemos que, as obras aqui identificadas, patrimônio histórico e cultural de Mato Grosso do Sul. Isso se dá em função do resultado obtido com esta análise, pois indicamos que a ocupação destes imóveis é a melhor forma de promover a conservação. É o que demonstram os dados da coleta das imagens onde há a vacância das construções tende-se à deterioração.

Um dos propósitos de apresentarmos os registros das edificações em madeira é para que vençam o tempo e permaneçam de pé ativando a memória. Temos esperanças que a partir deste estudo seja despertado interesse e possa haver reconhecimento de seu valor como patrimônio histórico e cultural. E apontamos a necessidade de proposição de estratégias de conservação e preservação dessa arquitetura.

Dada nossa formação em arquitetura e urbanismo, percebemos que espaço geográfico e arquitetônico se interrelacionam, na nova concepção de sociedade, e é na localização territorial que se explicita esse encontro.

Nesse sentido, tivemos a oportunidade de demonstrar pelo conhecimento adquirido na arquitetura, e hoje na geografia, a verdadeira concepção de um espaço. Isso porque é dentro de um contexto social, político, cultural, econômico e histórico que se faz a conformação de um ambiente construído.

Ao finalizar o texto, deixamos evidente a necessidade de novos estudos no âmbito da geografia e da arquitetura, reforçando a tese de que essas edificações coloniais devem ser reconhecidas como patrimônio histórico e cultural do estado de Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense - contexto, propósitos e contradições**. São Paulo: USP/FFLCH, Tese (Doutorado), 2001.

ALBANEZ, Jocimar Lomba, **Madeireiros e demais aventureiros: em meio à modernização conservadora na região cone sul de Mato Grosso/do Sul (1970-1990)**, 2018, 235p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

ARAKAKI, Suzana, **Dourados: memórias e representações de 1964**, 2003, 145p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, Dourados, 2012.

ARAÚJO, Marco Aurélio Corrêa de. **Estado e planejamento: A SUDECO e o avanço do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste (1967-1990)**, 2012, 164p. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2012.

BRASIL. **Decreto lei nº 5.941 de 28 de outubro de 1943**. Cria a Colônia Agrícola Nacional “Dourados”, no Território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências. Rio de Janeiro, Diário Oficial da União - Seção 1 de 30/10/1943.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 3.059** de 14/02/1941, Publicação, Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/2/1941, Página 3029 (Publicação Original), Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=18856&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>, Acesso: 23 de ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **A Colônia Agrícola de Dourados, colonização e povoamento: 1946-1956**, 2005, 145p., Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, Dourados, 2005.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a democratização da terra: povoamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946 – 1956)**, 2008, 240p. Universidade Federal da Grande Dourados, Editora UFGD, Dourados, 2008.

CARVALHO, Paulo Ernani Ramalho. **Espécies Arbóreas Brasileiras**, 2003, Embrapa Informação Tecnológica, Colombo, PR.: Embrapa Florestas.

CARVALHO, Thiago Bonfada de. **Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva**, 2009, 132p., Dissertação (Mestrado) Fundação Alexandre de Gusmão – Instituto Rio Branco, Brasília, 2005. Acesso em: 24 de ago. 2021. http://funag.gov.br/loja/download/627_geopolitica_brasileira_e_relacoes_internacionais

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul**, 2013, 470p., Tese (Doutorado História) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP: UNESP, 2013. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106620/cavalcante_tlv_dr_assis.pdf?se, Acesso: 21 de set. 2021.

GONINO, Camila Thiemi Nakamura, **Classificação e caracterização das casas de madeira remanescentes em Maringá, PR (1940-1960)**, 2018, 148p., Dissertação (mestrado arquitetura e urbanismo), Universidade Estadual de Maringá, PR.

GONZAGA, Armando Luiz, **Madeira: Uso e Conservação**, 2006, 246p., (cadernos técnicos;6) IPHAN/MONUMENTA, Brasília, DF.

IBF - **Bioma Mata Atlântica**, 2021. Disponível em https://www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-atlantica?utm_source=googleads&utm_medium=cpc&utm_campaign=biomas&keyword=caracteristicas%20da%20mata%20atlantica&creative=519561022233&gclid=Cj0KCQjwpreJBhDvARIsAF1_BU02RhpcDUbKD6zbIP5pNWb5k0inRaS5TVDG5TnYbQWkaUBp0enoHhQaAuIsEALw_wcB. Acesso: 30 de ago. 2021

JORGE, Pedro Fonseca. **A arquitetura popular como transição entre o vernáculo e o erudito**. Uma tentativa de definição dos diferentes contextos arquitetônicos de raiz não-erudita, Arquiteto ESG – Escola Superior Gallaecia. Disponível em https://zenodo.org/record/2411111/files/CIAP_artigo. Acesso: 07 de nov. 2022.

LUCIANO, Gersen dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**, 2006, 224p., ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, Brasília, DF. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cfc/livrocolegao.pdf>, Acesso: 24 de jan. 2023.

MACIEL, Nely Aparecida. **História dos Kaiowá da Aldeia Panambizinho: da década de 1920 aos dias atuais**, 2005, 181p., Dissertação (Mestrado História), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, Dourados, 2012.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma história política da espacialização**, tradução: Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert, Rio de Janeiro, 2008.

MENEZES, Ana Paula. **Atividades econômicas na colônia agrícola nacional de dourados (CAND): a agricultura e a exploração da madeira (1950-1970)**, 2012, 138p., Dissertação (Mestrado História) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)**. Dourados-MS: UFGD, 2014.

RIBEIRO, J.F., WALTER, B.M., Fitofisionomias da Bioma Cerrado, in: SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P. (eds.) **Cerrado: ambiente e flora.**, Planaltina, DF, Embrapa-CPAC, 1998.

SILVA, R.D., BASSO, A. **Sistemas Construtivos em madeira destinados à habitação no Paraná, Semina: Ci. Exatas/ Tecnol.** Londrina, v.21, n.4, p. 83-88, dez. 2000. Disponível: <https://1library.org/document/yevl13jr-sistemas-construtivos-madeira-destinados-habita%C3%A7%C3%A3o-paran%C3%A1-ricardo-silva.html>, Acesso:30 de dezembro de 2022.

VAUTHIER, L. L. **Casas de Residência no Brasil**. In: Arquitetura Civil I. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975, p. 1-94.

ZANI, Antonio Carlos, **Arquitetura em madeira** [livro eletrônico], Londrina, Eduel, 2013.